

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE LETRAS E INSTITUTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**BASES COMUNS DO VOLUNTARIADO NO  
BRASIL E PORTUGAL: ENTRE A TUTELA E A  
EMANCIPAÇÃO**

**BRUNO BARCELOS MORAIS**

**2019**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**



# **BASES COMUNS DO VOLUNTARIADO NO BRASIL E PORTUGAL: ENTRE A TUTELA E A EMANCIPAÇÃO**

**BRUNO BARCELOS MORAIS**

Tese orientada pela Professora Doutora Simone Frangella e Coorientada pela Professora Doutora Isabel Corrêa da Silva especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Brasileiros (Dissertação)

**2019**

Dedico esse trabalho aos meus pais que me deram a vida, à minha família que me deu estrutura, ao meu irmão Flávio Barcelos Morais que em vida me deu inspiração para a ação, a todos que me suportaram de perto ou à distância, e, principalmente, compreenderam meus silêncios e me incentivaram.

## **Agradecimentos**

Agradeço, em especial, às Professoras Doutoras Simone e Isabel, por aceitaram esse desafio comigo, e por me guiarem por essa passagem pelo universo acadêmico. Faço menção de reconhecimento a todos os amigos e parceiros da área do voluntariado que foram entrevistados e que trouxeram consigo sua alma e a sua história, e puderam fazer desse trabalho um coletivo de experiências. Principalmente agradeço ao Hugo Terças por ter sido a minha linha de frente, por colocar a minha cabeça em ordem, por revisar os textos e todo suporte adicional dos meus queridos amigos.

## Resumo

A dissertação analisa a temática do voluntariado em perspectiva comparativa entre o Brasil e Portugal, propondo que as suas bases institucionais são comuns, e observa em que medida as iniciativas empreendidas diferem e em que momento se encontram. O termo *voluntariado* como hoje é aplicado, nos seus diversos matizes, é um produto decorrente de um conjunto de iniciativas historicamente empreendidas diante da pobreza. As respostas às dificuldades sociais chegam ao Brasil por meio das confrarias e ordens religiosas Portuguesas, a fim de desempenharem a sua missão e a caridade como estatuto. Essa pobreza no Brasil não era conhecida até então pelos seus habitantes originários; o que se dizia da pobreza dos índios era “o paradigma de uma pobreza que, além do material, era também – e, sobretudo – espiritual” do ponto de vista dos colonizadores, Franco (2011, p. 52). A linha histórica da assistência aos pobres modifica-se em consonância com as manifestações das políticas de Estado, ora menos ou mais centralizadas. Perceber o fenômeno do voluntariado como forma de “reação” da sociedade civil – individual ou institucional –, ou do Estado à pobreza, só é possível se soubermos discernir sobre quais valores de caridade e solidariedade, concepções de filantropia, abordagens da assistência determinada iniciativa voluntária se fundamenta, seja nos seus porquês, discursos, práticas e, principalmente, como impactam e influenciam nos resultados demonstrados. O voluntariado, junto aos outros termos analisados, é sempre a ação, e os demais vocábulos constituem os seus atributos, e pôde ser estudado em cinco eixos estruturantes: 1) Conceitos; 2) Elementos caracterizadores; 3) Formas e subdivisões; 4) Amparo legal; e 5) Motivações e valores. A pesquisa empírica através de entrevistas com representantes do cenário do voluntariado de ambos os países tentou perceber, para além da procedência das ações altruístas – para fins caritativos ou para exercício da cidadania em seus territórios –, em que medida as práticas observadas eram mais ou menos tutelares ou emancipatórias. E encontraram-se bases institucionais, do voluntariado formal, como pontos em comum, e o exercício do voluntariado enquanto participação cidadã como as diferenças, que se associam ao histórico da democracia em cada um dos países.

**Palavras-chave:** Voluntariado, caridade, solidariedade, filantropia, assistência, cidadania.

## **Abstract**

This thesis analyzes the subject of volunteering and establishes a comparative study between Brazil and Portugal, suggesting that the institutional basis of the action in both countries is essentially common. Moreover, it is described to what extent, and within which period, the initiatives carried by each country differ. The modern concept of volunteering, in its various declinations, concerns a set of initiatives adopted throughout the history in order to face poverty. The Portuguese confraternities and religious orders bring responses to the social difficulties in Brazil, and charity is mostly practiced as a guarantee of the *status quo*. Before the establishment of the Portuguese confraternities, poverty was not known by the Brazilian natives, and the native poverty was often referred by the colonizers to as “the paradigm of a poverty that, besides material, was also – and especially – spiritual” Franco (2011, p. 52). The history of the assistance of the poor therefore depends on the manifestation of the power distribution by the State, being more or less centralized. Understanding the phenomenon of volunteering as a reaction from the civil society (individual or institutional) towards poverty is only possible if we can distinguish the roots of charity and philanthropy. In the present work, *volunteering* is presented as the *action*, and can be studied through the following five structural attributes: concepts, characterizing elements, forms and subdivisions, legal protection, and motivations and values. The empirical research material obtained by interviewing the representatives of the volunteering scene of both countries aims at understanding (beyond the origin of altruistic actions, whether for charity or for the exercise of citizenship) to what extent the practices are more or less tutelary or emancipatory. This research suggests the institutional bases (formal volunteering) as a common point to the two countries, and shows that the exercise of volunteering as a exercise of citizenship contains differences that are associated with the history of democracy.

**Keywords:** Volunteering, charity, solidarity, philanthropy, assistance, citizenship.

## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>v</b>
<b>Índice .....</b>	<b>vi</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: As bases comuns da ação voluntária no Brasil e em Portugal .....</b>	<b>7</b>
1.1. A pobreza involuntária .....	7
1.2. A institucionalização da ação religiosa ou secular .....	9
1.3. As irmandades, o processo colonizador e o conceito de pobreza no Brasil .....	12
1.4. Público beneficiário e as ações realizadas: semelhanças e diferenças entre metrópole e colônia .....	15
1.5. Dois Estados independentes e a relação com a assistência .....	18
<b>Capítulo 2. As estruturas do voluntariado em revisão bibliográfica.....</b>	<b>27</b>
2.1. Genealogia conceitual do voluntariado .....	27
2.1.1. A Caridade.....	27
2.1.2. A Filantropia .....	32
2.1.3. A Assistência.....	37
2.1.4. A solidariedade.....	45
2.2. O voluntariado no centro da investigação .....	52
2.2.1. O conceito do voluntariado pela academia e por entidades de referência.....	52
2.2.2. Elementos que caracterizam o voluntariado.....	57
2.2.3. Como o voluntariado pode ser classificado.....	58
2.2.4. Síntese dos aspectos legais do voluntariado no Brasil e Portugal .....	64
2.2.5. Motivações para o trabalho voluntário .....	69
<b>Capítulo 3. Compreensões do voluntariado pela voz de representantes brasileiros e portugueses .....</b>	<b>77</b>
3.1. A preparação do conteúdo das entrevistas .....	78
3.2. A religião, a família e os grupos de jovens: os primeiros passos do trajeto no voluntariado.....	80
3.3. Entre a tutela e a emancipação: relações de reciprocidade.....	84
3.4. Assistência: a relação com o Estado.....	95
3.5. Voluntariado institucional: comparativos entre Brasil e Portugal.....	103
<b>Conclusão .....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>121</b>

## **Introdução**

Essa tese surge de observações provenientes de treze anos imerso profissionalmente no campo da assistência voluntária, integrando, ou gerindo, iniciativas empreendidas pelo poder público, privado, sociedade civil ou mesmo por projetos de parcerias entre entes de mais de um desses setores. Como profissional que promove oportunidades de voluntariado, e sempre se dedicou a trabalhar e estudar o assunto, depois de tantos anos em campo, naturalmente alguns questionamentos surgiram sobre as práticas vigentes. Mais especificamente, sobre quais seriam as diferentes intenções por trás do engajamento ou da captura de voluntários, por parte das instituições que realizam os ‘projetos de voluntariado’. E sendo assim, quais resultados se poderia esperar para os públicos envolvidos, na medida em que o foco dessas iniciativas varia, hora mais nos meios que nos fins? Assumir estudar isso, com verdade, desde o primeiro instante significou reavaliar cruamente todas as práticas nas quais o autor dessa investigação se vinculou até então.

Num segundo momento, ao perceber que parte da influência sobre a solidariedade institucional do Brasil poderia estar em suas bases coloniais, e em decorrência nos tipos de relações que o privado estabeleceria com o Estado, foi decidido um traslado de campo do Brasil para Portugal, para vivenciar por dois anos uma imersão do outro lado desse binômio, a investigar como as relações de tutela ou emancipação se davam nas iniciativas de voluntariado no outro país, e daí depreender as possíveis conexões e paralelos.

O Mestrado de Estudos Brasileiros da Universidade de Lisboa permitiu que esse aprofundamento pudesse ser feito, de forma intencional e transversal, entre duas áreas fundamentais: a história e a antropologia. Do ponto de vista da historiografia, por permitir levantar linhas de narrativas de como a assistência se estabeleceu num cenário colonial, deixando raízes muito profundas do ponto de vista dos valores morais e da dádiva, mas também na forma de se fazer política de Estado. Da antropologia, a possibilidade de entrar na realidade, da qual já fazia parte, mas com um novo olhar, de quem observa e acolhe das experiências concretas, junto aos sujeitos que compõem a realidade no Brasil e Portugal, as evidências daquilo que se examinou nas pesquisas bibliográficas.

Esse trabalho se dá, portanto, estruturado em três seções fundamentais que se complementam, a começar pela revisão histórica das bases da assistência que partem de um lugar do movimento colonial e migratório português, em segundo, uma exploração bibliográfica sobre o que já foi dito - e por quem - em relação ao voluntariado e aos principais conceitos que o circunscrevem, e, por fim, uma pesquisa empírica com atores fundamentais na promoção atual do voluntariado em ambos os países, com a finalidade de ajudar a pensar e

compreender a percepção desses sujeitos contemporâneos do seu próprio processo como promotores do voluntariado, ou seja, articulados com a teoria, o que eles dizem estar fazendo? E o que depreendem e deixam transparecer do campo que participam?

A começar pelo mais básico, sendo o voluntariado o centro das análises, um voluntário pode ser definido como "o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos", e esse é o conceito das Nações Unidas<sup>1</sup> para o assunto, dentre tantas outras possibilidades conceituais que estão apresentadas nesse trabalho. E das formas disponíveis para se explicar o voluntariado, a divisão entre ações promovidas informalmente por indivíduos no seu convívio comum, do fomento por instituições que prescindem formalmente da mão-de-obra voluntária, para comporem os seus projetos sociais, é o ponto de partida para um recorte no estudo de como então as iniciativas formais – institucionais – ligaram a caridade e a assistência entre dois continentes. E em termos de definições, portanto, para voluntariado institucional assumem-se as iniciativas formais empreendidas por organizações, secundárias às famílias e aos ciclos de relações mais próximos, e que mais adiante, durante as análises desse trabalho, será sinônimo do denominado 'voluntariado formal', foco do referido recorte dessa pesquisa. E o 'voluntariado informal' será aqui tangido pelas iniciativas de entreatajuda do universo das redes primárias de um indivíduo e comunidades, sem que dependa de uma iniciativa empreendida por um ente terceiro, pessoa jurídica, como as igrejas, organizações da sociedade civil ou empresas.

O encontro entre os territórios americanos e europeu, propiciado pelas navegações portuguesas, possibilita um estudo das relações do voluntariado institucional entre o Brasil e Portugal. A comparação entre estes contextos, quais são as suas divergências e convergências, compõe a grande pergunta desse trabalho. Seguir as origens e as características do voluntariado formal no Brasil e Portugal torna possível acompanhar, historicamente, como evoluiu a assistência como uma responsabilidade assumida por terceiros nesses países, bem como esboçar as reais intenções muitas vezes travestidas de dádivas e altruísmo, fosse por uma agenda evangelizadora, de perpetuação de valores, de dominação cultural, ou de manutenção dos papéis numa sociedade de classes.

A revisão historiográfica permite identificar a chegada das ordens religiosas na terra americana com a finalidade colonial, portando consigo os valores a serem implantados, com ou sem consentimento das populações originais. Populações essas que de protagonistas do seu

---

<sup>1</sup> Voluntários das Nações Unidas (UNV). Voluntariado. Disponível em <https://www.unv.org/>. Acesso em setembro de 2019.

território, precisaram estabelecer novas relações sociais junto aos viajantes que desembarcavam e se estabeleciam, e foram convidadas a se descobrirem em papéis sociais em que passam a ser identificados como pessoas assistidas, analfabetas, com necessidade de ensino e catequese, como escravas, e demais denominações sobre si que desconheciam, assim também como perceberam que eram pobres, em moral e em cultura, sob o discurso dos que invadiam. Não obstante, precisaram reorganizar-se, cada grupo ao seu modo, nas suas ações, diante das vantagens e desvantagens do novo contexto que se formou em seus territórios.

E esse volume de chegadas, com um discurso civilizador, era tal que ao buscar fincar no novo mundo uma réplica dos seus modelos de gestão monárquica, eclesiástica e comercial, foi necessário também trazer consigo as irmandades que cuidariam dos efeitos colaterais da sua própria ação: os modelos urbanos e sociais que implementavam à maneira da metrópole portuguesa, carregavam de brinde a pobreza, doenças, a peste, e sistemas desiguais que demandavam a assistência aos esmolares e doentes, o enterro dos defuntos, e demais necessidades de obras executadas com ribalta especial pela “primeira-dama” da Coroa Portuguesa, a Santa Casa de Misericórdia.

O crescimento das Santas Casas nas colônias, inclusa a América Portuguesa, foi tal que em 1640, o número das congêneres era superior a trezentas (Abreu e Paiva cit. por Franco, 2011, p. 66) e destas, pouco mais de uma dezena estavam em território americano, a começar por Pernambuco (c.1539) e São Vicente (c 1543). Como as mais relevantes a historiografia cita aquelas de Salvador e do Rio de Janeiro, ambas capitais, e isso não é uma coincidência, uma vez que modelo de funcionamento das misericórdias prescindia de presença aristocrática, que dialogasse com a Coroa e fosse ponte dos privilégios dos quais a irmandade era canal. A partir daí, o modelo de assistência social varia conforme os padrões de gestão do Estado, a começar pelas reformas pombalinas, e influenciado pelas variações na relação do governo com a madre igreja católica.

Acontece que as práticas caritativas e assistencialistas implementadas com vistas ao controle da pobreza norteavam os valores que os indivíduos carregavam no seu compromisso social assistencial. Basicamente o aparato disponível tornava o doador um cidadão virtuoso perante as instituições que integrava, e isso carregou o conceito de voluntariado com características que até hoje vigoram. E se no Capítulo 1 está uma narrativa historiográfica da assistência de Portugal para o Brasil, o foco está nessas bases fincadas até o século XIX, contextualizando de forma mais tênue os caminhos independentes que cada território teria feito a partir do século XX, ou mesmo as influências decorrentes dos processos migratórios

para o Brasil nos séculos XIX e XX, permanecendo a pergunta do que será do movimento inverso que acontece, nesse momento, de intenso fluxo migratório do Brasil para Portugal.

O Capítulo 2 trata da investigação de conceitos e valores basilares sobre os quais as ações de voluntariado podem se erguer. A caridade é apresentada como um atributo emocional e espiritual, a filantropia é a ação de particulares por razões humanistas e laicas, a assistência é o termo genérico de amparo à pobreza mas que é quase sempre responsabilidade do Estado, e a solidariedade como uma inteligência de capital social<sup>2</sup>, de saber aproximar laços e vínculos de mútua cooperação. O voluntariado diante desses termos, e do *ethos* que cada uma carrega, espelha em suas ações, e discursos, a abordagem da Instituição que o promove.

A segunda parte do Capítulo 2 é inteiramente dedicada a explorar o fenômeno do voluntariado e como é percebido pela bibliografia. Foi feita uma extensa busca de trabalhos acadêmicos sobre o assunto no Brasil e em Portugal. E para conhecer o universo de pesquisas sobre no Brasil, partiu-se de um trabalho abrangente que já havia sido realizado por Cavalcante (2013, pp. 161 – 162), que buscou conhecer a amplitude de investigações nessa temática por autores brasileiros, e as referências sobre o voluntariado destacam-se, desde ali, por focarem, em sua maioria, na motivação para o exercício do voluntariado. Então, de forma complementar, recorreu-se à pesquisa do vocábulo ‘voluntariado’ nos repositórios científicos do Brasil e de Portugal. E a classificação dos conteúdos encontrados coincide significativamente entre os dois países. A questão das motivações que levam os indivíduos a se voluntariar, por exemplo, permanece consensual como dos assuntos mais abordados. É de se compreender também, um volume de produção sobre a qualidade da gestão de organizações sociais e de projetos de voluntariado no momento (a partir dos anos dois mil) em que a qualificação dessas práticas torna-se tônica, e objeto de financiamento, mas que no Brasil já sofrera estímulo desde a década de noventa.

O assunto é explorado por investigadores individualmente ou por grandes organizações de defesa de causa, de forma que diferentes conceitos são publicados com a finalidade de balizar a ação formal do trabalho gratuito. Das sistematizações possíveis desse tipo de trabalho, estão as classificações de voluntariado por tempo de serviço, por mais ou

---

<sup>2</sup> “Para a sociologia, o capital social possibilita a cooperação entre duas partes. O capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspetos que permitem a colaboração e o seu uso (...) Pierre Bourdieu (1980), em *Le capital social: notes provisoires*, procurou arquitetar uma conceção de capital social no campo da Sociologia. Para o autor, o capital social correspondia a um conjunto de recursos atuais e potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizada, de inter conhecimento e inter reconhecimento. Contudo, a primeira análise sistémica contemporânea sobre o capital social resultou dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1980 e 1985), que se reportou ao capital social com «um agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo»”(Fialho, 2016, pp. 1 – 3).

menos formalizado, pelo uso de competências profissionais ou pessoais, por ser realizado individualmente ou coletivamente, por tarefas de execução ou de gestão de entidades sociais. E as motivações para engajamento de indivíduos nessas diferentes frentes são amplamente estudadas pela psicologia social que, ao investigar as motivações humanas e os níveis de altruísmo, em geral subdividem os modelos de motivação voluntária entre unidimensionais e multidimensionais<sup>3</sup>. Todo um grupo de pesquisadores empenhados em compreender o altruísmo *versus* o egoísmo no ser humano que dedica parte do seu tempo às necessidades de outro. O fato de essas pesquisas estarem majoritariamente no campo do comportamento humano e nas ciências de gestão, reforçou ainda mais a escolha do presente trabalho em ser uma alternativa de ligação entre a história e a prática, pela pesquisa empírico-antropológica, na qual a apreciação e representação dos indivíduos inseridos nos contextos, pudesse ser levada em consideração de forma crítica.

O capítulo 3, portanto, traz substância para as análises bibliográficas sendo uma investigação de campo. Nele, os promotores do voluntariado melhor projetados dentro dos dois países, mas que ao mesmo tempo compunham a rede e a trajetória do autor dessa tese, foram entrevistados para partilhar, do ponto de vista de quem gere ou impulsiona o voluntariado, um cenário comparativo no que tocam: os valores que movem o voluntariado nos dois países, quais os pontos fortes e oportunidades de melhoria percebidos nos projetos, e em que momentos, ou instâncias, o voluntariado nos dois países pode ser mais tutelar ou emancipatório.

A amostra de entrevistados não foi uma escolha aleatória, ou muito menos buscou-se cobrir geograficamente os territórios dos países. Optou-se por gestores do voluntariado institucional, na medida em que os voluntários desses contextos, são tidos como as ‘ferramentas’ dos projetos, mais ou menos instrumentalizados, mas muitas vezes considerados como um dos ‘públicos alvo’, juntamente ao público beneficiário das ações. Para os diálogos, foram levantados os nomes mais projetados enquanto promotores e defensores da causa, alguns são tomadores de decisão, e dos convites para participação na pesquisa, viabilizou-se o recorte de entrevistados desse trabalho. Observa-se, entretanto, a pertinência de um estudo complementar focado nas figuras dos voluntários, e das entidades e comunidades parceiras, evoluindo em escopo o presente exercício acadêmico.

---

<sup>3</sup> Dos cientistas mais evidentes nesses estudos exemplifica-se com Omoto e Snyder (1995), Cnaan e Goldberg-Glen (1991), Penner (2002), Wilson (2000), Clary, Snyder e Ridge (1992), Bussell e Forbes (2002), Penner (2002), no exterior, e os de Figueiredo (2005), Souza, Lima e Marques (2008), Sampaio (2006), Souza e Carvalho (2006), Piccoli (2009) e Vervloet (2009), em contexto brasileiro (Cavalcante, 2016, p. 8). E em Portugal um destaque para Delicado (2002) e uma completíssima publicação da Fundação Eugénio de Almeida (Serapioni et. al, 2013).

Como fruto do meio, e inserido no contexto - que é o autor dessa tese - , ao fazer o distanciamento etnográfico para a pesquisa de campo, enquanto ‘observador’, foi nas entrelinhas das conversas que se viu reforçado o potencial heurístico dos relatos contemporâneos, quando estes remontaram as bases históricas que foram desenvolvidas na pesquisa histórico-bibliográfica desse trabalho, e suscitou, ao autor dessa dissertação, investigar enquanto ‘analista’ e ‘interprete’<sup>4</sup> o uso dos valores familiares, religiosos, e de convivência social (pessoal e profissional) como aquilo que persiste sendo as bases comuns do voluntariado, independente do território em que é desenvolvido, mas estreitado entre o Brasil e Portugal pelo histórico da relação iniciada desde quando metrópole e colônia.

Assim, os resultados apontam muito em comum nas ações de tutela, mas as similaridades tendem a ser dissipar nas iniciativas informais, bem como na evolução das práticas de participação democrática. Quando a noção de eficácia foi confrontada, o voluntariado foi tido como um tipo de iniciativa com tríplices benefícios, para quem promove, se voluntaria e para quem recebe. Entretanto, a real entrega de resultados sociais é questionada quando o volume de ações e movimentos atuais podem não representar, necessariamente, transformação ou impacto direto para os públicos beneficiários. E observa-se ainda a importância da ética na envolvimento de públicos voluntários com os mais vulneráveis, sob o risco de laços utilitaristas, em que a pobreza e as necessidades alheias possam ser usadas para que um grupo voluntário altruísta se sinta bom, ou até mesmo capacitado em competências a partir do contato com a miséria ou dificuldade do outro. Esses e outros assuntos põem em questão a real natureza do sucesso nas ações de voluntariado, e o presente trabalho se propõe a aproximar as práticas empreendidas no Brasil e em Portugal através da estrutura analítica apresentada nessa introdução.

---

<sup>4</sup> “Ao produzir os seus próprios arquivos o etnógrafo deve colocar a tônica na objetivação de si enquanto ‘testemunha’, ‘analista’ e ‘intérprete’, esclarecendo sobre as suas próprias categorias de percepção, de modo a que as observações produzidas no presente etnográfico possam mais tarde ser usadas como fontes de conhecimento histórico-etnográfico”. (Almeida e Cachado et al., 2016, p.34).

## Capítulo 1: As bases comuns da ação voluntária no Brasil e em Portugal

### 1.1. A pobreza involuntária

O termo *voluntariado*, como hoje é aplicado nas suas diversas matizes, é um produto decorrente de um conjunto de iniciativas historicamente empreendidas diante da pobreza<sup>5</sup> gerada pela atividade econômica e ambiental, por escassez de recursos naturais, e dinâmicas sociais pautadas por desigualdades e subordinação. Institucionalmente, identifica-se mais o seu fato gerador como uma pulsão de mitigação aos prejuízos sofridos por parcela da população diante da situação de pobreza involuntária, do que originalmente<sup>6</sup> como antecipação e impedimento de que as dificuldades de sobrevivência digna para todos existam. Não obstante, associa-se de maneira inicial essa mitigação ao utilitarismo estabelecido entre as práticas de caridade e da dádiva, nas quais a miséria teria o seu valor de troca e remissão segundo interpretações de moral católica.

Num olhar histórico dessa reação às adversidades, no que propõe o recorte Portugal - Brasil, a obra de Russell-Wood (1981), *Fidalgos e Filantropos*, apresenta-nos as dificuldades de sobrevivência encontradas pelo homem do campo, entre os séculos XI e XV em Portugal, bem como o seu consequente esvaziamento (êxodo rural), que resultara num cenário da pobreza urbana ao fazer crescer de forma insalubre a densidade demográfica das cidades. O autor descreve uma composição de elementos dramáticos para a época na qual a praga, a fome e a guerra teriam sido aqueles mais desafiantes.

O esboço da ‘reação’ a esses problemas em Portugal, o que o autor chama de “filantropia social na sua forma mais primitiva<sup>7</sup>”, ter-se-ia originado ainda no século XI nas

---

<sup>5</sup> Os conceitos iniciais de pobreza estão associados à ideia cristã da mesma a partir do período medieval. Enquadrava-se naquilo que não era pobreza voluntária, e que, não sendo um propósito espiritual, deveria ser tratada. Entretanto, Viscardi (2011, p.180) cita Bronislaw Geremek (1997, pp.1-13) e aponta para “as dificuldades existentes entre historiadores e demais cientistas sociais na definição e, sobretudo, na mensuração da pobreza”. Trata-se de longo debate e que envolve “discordâncias profundas”. Segundo o autor, “a incapacidade das ciências sociais de oferecer definição e delimitação claras do objeto repercute nas esferas estatais no momento de proposição e implementação de políticas públicas de combate à pobreza”. Cit. Por Viscardi (2011, p.180).

<sup>6</sup> A referência (ou o uso) do voluntarismo social em intenção original de “reação”, após já uma situação de pobreza estabelecida, pode ser parcialmente rebatida por aquelas iniciativas associativas de previdência, que nasceriam com o objetivo de prevenir dificuldades futuras de um grupo. No entanto, Lopes (2013, p.2) bem desenvolve que “o socorro aos pobres ou assistência não se confunde com previdência nem com regulamentação de condições laborais, modalidades de ação social posteriores e que os governos portugueses oitocentistas sempre distinguiram com clareza”. E cita “A caridade assiste ao pobre e desvalido depois da queda. Os montes pios, as sociedades de socorros mútuos e cooperativas, as sociedades do trabalho impedem de cair nesse estado, criando as reservas”, escrevia o ministro Martins Ferrão em 1867. E continuava: “A solução da questão [a indigência] abrange inevitavelmente a assistência e a previdência”, não sendo esta última atribuição governamental. Repare-se que o legislador usou as palavras caridade e assistência como noutras passagens os vocábulos beneficência e socorros e todas, ainda então, como sinônimos”.

<sup>7</sup> No contexto Europeu, Castel (1998, p.61-73) e Roberts (1996, p.30) defendem que uma assistência racional, com alguma “sistematização” já se manifestava na alta Idade Média, por meio da caridade cristã que estabeleceria critérios aos pobres como domicílio fixo e algum cadastro de forma a possibilitar ou não o acesso dos mesmos aos benefícios. O objetivo dessa

chamadas albergarias, que, situadas nas rotas dos peregrinos, encontravam utilidade num período em que o transporte entre longas distâncias era precário e perigoso. A experiência filantrópica-assistencial se dava ali, quando, em determinados casos, havia a disponibilidade para hospedar pobres e doentes, uma característica que mais tarde deu ao termo “albergue” um significado análogo ao dos hospitais. As iniciativas eram preponderantemente privadas<sup>8</sup>.

Também naquele contexto urbano que se estruturava, grupos de artesãos se organizaram em confrarias com as finalidades de garantir a subsistência das suas famílias e dos seus ofícios, e de se fortalecerem como classe profissional ou grupo de mútua ajuda. O cooperativismo sob a característica de seguridade e assistência mútua abrangia as famílias dos confrades, e desde a sua formação, deveriam possuir observância moral e religiosa. Por esse motivo - o caráter cristão -, as atividades desse formato de cooperativismo ‘reagiam’ algumas vezes estendendo sua assistência ao público externo mais pobre, que através de dotes, esmolas e auxílios pontuais se enquadrava nos valores propostos pelo cristianismo.

O apoio aos “necessitados, moribundos e desvalidos” se fazia urgente em Lisboa entre os anos de 1188 e 1479, como narrado por Russell-Wood (1981):

“Houve vinte e dois surtos de praga registrados em Portugal entre 1188 e 1496. Muitos outros surtos localizados provavelmente não foram registrados [...] A “grande pestilência” de 1310 foi tão devastadora que o enterro dos mortos se tornou um problema físico [...] Embora graves, esses surtos locais foram insignificantes em comparação com a grande tragédia da Idade Média: a Peste Negra. [...] a praga tomou conta de Lisboa de 1477 a 1479. [...] a peste e a fome eram companheiras constantes. Portugal viveu pelo menos cinco períodos de fome durante seus primeiros quatro séculos de nação. [...] a essas vicissitudes naturais devem-se acrescentar os efeitos devastadores da guerra, [...] A agricultura

---

caridade seletiva, que separava pobres entre bons e maus era tentar dar vazão organizada aos serviços assistenciais, dado que o número de pobres no contexto urbano crescia muito. Cit. Por Viscardi (2011, p.180).

<sup>8</sup> Por serem tênues as fronteiras entre o público e o privado, em meados do século XIII, tanto na Inglaterra como na França, o socorro aos aflitos era responsabilidade partilhada por setor privado e poder público (na experiência Italiana, observou-se imensa preponderância da assistência privada). Há que destacar, porém, o fato de que toda e qualquer ação em prol da comunidade, a exemplo da manutenção de estradas, ruas e pontes, era considerada ação pia ou trabalho caritativo (Roberts, 1996, p.43). “Cabia às municipalidades vasto campo de tarefas, como o recolhimento das doações e seu gerenciamento, a coleta de impostos que garantiam os orçamentos de algumas instituições, a fiscalização do uso dos recursos repassados, entre outras. Contava o poder público com certa margem de autonomia, que lhe garantia o direito de, por exemplo, desviar tais recursos para a defesa (...)” (Viscardi, 2011, p.183). Viscardi (2011) cita como marco divisório para uma assistência mais organizada, a criação da Lei dos Pobres na Inglaterra, no ano de 1531, que previa cobrar uma taxa à população (*poor rate*) destinada à ajuda aos pobres. Cabia ao Estado captar e gerir a aplicação dos recursos e administrar sua aplicação, sinal de seu caráter laico e ‘racional’. Além dos recursos auferidos a partir desse imposto, o poder público então complementava com os seus próprios, no que teria sido um amplo e simples ‘sistema de assistência à pobreza’.

desmantelava-se e as vilas eram destruídas. [...]. Muitos recorreram ao lixo e às raízes de plantas. Da fome à peste o caminho foi curto”. (Russell - Wood, 1981, p.4).

Sobre a pobreza decorrente dessas situações, Sá (1997, pp. 25 - 34) faz uma descrição dos diferentes tipos de pobres a quem, a partir do século XV, as iniciativas de assistência tentariam dar respostas: os pobres envergonhados, os doentes pobres, os peregrinos e mendigos, os enjeitados, os presos pobres e cativos, e as viúvas e donzelas pobres. Por outro lado, Franco (2011, p. 12), na introdução ao seu trabalho, se dedica a uma conceituação de pobreza sob a ótica etimológica. E Viscardi (2011, pp. 180 - 181) resgata diversos olhares sobre a pobreza em seu caráter histórico em debate por diversos autores<sup>9</sup>. O termo *pobreza*, portanto, engloba o conjunto de pessoas e situações que figuravam, involuntariamente<sup>10</sup>, como receptores das ações assistenciais empreendidas de forma menos ou mais organizada por famílias, albergues, confrarias, instituições religiosas e poder político. E este último alargou paulatinamente as suas responsabilidades e a secularização da assistência.

## **1.2. A institucionalização da ação religiosa ou secular**

Abreu (2002, pp. 417 - 425) parte do consenso historiográfico de que o crescimento demográfico sobre os centros urbanos abriu portas para as principais crises econômicas e sociais registradas em Portugal. A partir disso, o autor descreve como o refreamento das

---

<sup>9</sup> A autora recorre principalmente a Kidd (1999, p.3): condição daqueles que precisam trabalhar para viver; a Bronislaw Geremek (1997, p.1-13) quando a autora cita as dificuldades entre historiadores e cientistas sociais diante da complexidade do tema; Traz Robert Castel (1998, p.63-65) que narra que a pobreza ‘por opção’ na Idade Média era admitida como valor católico de salvação, que também “propiciava ao pecador meios de aliviar sua culpa através da ajuda caridosa aos pobres. Assim, a existência da pobreza viabilizava a salvação dos ricos”; Suzanne Roberts (1996, p.25-32) que apresenta no período medieval a predominância de “duas interpretações cristãs acerca dos deveres dos fiéis em relação à pobreza” e que com seu crescimento involuntário teria se “tornado predominantemente de oportunidade espiritual para problema social” o que eu contexto ao observar como a assistência particular se articulou na relação entre fiéis – testamentos – misericórdias – privilégios e patrocínios reais posteriormente; E Geremek (1997, p.75) que atenta para a pobreza como uma preocupação paulatina de atenção e política de Estado: a pobreza começa a ser entendida como responsabilidade pública. Cit. por Viscardi (2011, pp. 180 - 181).

<sup>10</sup> Em 1647, o Padre Antônio Vieira proferiu, na Igreja do hospital real de Lisboa, o “sermão das obras de misericórdia, à irmandade do mesmo nome”. Neste sermão Vieira pregou a ajuda aos pobres como virtude cristã em oposição à ostentação da religiosidade existente nas Igrejas ricamente adornadas. Ao descrever a pobreza citou Santo Agostinho para diferenciar a pobreza voluntária, que é virtude, da pobreza forçada, que é miséria. Para a pobreza voluntária o reino dos céus estaria garantido: Porém, a pobreza que é miséria, à qual nem se prometem os bens dos Céus, nem ela possui os da Terra, antes padece a falta de todos, parece que não pode ser bem-aventurada. Mal-aventurada sim, porque para esta pobreza não há ventura; mal-aventurada sim, porque todos a desprezam, e fogem dela: mal-aventurada sim, porque ainda para se conservar na miséria, há de pedir e depender da vontade alheia, que é a sorte mais triste possibilitam a dádiva que obriga o deus cristão: “A esmola livra de todo o pecado, ainda que fosse mortal, e não consente que a alma vá ao inferno” Antônio Vieira (1959, p. 73) deixa clara a ideia de que Deus está no rei e Cristo no pobre, por isso, os homens devem respeitar o rei e ajudar seus filhos. (Tomaschewsky-2014, pp. 41 - 42).

emergências pelo poder político acabou desencadeando, dentre outras medidas, a significativa centralização dos hospitais - importante nesse contexto, e para o que aconteceria doravante.

“É hoje consensual que as transformações socioeconómicas registadas na Europa desde meados do século XV, potenciadas por uma ameaçadora pressão demográfica sobre os centros urbanos, foram determinantes para a reestruturação das práticas e das políticas assistenciais que desde então procuraram dar resposta à escalada do pauperismo, às cíclicas investidas da(s) peste(s), e ao crescente número de pedintes e de vagabundos. A tendência dominante do poder político, suportada pelos teóricos sociais que começavam a debruçar-se sobre o assunto, foi no sentido de racionalizar, modernizar e secularizar os mecanismos de apoio à pobreza e à doença, ao mesmo tempo em que operacionalizavam os recursos existentes. Entre outras medidas tomadas, iniciou-se a centralização hospitalar, criando-se os chamados Hospitais Gerais”. (Abreu, 2002, p. 417).

Já antes das unificações ordenadas dos hospitais, os recursos para o apoio e assistência dados pelas hospedarias, hospitais, leprosários, albergues e outras instituições vinham de diversas fontes financiadoras (individuais e coletivas, eclesiásticas, leigas e monárquicas) fazendo com que “no século XV existisse em Portugal não apenas uma consciência social, mas também uma estrutura caritativa para satisfazer a esse sentimento. De fato, existia tal profusão de leprosários, hospitais e irmandades de caridade que era inevitável a superposição de atividades”, Russell-Wood (1981, p. 10).

O hospital, a misericórdia, o asylo das creanças, o albergue para os inválidos, a associação que leva auxílio à casa desprovida de todos os confortos, e tantos e tantos actos de religiosa piedade praticados com o maior recolhimento, com a mais santificada consagração. A historia da caridade é um grande livro, e Portugal tem n’essa historia um monumento. (Costa, 1897, p.10).

Os movimentos políticos que Abreu (2002, pp. 398 - 414) resumiu como secularização dos mecanismos de apoio à pobreza podem-se exemplificar por meio de Russell-Wood (1981) pelo *Código 1446 “Ordenações Affonsinas”*, que naquela ocasião estabeleceu que os processos sobre legados cedidos às irmandades transitassem nas cortes civis e não nas religiosas. “Pelo fim do século XV, transpareciam duas atitudes em relação à ‘filantropia social’: primeiro, a necessidade de uma política oficial sobre a assistência social, e segundo, o desejo de parte da Coroa de reduzir a jurisdição eclesiástica sobre as irmandades

caritativas legais” Russell-Wood (1981, p. 10). Nota-se a aplicação dos termos *caridade*, *filantropia* e *assistência* como conceitos de reação institucional contra a pobreza, nessa ordem, do mais religioso para o mais secular.

Em Portugal, a reorganização dos hospitais se deu em 1479, em Lisboa, mediante bula papal com a chancela do então príncipe D. João II, estendendo-se a todas as cidades no ano de 1485, no seu governo já como rei. A maior instituição nesse sentido foi o Hospital de Todos os Santos e, a este, tende-se a associar a história da Santa Casa de Misericórdia, cuja fundação e notoriedade subsequente ao movimento de reorganização dos hospitais, se apresenta livre de indícios concretos de que constitua outro aspecto da centralização oficial da assistência social, Russell-Wood (1981, p.10). O fato da irmandade, mais tarde, desempenhar esse papel resultou do seu imediato sucesso e patrocínio real.

Em termos formais, é possível diferenciar as misericórdias de outras irmandades pelo fato de que elas prestavam auxílios a terceiros. A maioria das irmandades organizadas no mundo luso tinha como fim principal, ainda que pudessem exercer a caridade, prestar auxílio a seus membros. Já as misericórdias eram confrarias organizadas especialmente para exercer a caridade, ainda que também prestassem auxílio material e espiritual aos irmãos. Além disso, estas irmandades eram de imediata proteção régia, e, com relação aos compromissos, só necessitavam de aprovação eclesiástica no que tocava a questões religiosas. (Tomaschewsky-2014, p. 33).

São notáveis os privilégios que todas as Misericórdias ganharam perante a coroa e as demais instituições do Reino, e como cresceram por Portugal, e, em seguida, diante do movimento de expansão marítima, se espalharam facilmente pelas colônias, inicialmente à imagem e semelhança dos modelos da Metrópole<sup>11</sup>, carregando com elas as concepções políticas de assistência social, o exercício moral da caridade, e o doutrinamento ao cristianismo.

---

<sup>11</sup> “As Misericórdias foram fundadas em diferentes tempos e lugares, e, em que pesem as diferenças entre as instituições fundadas com este nome, quase sempre há uma tentativa de identificação com a “matriz” lisboeta. Parece haver a tentativa, por parte da historiografia, de estabelecer uma continuidade entre a irmandade fundada em Lisboa no século XV até mesmo com aquelas fundadas no Império do Brasil no século XIX”. (Tomaschewsky-2014, p. 32).

### 1.3. As irmandades, o processo colonizador e o conceito de pobreza no Brasil

As respostas às dificuldades sociais chegam ao Brasil por meio das confrarias e ordens religiosas a fim de desempenharem a sua caridade como estatuto. A pobreza no Brasil não era conhecida até então pelos seus habitantes originários. O que se dizia da pobreza dos índios era “o paradigma de uma pobreza que, além do material, era também – e, sobretudo- espiritual” do ponto de vista dos colonizadores, Franco (2011, p. 52). Por isso, nesses primeiros movimentos das missões colonizadoras, os nativos americanos não estiveram nos planos das Santas Casas de Misericórdia, mas sim da tarefa evangelizadora das ordens religiosas, sobretudo, dos Jesuítas. Desde a chegada europeia ao Brasil foi registrada a pretensão de caridade nas obras de doutrinação cristão por parte das Companhias católicas, tendo por seu maior expoente os Jesuítas exercendo caridade espiritual e professoral sobre os índios bons, que seriam as criaturas puras, infantis, carentes da moral e da fé religiosa.

Em carta de 15 de julho de 1559, Manuel de Nóbrega escreveu pedindo socorro para os pobres do Brasil que tanto padeciam de enfermidades. “Certamente, não se referia apenas à carência material, mas a outro tipo de pobreza bem explorado nos relatos quinhentistas do Brasil: a pobreza espiritual dos habitantes”, (Franco, 2011, p. 51). O termo “carência” se problematiza nesse aspecto quando pode fortalecer um dualismo historiográfico de favorecidos e desfavorecidos, combatido posteriormente na etnologia ameríndia de Viveiros de Castro e outros. Para o autor, no sentido dessas “complexificações”, recorrendo a Lévi-Strauss e Florestan Fernandes,<sup>12</sup> quando estes falam de uma malha inacabada de interpretação da realidade ou das perspectivas de visões quando se coloca o colonizador ou o colonizado no centro da leitura, adicionalmente, qualquer simplismo em dissolver os referidos dualismos deve ser revisitado com a finalidade de evitar resoluções finais e conclusões sobre a matéria etnográfica.

Entretanto, é factual que todo um conjunto de misérias oriundas dos meios urbanos teriam desembarcado no momento em que a América foi vista por alguns cronistas como a “solução” para os depauperados portugueses, e que “as soluções encontradas pelo modelo assistencial passaram ao largo” a fim de maximizar “os usos de populações indesejadas no reino, espalhando-as pelos territórios colonizados” (Franco, 2011, p. 51).

---

<sup>12</sup> Florestan Fernandes trouxe consigo o desafio histórico de compreender a complexidade e a dinâmica de implantação do sistema colonial nos séculos iniciais da invasão europeia, dentre esses fatores dinâmicos o conceito da destribalização também é trabalhado por Gilberto Freyre. Nesse sentido (da complexidade), apenas os brancos colonizadores teriam exercido influência? E se não, quais teriam sido os fatores dinâmicos a partir das instituições e organizações sociais indígenas? (Viveiros De Castro, 1999 e 2002).

Exaltando, por outro, lado as oportunidades do Novo Mundo, observa-se uma literatura ufanista a respeito do Brasil em obras como a de Gândavo (1576) que tratava de incentivar a migração para as terras novas, sobretudo de pessoas pobres da metrópole. “Gândavo propunha uma espécie de simbiose de dois mundos, de um lado os pobres poderiam encontrar riqueza e, do outro, a nova terra ganharia população fixa.” Até mesmo o degredo de condenados em Portugal poderia, segundo Gândavo, ser uma oportunidade de regeneração dos enviados à América, onde os cativos colonos teriam oportunidade de reaprender valores morais e fazer “muitas obras pias” (Franco, 2011, p. 52). Um dos indicativos do conjurado pendor para aquilo que se entendia por “caridade” na colônia estava, adiante, na presença das Misericórdias. Ali, no território da colônia é interessante observar como que o conceito da pobreza - não espiritual, mas de recursos - não se aplicava àquela vivida pelos escravos (indígenas, africanos e miscigenados), mas pelo contrário, a existência e posse de escravos indicaria a “riqueza” da terra e de quem os pertencia. Numa sociedade escravocrata, a miséria de um povo é sinônimo de ostentação de outro.

A criação das irmandades no Brasil acompanhou o surgimento de vilas e arraiais, com o objetivo de marcar presença institucional da coroa, sendo a Misericórdia uma das principais confrarias imperiais e que nobilitava o território no qual estava estabelecida. Em 1640, o número de Santas Casas <sup>13</sup> em todo o império já era superior a 300 (Abreu e Paiva cit. por Franco, 2011, p. 66) e destas, pouco mais de uma dezena estavam em território americano. No Brasil, se instalaram primeiramente nas principais capitanias, como Pernambuco (c.1539) e São Vicente (c 1543) seguindo por outras. Dentre elas, a de Salvador era certamente o exemplo mais próximo das principais congêneres lusas.

Há ainda um embate fundacional para o título de Santa Casa mais antiga no Brasil, entre as de Santos e Salvador, sendo que as misericórdias do território com maior volume de estudo historiográfico são as de Salvador, Rio de Janeiro e Santos, por serem as mais antigas, alocadas nos sítios urbanos de maior efervescência, volume e qualidade de documentação. Outras delas, instaladas nas demais capitanias, são estudadas por exemplo pelo seu teor peticional à Coroa e menor relevância assistencial (número de pessoas atendidas, ou volume de ações). Observa-se peculiar curiosidade pela Misericórdia de Vila Rica, que ilustrou, em

---

<sup>13</sup> “Se no período colonial o reconhecimento oficial das irmandades cabia à Mesa do Desembargo do Paço, em Portugal, já no Império do Brasil a aprovação das irmandades da misericórdia variou de uma tentativa inicial de centralização, até a regionalização necessária, tendo em conta o processo histórico que manteve um Império mesmo com tamanha disputa por autonomia das províncias. É interessante notar que, em muitos casos, associações com denominações diversas foram adquirindo o status de misericórdia durante o período colonial e imperial. Esta denominação garantia uma série de vantagens e privilégios em relação a outras associações. Vantagens que, por certo, se mantiveram no período republicano, se considerarmos que as entidades fundadas para prestação de caridade, especialmente as que fundavam hospitais, continuavam adotando o nome Santa Casa de Misericórdia”. (Tomaschewsky-2014, pp. 45 - 46).

certa medida, os movimentos políticos, sociais e econômicos do momento da história de exploração do ouro e diamante em Minas Gerais.

Uma vez aprovada a irmandade, os principais de cada localidade inseriam-se numa instituição de esfera Imperial. Nos domínios ultramarinos a igual repercussão desses estabelecimentos nas comunidades locais não deixava dúvidas quanto a uma pretensa homogeneidade das práticas de salvação e de mobilização das elites, e ao mesmo tempo, reafirmava a forma modelar, tipicamente portuguesa, de tratar os pobres, desvalidos, as crianças, os doentes, entre outros. (Franco, 2011, pp. 39 - 40)

As reações às questões sociais, em estatuto, realizadas então pelas Santa Casas de Misericórdia traziam consigo a abordagem de assistência com viés urbano, como o enterro dos defuntos em excesso pelas ruas, tratamento dos doentes por pragas, lepra, e vítimas de guerra, da arrecadação de esmolas, do direcionamento e tratamento de órfãos, e outras dificuldades já conhecidas em Lisboa, e que se tornaram tônicas no Brasil. Sob a ótica da institucionalização da ação social, estende-se à governança das colônias a metáfora secular do corpo místico no qual todos os membros da hierarquia (cabeça, braços e pernas) deveriam estar em condições mínimas para o bom funcionamento mecânico e orgânico do Estado. Isso se valida em ações como a centralização e institucionalização dos hospitais com vistas a maior “laicização”, como afirma Sá (1997, pp. 40 - 44).

A América portuguesa teria acompanhado de longe os avanços no pensamento sobre as práticas mais efetivas de auxílio aos pobres, e na maior parte das vezes a colônia teria apenas incorporando alguns discursos numa realidade em que a “distância do rei, a baixa institucionalização do poder eclesiástico, a escravidão, e formas peculiares de legitimação entre elites e o povo foram condicionantes para o florescimento de atitudes em relação aos pobres” no território ultramar (Franco, 2011, p. 14). Aos “discursos reproduzidos” também era somada a natureza religiosa, de dualidade entre ricos e pobres:

Ao rico, compaixão; ao pobre a humildade. Esses binômios tornavam-se essenciais na composição de uma visão mais ampla da cristandade. A pobreza apresentava, portanto, uma qualidade potencial: por meio dela, os ricos justificavam-se mostrando virtudes publicamente e, por sua vez, os pobres conseguiam seu sustento. (...). Nos domínios ultramarinos igual repercussão nas comunidades locais não deixava dúvidas quanto a uma pretensa homogeneidade das práticas de salvação e de mobilização das elites, e ao mesmo tempo reafirma a forma modelar tipicamente portuguesa,

de tratar os pobres, os desvalidos, as crianças, os doentes, entre outros. (Franco, 2011, pp. 39 - 40).

#### 1.4. Público beneficiário e as ações realizadas: semelhanças e diferenças entre metrópole e colônia

Os beneficiários da assistência<sup>14</sup> no Império Português eram pobres que sobre si não possuíam capacidade de subsistência, e foram outrora muito bem especificados por Sá (1997, pp. 25 - 34) como pobres envergonhados que eram indivíduos que desceram na escala social, mas mantinham relações com a classe social original; os merceeiros/as que em geral idosos sem amparo econômico; os Enjeitados Filhos ilegítimos em risco de infanticídio; além de leprosos, presos e mulheres vulneráveis segundo sua condição matrimonial – a exemplo das viúvas.

No Brasil, o perfil do público alvo era similar ao de Portugal, com o adendo de que índios e escravos<sup>15</sup>, apesar de serem os mais pobres, não eram considerados público beneficiário. Senhores pobres de escravos sim eram considerados público alvo, e nos casos em que escravos fossem atendidos para fins de hospital ou funerário, os custos deveriam ser arcados pelo seu proprietário. É o que Franco (2011, p. 232) denomina como Caridade Seletiva. “Na América Portuguesa, escravos ocupavam o último lugar social [...] mulatos eram associados a vadios e ociosos. Por sua vez, escravos permaneciam como responsabilidade de seus senhores”. A esmola ainda, em especial de testamentos, levava em conta aspectos morais dos beneficiários “em suma a ação caritativa frequentemente fazia questão de selecionar os beneficiários a partir de aspectos morais”, com preferência para viúvas, e pobres brancos honrados.

---

<sup>14</sup> As misericórdias assumiram, a partir das unificações e privilégios cedidos pela Coroa, os beneficiários tais como os exemplos institucionais citados por Sá (1997), tendo as esmolos individuais permanecido em menor grau e por vezes proibidas. Em Lisboa os presos receberam assistência exclusiva das misericórdias quando receberam a incumbência de prestar assistência no interior das prisões. Todos os atendimentos das Santas Casas eram realizados desde que estivessem dentro, e sob o espectro, de seus sete compromissos espirituais e corporais. **Espirituais:** Ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores com compreensão, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. **Corporais:** resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar dos doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres, sepultar os mortos. Sá (1997, p. 105).

<sup>15</sup> “Por certo, há uma aparente contradição entre a existência do sistema escravista e a prática da caridade. Considerando que a primeira das 14 obras de misericórdia era “remir os cativos e visitar os presos (...) entre os mesários principais (provedor, escrivão e tesoureiro) estavam alguns dos maiores proprietários de escravos da região, (...), mas eles eram muito caridosos e doavam o trabalho dos seus escravos para a construção de um hospital para a “humanidade sofredora”, assim informa o periódico “O Comércio” em 1863”. (Tomaschewsky-2014, p. 34).

A mestiçagem se tornara, pois, no século XVII uma questão de Estado. E as medidas diante do crescimento populacional dos mestiços<sup>16</sup> ocorrida por motivo dos movimentos expansionistas, do crescimento do traslado de escravos para a América (a fim de suplementar e suportar a atividade econômica), e das políticas abolicionistas, foram em certa conta medidas de privação de direitos, retirando desse público a possibilidade de participar da política e da governança.

Era nesse sentido que poderiam ser compreendidas as diversas medidas propostas ao longo do século: criação de juntas de execução sumária, de forma a conter a violência; tentativas de impedir o recebimento de legados de filhos mulatos e, ressalta-se, ilegítimos; leis que procuravam controlar o uso das vestimentas, freando a ostentação... Várias das ações feitas ao longo do século tinham um fundo moral, de delimitação dos papéis sociais, tentando restabelecer lugares nem sempre claros diante da miríade de hierarquias que se constituíra na colônia. (Franco, 2011, p. 301).

Em decorrência, a seguir no século XVIII, o sistema hierárquico nas colônias era sustentado pela condição inferiorizante dos públicos mestiços, e nessa altura o “segmento dos alforriados e seus descendentes foi uma espécie de depositário de todos os males vividos na colônia”. (Franco, 2011, p. 300). Em ambos os territórios (colônia e metrópole), para fins de satisfazer aos interesses do Estado, a gestão da assistência lidaria após a metade do século XVIII com a tônica da vadiagem, ociosidade e vagabundagem, formando um arcabouço legal de repressão ligado à nova “ética do trabalho” que se imporia através de instituições e ações planejadas. Obviamente, como já dito, no Brasil, os ociosos, vagabundos e vadios eram mestiços, e do ponto de vista da assistência, tanto Minas Gerais quanto Rio de Janeiro<sup>17</sup>, através de retaliações pulverizadas, associadas à rejeição ao crescimento econômico dos mestiços, observaram maior atuação com esse público.

---

<sup>16</sup> O século XVIII assistiu, portanto, o grande arranque demográfico dos mestiços e libertos, combinado à antipatia inveterada aos segmentos miscigenados e à influência cada vez maior das ideias que pregavam o controle dos povos como solução para a monarquia portuguesa (Franco, 2011, p.300).

<sup>17</sup> “A importação de africanos provocou um salto populacional significativo na recém-descoberta região mineradora: o número de cativos, que estava em torno de 20 mil almas na metade da década de 1710, alcançou cerca de 100 mil e 1735. A cidade do Rio de Janeiro também passou por uma considerável mudança, consagrando-se como a principal via de acesso às Minas”. (Franco, 2011, p. 306).

É possível verificar que a questão de financiamento<sup>18</sup> das obras sociais foi tema recorrente e gerador de crise ao redor das misericórdias, e posteriormente, do fim da atuação de algumas instituições religiosas. Na medida em que o Estado se propôs regular e assumir responsabilidades, as relações com as confrarias e irmandades, especialmente intervindo em sua composição, função e recursos foram se alterando. Mais do que isso, se alternavam as relações e a estruturação público – privadas.

No final do século XVIII, as políticas contra a pobreza apontavam para uma maior racionalização, com mais regulação das esmolas, restrições às confrarias e às definições e os critérios de públicos beneficiários. Deve-se ressaltar aqui o fato da ‘reação’ social, a partir da movimentação Estatal em estruturar um “plano” de assistência, assumir o caráter do que mais tarde seria chamado de política pública, que aparece quanto mais o protagonismo da igreja católica nesse âmbito é diluído.

Identificadas como “as primeiras mudanças substanciais na forma de lidar com os subalternos”, as Casas Pias faziam parte de uma política mais de repressão da ociosidade que para sua prevenção, sendo a base de tais ações repressivas o trabalho forçado. Por algum tempo o mote contra os vagabundos e ociosos permaneceu, associado à necessidade de mão de obra.

A casa pia agrupou vários colégios de educação para órfãos de ambos os sexos, além de vadios e mendigos do século masculino, válidos para o trabalho, mulheres dissolutas e vadias. As casas pias, portanto, faziam parte das orientações governamentais, de cunho caritativo e repressor, que pregavam a disciplina e a ordem às populações pobres, vistas como uma potencial ameaça que era necessário controlar. (Franco, 2011, p. 327).

Foi sob a gestão Pombalina que tais alterações na assistência se estabeleceram, em um novo sistema de convicções que se apresentava, o progresso econômico se faria necessário através do fortalecimento da gestão do Estado. E no que diz respeito à interferência desse Estado, Abreu (2000, p. 412) aborda que, em geral, até o século XIX, as medidas tomadas foram “pontuais, insuficientes e de reduzido alcance”. E isto porque até então “não tiveram força de lei”.

---

<sup>18</sup> De forma similar ao que aconteceu em Portugal, as Misericórdias se tornaram credoras de interesses públicos e privados, e experimentaram diante desses financiamentos várias dificuldades em reaver os seus recursos. Frequentemente não conseguiam entrar em posse de legados que lhes cabiam por direitos. Quando era necessário algum socorro, o mesmo era solicitado em apelo à Coroa. Os empréstimos eram em geral pedidos pelos próprios irmãos, principalmente pelos mais abastados, ao qual Sá (1997, pp. 84 - 86) chega a reclamar como “ambiente promiscuo”, já que diante de fraudes eleitorais, nepotismo e outros casos registrados na época, os recursos eram solicitados com discurso de caridade, e depois de angariados repassados a parentes e pessoas ligadas diretamente a alguns irmãos que constituíam o corpo diretivo.

As reformas nesse sentido, ao considerar o amplo espectro de assistência que já existia por parte das Misericórdias, foram norteadas por um racional de sequenciamento do que já vinha sido feito<sup>19</sup>. Tomaschewsky (2014) remonta a Laurinda Abreu (2008):

Enquanto outros estados europeus reformavam profundamente seus sistemas assistenciais, Portugal tentava reformá-lo superficialmente mantendo a estrutura das misericórdias, cuja organização foi sim inovadora, mas no final do século XVI. O Brasil, Estado nascente, seguiu de perto a política da antiga Metrópole intervindo no funcionamento de algumas destas irmandades que apresentavam problemas administrativos e incentivando a organização de novas associações nas vilas e cidades que cresciam e/ou que eram fundadas. Porém, diferentemente do que ocorreu nas repúblicas vizinhas, as irmandades não foram dissolvidas. (Tomaschewsky-2014, p. 151).

### **1.5. Dois Estados independentes e a relação com a assistência**

O que se observa a partir do século XIX, em ambos os territórios é, portanto, uma gerência social cada vez maior por parte dos Estados, fazendo com que as iniciativas de ‘reação’ às questões sociais tomassem configurações diferentes na medida também em que os cenários urbanos mudavam para densidades demográficas intensas e não planejadas, ocupados pela crescente classe operária<sup>20</sup> - que reclamavam direitos mas que ainda continuavam em situação de pobreza – e, em complexidade, miscigenada pelos fluxos intensos de migrações. As práticas assistenciais e associativas dessa sociedade civil, quando empreende suas iniciativas organizadas, partem da caridade à filantropia e ao cooperativismo, requalificando, assim, tais ações de forma que sua representatividade simbólica e factual ocupasse espaço de ação e diálogo sobre ‘direitos e deveres’ junto ao Estado.

---

<sup>19</sup> “Tem-se ignorado demasiado que em Portugal, tanto durante a dita “monarquia absoluta”, como no Liberalismo monárquico, o Estado e as instituições formais desempenharam papel decisivo na assistência pública, que é uma das vertentes do Estado-Providência, e que a rede institucional beneficente não só não era tutelada ou custeada pela Igreja Católica, como, praticamente, não empregava membros do clero”. (Lopes, 2013, p. 2).

<sup>20</sup> O tema da pobreza e direitos operários é predominante ao consultar a historiografia portuguesa. “Não podemos falar, como dissemos, de estudos da pobreza em Portugal nos séculos XIX e XX, mas sim de trabalhos sobre certas categorias de gente pobre ou passível de o ser. Dentro destas categorias o que tem gerado maior interesse por parte dos historiadores são os operários com os seus temas de condições de vida, problemas laborais, movimentos associativos ou sindicais, surtos grevistas, etc. Todos sabemos que os operários constituíam uma minoria escassa da população portuguesa no séc. XIX, concentrando-se nos dois maiores centros populacionais, e foi só num século XX bem tardio que a população agrícola deixou de ser maioritária em Portugal”. (Lopes e Roque, 2000, pp. 7 - 8)

Na configuração dos Estados não existiam ainda direitos sociais como hoje os compreendemos, mas sim, obrigação com alguns grupos em risco e que estavam destituídos de tal forma que não podiam por si manter sua existência ou que ameaçavam a ordem e as condições de saúde e higiene. Obrigações tais que permitiam uma cobrança da sociedade caso essas demandas básicas não fossem atendidas. Todavia, *obrigação* difere muito de *direito*. A partir do direito, mais social do que político, é estabelecida uma situação em que pode haver uma ação direta de exigência de certas prerrogativas legais. No caso da ‘obrigação’ só é colocada a oportunidade de ação no centro do poder, e o que as pessoas podem fazer é pedir, implorar misericórdia, já que não tem direitos, a sua função é receber. (Tomaschewsky-2014, p. 40).

Se até então, no Brasil e em Portugal, a Igreja era responsável pela interlocução entre doadores e assistidos, nas políticas sociais estimuladas pelo Estado as reivindicações poderiam ser mais diretas. E quanto mais forte o associativismo, mais força no alcance dos direitos já legalmente concedidos, ou conquistados<sup>21</sup>. “No século XVI, a ajuda aos pobres tinha como argumento central a religião. No século XIX a integração da sociedade ocupa um lugar central e justifica o auxílio que deveria ser prestado” (Tomaschewsky-2014, p. 152) pela ótica de igualdade dos direitos fundamentais. Assim sendo, as ações sociais exercidas por particulares, que nesse momento ganham visibilidade sob a alcunha de filantropia, e estimuladas pelo viés liberalista estatal, cobririam tanto a questão da previdência<sup>22</sup> e dos interesses de classe (muito em parceria com as mutualidades<sup>23</sup> que são parentes próximas das associações filantrópicas e das operárias) quanto assistenciais a partir das obras pias próprias,

---

<sup>21</sup> “Normalmente afirma-se que a Igreja era responsável pela assistência aos pobres e que ao Estado não interessava tal intervenção. Os marcos para a intervenção do Estado são normalmente a lei de acidentes de trabalho em 1919 e a lei Eloy Chaves, que estabelece aposentadoria para ferroviários em 1923. O interesse dos historiadores e outros estudiosos sempre esteve mais voltado para a formação da classe trabalhadora e a obtenção de direitos sociais a partir das lutas operárias (ou concessões antecipadas). Na verdade, parece haver uma disputa de interpretação (que pode também se colocar como uma disputa ideológica) entre aqueles que vêm os direitos sociais no Brasil como conquista ou como concessão”. (Tomaschewsky-2014, p. 37).

<sup>22</sup> “A assistência liberal oitocentista não incluía a previdência, já que esta devia ser fruto da iniciativa voluntária dos próprios interessados, e por isso os governos de então procuraram incentivar o associativismo. À assistência não competia, como afirmava um ministro português em 1867, “impedir a queda”, mas sim “assistir depois da queda”<sup>37</sup>. Na realidade, apenas a queda de alguns. Depois, a acção social do Estado incluiu a previdência. Previdência social (também só para alguns pauperizáveis) foi no seu ideal o objectivo da política social do Estado Novo. Os posteriores conceitos de segurança social e de estado-providência englobam toda a população, atingem todos os níveis, o pleno social”. (Lopes 2013, página 9).

<sup>23</sup> Ronaldo Pereira de Jesus (2016) apresenta assim o mutualismo: “Desde meados do século XIX, as práticas associativas difundiram-se vertiginosamente criando ou recriando no mundo ocidental uma variedade significativa de sociedades científicas, clubes literários, grêmios recreativos (dramáticos, musicais, desportivos), cooperativas, sindicatos e partidos políticos. Nesse contexto, surgiram as associações de ajuda mútua, cujo objetivo era proteger os associados dos riscos que comprometiam as condições de vida dos trabalhadores, disponibilizando ajuda pecuniária em casos de doença, acidente, invalidez, velhice, prisão e morte. Frequentemente, a experiência mutualista ampliou-se para além dos objetivos básicos dos socorros e passou a prever também a construção de bibliotecas, a comemoração de efemérides, a publicação de jornais e livros, a instrução de jovens e crianças, a procura de emprego e o entretenimento educativo, eventualmente com fins caritativos ou filantrópicos (Ver: Cedeño, 1983; Recalde, 1991; Linden, 1996; Rosendo, 1996; Munk, 1998; Ralle, 1999; Dreyfus, 2001; Viscardi, Jesus, 2007)”. (Jesus, 2016, p. 1145).

em forma de doações às causas dos menos favorecidos e desassistidos. Não competia à assistência pública, como afirmava o ministro português Martins Ferrão em 1867, “impedir a queda”, mas sim “assistir depois da queda”. Na realidade, apenas a queda de alguns (Lopes, 2013, p. 2). No Brasil, a ampliação da urbanização alterou a percepção sobre os pobres e escravos. Esses, no racional escravocrata, até então eram mais atributo de riqueza do que pobreza, e se tornariam “problema social”, alforriados, enquanto classe operária, associados aos baixos níveis salariais, analfabetismo, ocupação de áreas urbanas insalubres e desorganizadas.

A passagem das relações de colônia e metrópole para dois Estados soberanos independentes faz com que as relações entre ambos, no que diz respeito à mútua influência na matéria associativa, tivessem como principal interlocutor, a grande emigração Portuguesa, e essa é a segunda grande convergência histórica, da ação social entre Brasil e Portugal desde as instituições coloniais. Como diz Ferreira (2007, pag.1):

Até os anos 1930, o Brasil foi a destinação preferida de uma importante emigração portuguesa. Mais de um milhão de portugueses partiram para o Brasil entre 1889 e 1930. Longe de constituir um grupo homogêneo e unido, a colônia portuguesa se caracterizou por numerosas divisões econômicas, sociais e políticas. Um dos fatores dessa heterogeneidade é o perfil estrutural da emigração portuguesa que conheceu uma evolução importante no decurso do século XIX. Depois da Independência brasileira, as primeiras gerações de emigrantes portugueses que chegaram ao Brasil são majoritariamente bem acolhidas, muitas vezes por membros da família ou por amigos já instalados em Recife, Salvador ou no Rio de Janeiro e trabalharam sobretudo no setor comercial. No fim do século XIX, a emigração portuguesa torna-se uma emigração mais maciça, muito mais pobre, sem rede de acolhimento no Brasil. (Ferreira, 2007, pag.3).

Os processos migratórios luso-brasileiros, junto com a manutenção de alguns fluxos financeiros e comerciais, seriam os laços em comum, daqueles que suscitam ações assistenciais desde o século XIX até os dias atuais, com alternância de fluxos maiores ora para o Brasil, ora para Portugal, como se dá atualmente.

Com efeito, depois da Independência de 1822, se Portugal e Brasil mantêm globalmente relações cordiais, justificadas essencialmente por

interesses econômicos e demográficos<sup>1</sup>, as trajetórias políticas dos dois países divergem, pouco a pouco, no decurso do século XIX. No plano político e, em particular na política externa, Portugal e Brasil têm poucos interesses comuns. A política exterior do Brasil é principalmente dirigida para Buenos Aires, Londres e Washington, onde estavam concentrados os seus interesses comerciais e geopolíticos<sup>2</sup>. A política estrangeira de Portugal é essencialmente baseada em três pontos: a questão colonial, a busca da neutralidade no contexto europeu e o estabelecimento de relações políticas cordiais com a Espanha<sup>3</sup>. (Ferreira, 2007, pag.1).

O pleito por laços estreitos com o Brasil se intensifica depois da Proclamação da República em Portugal, em 1910. Sob as mãos republicanas a tentativa foi de unificação das culturas lusófonas, a partir de um discurso nacionalista, em que os ex-territórios coloniais seriam herança da ação Portuguesa, de sua capacidade de expansão e colonização. O Brasil serviria de exemplo para as demais colônias. “Assim, a valorização das relações com a sua antiga colônia permite às autoridades portuguesas provarem a existência dessa esfera de influência lusófona e afirmar a posição portuguesa na cena internacional como metrópole cultural e colonizadora eficiente frente aos seus concorrentes europeus” (Ferreira, 2007, p. 2).

Como indicadores dos laços fluidos dentro dos territórios de cultura lusa, estava pois, o fluxo de imigrantes<sup>24</sup>. E fatores vários explicam o intenso associativismo dos operários e das elites portuguesas no Brasil, como a compensação da falta de apoio consular, apoio à empregabilidade, à seguridade de familiares, e a assistência social básica como enterros e traslados. Surgiram então associações fortes com diversos fins: religiosos, culturais, educativos, sindicais, de beneficência e auxílio mútuo, compondo e fortalecendo um movimento social que se tornaria cada vez mais ativo tanto por parte das associações de imigrantes, quanto de famílias financeiramente estabelecidas<sup>25</sup>.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, portanto, destacaram-se na sociedade civil brasileira intelectuais, políticos, lideranças religiosas ou leigas que, preocupados com a situação de uma crescente multidão de desvalidos, mobilizavam seus recursos – materiais e imateriais –

---

<sup>24</sup> “Mais de um milhão de portugueses partiram para o Brasil entre 1889 e 1930”. (Ferreira, 2007, p. 2).

<sup>25</sup> “A elite portuguesa no Brasil veicula em particular a idéia de que o português não é um imigrante como os outros, que os portugueses não são estrangeiros no Brasil, pois portugueses e brasileiros são ligados pela história, pela raça, pela língua e pela fé religiosa. A contribuição da imigração portuguesa é valorizada como um elemento positivo para o Brasil e para o povo brasileiro, que evitaria, assim, uma “desnacionalização” da sua cultura, ameaçada pela imigração de povos de raça, de língua, de tradição ou de religião diferentes”. (Ferreira, 2007, p. 2).

para amparar as vítimas do pauperismo. “Chamaremos esse grupo de reformadores pois, além de terem atuado como filantropos, sugeriram políticas públicas a adotar no combate à pobreza. (Viscardi, 2011, pp. 188)

e,

O Brasil, já se asseverou em outro lugar, é a terra produtiva e fertilizante da filantropia e da caridade. ... O senso social do coletivismo, embora sob fórmulas rudimentares, sempre teve entre nós um cultivo muito especial e uma estima bastante cariciosa .... Por toda a parte espalham-se as casas de beneficência, os asilos, os orfanatos, os estabelecimentos hospitalares, os dispensários, as casas pias, as associações religiosas, os socorros mútuos, as devoções, as ordens e as irmandades (Paiva, 1922, p.1, cit. por Viscardi, 2011, pp. 188).

O território brasileiro passa também a se formar como terra de elite filantropa<sup>26</sup>, na medida em que essa descobre que é refinado e conferia *status* ser filantropo, e atuar de acordo com as tendências que despontavam na Europa, como o caso da tendência e reputação dos médicos filantropos higienistas. A consciência social se estabelece de forma mais concentrada nas famílias, a filantropia particular familiar. E em continuidade no tempo, no que diz respeito às relações, em Portugal e no Brasil, o que passou a ser praticado a partir do século XX foi um sistema de assistência misto, sobre o que descreve Abreu (2014):

“em que o público e o privado se encontram, com uma forte componente de voluntariado e muito dependente das dinâmicas locais. Uma realidade que esteve longe de se circunscrever a esses dois países, como bem se sabe. Só na aparência, contudo, é paradoxal a ambivalência de Estados que defendem ser de sua responsabilidade a proteção da população ao mesmo tempo que incentivam o aparecimento de sociedades filantrópicas, conservando para si o poder regulador, disciplinar e punitivo”. (Abreu, 2014, p. 12).

---

<sup>26</sup> De modo geral, a elite carioca da virada do século, ou da *Belle Époque*, era formada por capital novo que buscava firmar seus nomes na sociedade e recriar em torno de si um ambiente aristocrático. Na cidade do Rio de Janeiro, capital republicana, conviviam lado a lado a antiga nobreza egressa do Império e um grupo de ‘novos ricos’, cujo enriquecimento datava da virada do século. Recorriam, para tal, à aquisição de mobiliário aristocrático, à organização de coleções artísticas e científicas, e aos hábitos típicos de uma elite salonière. Uma das características dessa elite era buscar sinais ‘aristocráticos’, que podem ser traduzidos na arquitetura das residências, na sua decoração, bem como na maneira de se vestir dos seus integrantes. Ao lado dessas ações, a participação em associações filantrópicas ganhava espaço, sobretudo a partir das transformações do mundo do trabalho – a necessidade de socorro aos acidentes de trabalho, à formação de pecúlio para a velhice, ao atendimento à maternidade –, que obrigava a repensar as relações entre patrões e empregados. (Sanglard, 2010, p.130).

Essas relações entre setores, ou parcerias intersetoriais, nortearam discussões a respeito da qualificação de ações sociais voluntárias menos ou mais emancipatórias, a depender da instituição, família ou filantropo proponente. E compuseram, a interação público-privada, em ambos os países, os ‘setores sociais’ propositores e demandantes do serviço voluntário dos civis, cidadãos comuns, no cenário de um voluntariado institucional, menos ou mais formal, tema que é aprofundado no segundo capítulo dessa tese.

Definitivos para a maneira como a assistência aos pobres se organiza nos séculos XIX e XX são os processos de maturação e adaptação do capitalismo, as crises que dele decorrem, e as movimentações de territórios imperialistas com as respectivas grandes guerras. Em termos sumários se observa a constituição e o fortalecimento do proletariado enquanto classe, a burguesia operando como agente social conservador; e o peso específico das classes e camadas intermediárias (Bastos, 2013, p. 367). A ação das classes trabalhadoras em sindicatos e partidos, constituindo uma participação social com maior número de movimentos e forças, acontece também no Brasil e em Portugal, e acabam por influenciar em muito as ações de assistência e proteção social por parte do Estado, com o nome de políticas sociais.

“Aqui cabe destacar o processo de constituição da consciência de classe para si, pelo proletariado, que é marcado pelo seu protagonismo nas lutas por melhores condições de produção e reprodução da vida social, concretizados através dos sindicatos e partidos políticos. Esse foi um momento no qual ocorreram diversas crises capitalistas, que acarretaram, em um primeiro momento, desemprego, redução de salários e postos de trabalho, aumento da fome e da miséria. A luta dos trabalhadores, aliada à busca dos capitalistas por instrumentos de controle dessa classe em ebulição, geraram respostas estatais mais incisivas à “questão social”. A forma encontrada para solidificar a intervenção sobre a “questão social” foram as políticas sociais”. (Bastos, 2013, p. 368).

No caso brasileiro as políticas públicas sociais vão ocorrer a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas. O desenvolvimento das políticas sociais não se dissocia da ação do poder oligárquico, que continua a influenciar permanecendo sob as bases do poder. A burguesia brasileira convergiu para o Estado, unificando-se com este no plano político (Bastos, 2013), e a atuação contra as questões sociais no país são consequência da centralização de capital pela ação imperialista, e amenizam as tensões a partir de políticas de

regulamentação do trabalho, vindo daí medidas como a carteira de trabalho, aposentadoria e pensões, e também os Ministérios da Saúde e da Educação, a Legião Brasileira da Assistência (LBA), o Código de Menores e a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Em 1930 no Brasil também surge o Serviço Social, que passa a atuar em defesa dos interesses da classe trabalhadora, dos empregadores e do Estado, de partida suas bases ideológicas são a doutrina social da Igreja, e desde essa constituição o seu caráter profissional ganha uma conotação missionária e vocacional, contanto que se mantivesse o controle social dos trabalhadores. O envolvimento social da igreja fora fundamental nas políticas sociais do Brasil e em Portugal no século XX, agora, fosse com a sua associação junto as forças políticas das classes trabalhadoras, ou em suporte moral dos movimentos autoritários nacionalistas.

Em Portugal por longos quarenta anos representa-se a figura socialista do fascismo, o autoritarismo nascido entre guerras capaz de controlar as massas. A fim de garantir a ordem pública e uma paz social compulsiva, os fascismos impuseram políticas sociais de tipo assistencialista (Giorgi, 2014, pp. 93-108 cit. por Garrido, 2018, p. 199), e colocaram em questão o associativismo e o mutualismo voluntário. O autoritarismo de Salazar e a construção da estrutura do Estado-Providência português teve que confrontar o movimento de socorro mútuo decorrente da associação de trabalhadores, o paternalismo patronal de origem católica ou filantrópica, e o seguro obrigatório instituído na República em 1919 e depois desconstruído.

“Essa tendência foi ainda mais forte nas ditaduras periféricas europeias, nas quais o pensamento social católico impregnou as instituições corporativistas e os aparelhos autoritários de “nacionalização do trabalho”, em uma clara combinação de ideias fascistas e social-cristãs (Pinto e Martinho, 2008: 40-42). De modo a enquadrar o trabalho e os próprios lares — recorde-se o papel da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em Portugal, em 1935, decalcada da Opera Nazionale Dopo Lavoro, do fascismo italiano, e da *Kraft durch Freude*, nazi —, essas políticas sociais hostilizaram quer o seguro social obrigatório, quer o mutualismo associativo, dados a inspiração socialista do primeiro e o enraizamento popular e obreirista do segundo”. (Garrido, 2018, p. 199).

E a sùmula do processo se dá em longos períodos de repressão da participação política democrática, na supressão de direitos fundamentais sob pilares paternalistas -

principalmente contra as mulheres -, e no enraizamento da ‘caridadezinha’ como forma de controle mínimo da pobreza e silenciamento dos assalariados, pobres, até os anos 70. Depois da revolução, as iniciativas de participação suprimidas puderam ser testadas, o que não significou redução da pobreza e de consecutivas crises, até a última recessão nos anos dois mil em que os movimentos voluntários foram essenciais, junto às aberturas do mercado e ao vínculo político e financeiro à União Europeia<sup>27</sup>.

No Brasil após os governos populistas, o regime ditatorial a partir de 1964 tratou de limar desde o serviço social às manifestações voluntárias, coibindo as propostas emancipatórias e as resistências de um crescimento econômico que, teoricamente, seria controlado pelo mercado só do qual decorreria o desenvolvimento social<sup>28</sup>. O conservadorismo e a tutela como sistema de assistência, trataria de manter a ordem cívica de trabalhadores silenciados e executores. As convulsões dos movimentos suprimidos, ligados às pressões político-econômicas, culminaram com o fim da ditadura e têm na Constituição de 1988 o que seria o tratado do fim do regime autoritário. Essa que é nomeada de ‘Constituição Cidadã’ acompanharia o estímulo aos movimentos de garantia de direitos e de participação solidárias em função também da pauta do combate à miséria, como a ‘Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida’, por parte do Governo Federal em 1993. O voluntariado se destaca nesse cenário como um convite ao envolvimento da sociedade civil com aquilo que os indicadores sociais demonstravam, que era a pobreza reproduzida sistemicamente em razão de todo o histórico político, econômico e social acompanhado até aquele momento, e que, após anos de ação de um governo eleito pela classe trabalhadora, ainda que com amplas ações de acesso à renda por parte das camadas mais populares, persistiram até os dias atuais, quando o país presencia a governança da direita, neoliberal e conservadora, investindo novamente no poder.

---

<sup>27</sup> “Quase no seguimento da revolução política, Portugal apresenta a sua candidatura à Comunidade Económica Europeia (hoje União Europeia, EU), que é aceite, de princípio, em 1977, e se torna efetiva a partir de Janeiro de 1986. Começa então o “segundo impulso” europeu da economia e da sociedade portuguesa, depois do primeiro, o da EFTA e da emigração dos anos sessenta. Este novo estímulo é, todavia, mais radical. A UE representa hoje três quartos da balança comercial portuguesa. As empresas nacionais estão muito estreitamente ligadas às multinacionais e aos grupos económicos europeus. O protecionismo económico nacional praticamente desapareceu. Portugal é hoje uma das economias mais abertas da Europa, fato esse medido pela proporção do seu comércio externo relativamente ao produto nacional (Barreto, 2002, p.6).

<sup>28</sup> “Com o anunciado “milagre económico”, a política social foi progressivamente vinculada ao sistema produtivo, com o objetivo de corrigir distorções entre produção e consumo, e assim atingir maiores índices no crescimento económico, pois se afirmava que o desenvolvimento social seria consequência automática do crescimento económico. Neste sentido, “a prestação de serviços sociais (educação, saúde, habitação, assistência etc.) passa a contribuir para a reprodução e maior produtividade da força de trabalho” (Silva, 2011: 51). A política social deste período foi marcada pela extrema centralização política financeira no nível federal, pela fragmentação institucional na operacionalização da política, pela supressão da participação popular nas decisões políticas, pelo uso clientelístico dos recursos, pela distribuição de benefícios, pelo autofinanciamento do investimento social e pela privatização de setores rentáveis, como educação, saúde e habitação” (Assumpção e Severino, 2014, p.108).v

O voluntariado, velho companheiro da assistência nessa trajetória descrita no presente capítulo, atualmente pode ainda portar muito dos genes ancestralmente impressos nas relações sociais. É possível prosseguir com as hipóteses de que os principais pontos de convergência histórica entre Brasil e Portugal, e de gestação do que se manifesta hoje, sejam justamente o movimento colonial revestido da moral religiosa e caritativa, que instituiu uma postura institucional tutelar, e em um segundo momento, os grandes processos migratórios para o Brasil, que tanto polinizaram uma cultura associativa e mutualista, como contribuiu com as instâncias de participação política por parte da classe operária que se fortaleceu.

## **Capítulo 2. As estruturas do voluntariado em revisão bibliográfica.**

Como explorado no capítulo anterior, a linha histórica da assistência aos pobres modifica-se em consonância com as políticas de Estado que se manifestam menos ou mais centralizadas. E ao mesmo tempo em que o setor público passa atuar nesse campo assistencial, também se estruturam as práticas de filantropia laicas, que não substituem imediatamente a caridade religiosa que se praticava anteriormente, e exercendo, basicamente, os mesmos tipos de ações.

Esses conceitos concomitantes, sem muito inovar, posicionam genericamente a assistência mais no chapéu do Estado, a caridade em associação com a igreja, e a filantropia na organização pela sociedade civil. Isso assim composto, num cenário em que convivem um número maior de atores e sujeitos, e menor exclusividade da Igreja no comando das ações sociais institucionais, talvez seja um bom ângulo para a fotografia que se consolida a partir do século XIX.

O conceito de voluntariado como explorado no decorrer da tese assenta-se sobre esses e outros construtos que se demonstram basilares, e que por isso serão desenvolvidos na primeira parte do segundo capítulo. A insistência nesses termos, que nessa dissertação julga-se estruturantes, é justificada pela hipótese de que a forma como se concebe a participação social, ainda hoje, especialmente por meio do voluntariado, é uma derivação ou desenvolvimento dos mesmos. E sendo assim: de onde provém, as ações de voluntariado buscam reproduzir ou reduzir as desigualdades sociais? O que significa uma iniciativa de voluntariado para os atores envolvidos nessa atividade? Estão instaladas no campo assistencial e filantrópico? Sob qual moral e valores? Esses e outros questionamentos poderão ser examinados nos passos que se seguem.

### **2.1. Genealogia conceitual do voluntariado**

#### **2.1.1. A Caridade**

A caridade, que vem do latim *caritas* e significa amor ao próximo, tem uma base do seu exercício ocidental no cristianismo, e é uma parente ancestral das iniciativas de voluntariado como conhecemos, praticada de forma institucional ou particular. Trata-se de uma elaboração moral sobre o costume da partilha - que sempre foi comum e natural nas

relações tribais e nas instâncias de sociabilidade primária<sup>29</sup>. Nesse contexto, a caridade se desenvolve de forma verticalizada nas relações entre instituições e indivíduos, gerando qualificações simbólicas para as bênçãos, estando ligada ao caráter nobilitante do indivíduo que a pratica e ao desvalimento de quem a recebe. Sua incidência, conforme o recorte feito para esse trabalho<sup>30</sup>, ganha força institucional na assistência por parte das irmandades católicas da Europa, por volta do século XV, conforme melhor visto no Capítulo 1.

As motivações para as ações caritativas institucionais na Europa absolutista foram definidas por Sá (1997, pp. 7 - 19) como uma obrigação dignificante do caráter das elites, e deveriam começar pela figura dos reis. E os princípios de fidalguia compassiva estavam imediatamente ligados aos valores cristãos da caridade. Ela era motivada nas mentes nobres, eclesiásticas e também nas leigas (como no caso das confrarias) e com essa embalagem foi levada à colônia - o futuro Brasil.

“A valorização dos padrões morais (...) incentivou o uso recorrente das palavras caridade, compaixão, e mesmo pobreza e esmola como forma de ação também no universo político. Se as virtudes essenciais de um bom cristão passariam fundamentalmente por um temperamento compassivo e liberal em contraposição ao espírito avaro e egoísta, o rei deveria encarnar a figura máxima de uma visão benevolente com os mais fracos [...] A caridade cristã aparecia como um grande investimento simbólico para o monarca. A utilização do termo esmola também imputava a obrigação moral de cumprir os preceitos caros à monarquia católica. A imagem de um monarca compassivo permeou discursos políticos,

---

<sup>29</sup> Diógenes (2012) nos faz compreender esses conceitos trazidos por Durkheim, mas cunhados por Alain Caillé: **Sociabilidade primária** e a **sociabilidade secundária**. “O primeiro é considerado como sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (Diógenes, 2005, p.48), quanto à sociabilidade secundária “trata-se de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho (2005, p. 58)”. (Diógenes, 2012, p.14).

E “Robert Castel vale-se dessas expressões para situar o social-assistencial. A sociabilidade primária acontece quando os membros da comunidade são capazes de dar conta, a partir das relações parentesco e/ou comunais, dos indivíduos que não podem se manter sozinhos. A sociabilidade secundária acontece quando são criadas instituições específicas para cuidar das pessoas que, neste caso, podem ser cunhadas de “desfiliadas”. (Tomaschewsky, 2014, pp. 38 - 39).

Além disso: “Os principais campos da socialidade primária são o parentesco, a aliança, a vizinhança, a associação, a amizade e a camaradagem. Por outro lado, pertencem à esfera da socialidade secundária os campos do teológico-político, da guerra e do intercâmbio mercantil. Se nos reportarmos às quatro esferas distinguidas na primeira parte, as do Estado e do mercado pertencem à socialidade secundária, a esfera doméstica, à socialidade primária, e a esfera da dívida entre estranhos pertence simultaneamente às socialidades primária e secundária” (Godbout e Caillé, 1999, p. 163).

<sup>30</sup> Esse aparte é feito, pois, recortar temporalmente a caridade pode ser impossível, já que ela aparece em textos sagrados milenares, tendo sua prática estimulada (ou criticada), como atributo do religioso, numa linha temporal de crenças e práticas que antecede a lógica social e institucional que decido abordar aqui, ou seja, não se abriga nesse trabalho essa interpretação em que a caridade é anterior e diluída no espaço - do oriente ao ocidente - e presente no campo espiritualista.

tornando se atributo – o do rei “misericordioso” – disputado, por exemplo, entre os reis de Portugal e Castella”. (Franco, 2011, p. 27).

Para o entendimento do simbolismo inculcado nas relações de caridade, é necessário conhecer os atores que o configuram em dois lados distintos: quem doa e quem recebe. Sobre o receptor, como afirma Witter (2007, p.157), a caridade está direcionada ao passivo desvalido, ou seja, os atos caridosos são concebidos para atender uma parcela da humanidade que é desprotegida<sup>31</sup> por paternidade, o que nos remete à qualidade de ‘relações paternalistas’. Para manter uma lógica como essa, o juízo dos beneficiários por hipossuficiência é essencial, pois ele é que garante a ação do doador. Como classifica Castel (1998, cit. por Tomaschewsky, 2007, p. 14), as pessoas em situação de pobreza puderam ser público-alvo da caridade institucional religiosa em dois casos: quando eram incapazes de produzir e quando se tratavam dos “desfiliados” que poderiam trabalhar, mas não encontravam emprego, e esses últimos eram facilmente enquadrados como vagabundos.

Entretanto, do outro lado, estão os doadores, para os quais pedir ou doar para fins de caridade era virtuoso, uma vez que não pediam para si, e ‘desprovidos do egoísmo’, olhavam também pelos desvalidos e por eles intercediam, portadores, que eram, dos estandartes da caridade. Sob os olhos atuais, escrito dessa forma pode soar irônico, mas compunha a verdade simbólica do ato de benevolência.

“Ao rico, compaixão, ao pobre a humildade. Esses binômios tornavam-se essenciais na composição de uma visão mais ampla da cristandade. A pobreza apresentava, portanto, uma qualidade potencial: por meio dela, os ricos justificavam-se mostrando virtudes publicamente e, por sua vez, os pobres conseguiam seu sustento”. (Franco, 2011, p.16).

E a figura utilitária do pobre para salvação dos ricos traz uma equação comum na concepção de caridade. Nesse cenário, o voluntarioso doa diretamente ao ‘Cristo transubstanciado em pobre’, e essa passa ser a maior das oferendas, ultrapassando para Padre Antonio Vieira no seu “Sermão das Obras de Misericórdia”, de 1647, até mesmo o sacramento da Eucaristia. Nessa concepção moral, o homem virtuoso deve ao Rei (representante de Deus) e respeita os pobres (cristo encarnado) que são concebidos como

---

<sup>31</sup> Sobre o termo desfiliado, ou sem pai (...) “nota-se também a relação direta da palavra com a ausência de relações paternalistas” - trecho de (Tomaschewsky, 2007, p. 14), no qual a mesma relaciona o paternalismo com as ações assistenciais empreendidas pelas instituições de caridade, como por exemplo as Santas Casas de Misericórdia.

objetos (meio) para a dádiva (fim) da caridade. Essa construção ainda hoje permeia o voluntariado que se aloca sob as bases caritativa-religiosa.

A história da caridade no Império Português acompanha a da assistência personificada nas Misericórdias e demais irmandades católicas, que eram essencialmente caritativas. Quando a assistência é dissociada de sua exclusividade, somada a uma responsabilização paulatina do Estado, foram-se apresentando cenários mais difusos de apoio aos pobres, que englobam a filantropia privada ou a ação pública. O termo caridade, entretanto, não deixa de ser utilizado, e permaneceu evocado em ambos os territórios. É também retomado no período romântico, com o mesmo atributo nobilitante, mas nesse caso, sob uma contextualização menos religiosa e mais filosófica e humanista. A título ilustrativo há o exemplo da publicação do ano 1887 intitulada *Caridade*<sup>32</sup>, em que é possível captar, entre pequenos textos e poemas, um olhar sobre o que se buscava simbolizar por caridade em Portugal de 1887. Seu conteúdo exalta a caridade adjetivando-a como: “luz da redenção”, e “maravilhosos matizes e influxos dessa luz”, “livres do egoísmo e da escravidão”, que se repetem por todo o conjunto da obra relacionando-a ao ideal de fraternidade, como “virtude por excelência”, conforme assina Castro Neves na mesma publicação. “O que é evidente, é que, vivendo nós em sociedade, todos os atos que tentam a beneficiar nossos irmãos, a minorar os seus sofrimentos, a enxugar as suas lágrimas, a esclarecer o seu espírito, constitui uma espécie de virtude que não se confunde com nenhuma das outras”.

De forma mais crítica, Tomaschewsky (2007) apresenta um olhar para as relações que a caridade dinamiza, pelo ponto de vista dos direitos e da justiça social:

“A caridade e a filantropia foram os principais meios (e, de certa, forma fins) de distribuição da assistência aos pobres desde a Idade Média até pelo menos as primeiras décadas do século XX no mundo ocidental. Indivíduos, instituições e mesmo o Estado justificaram as atitudes tomadas para prestar socorro (ou controlar) os pobres como atos de benemerência”. (...) “sendo justificada desta forma a assistência não poderia ser compreendida como um direito, e as ações dos indivíduos ou instituições que prestavam assistência não poderiam ser pensadas como atos de justiça social” (Tomaschewsky, 2007, pp. 15 – 16)

---

<sup>32</sup> Vários Autores, *Caridade*, foi publicada no Porto com data de 21 de março de 1887 em volume único.

A autora também recupera de José Pedro Barrán (1998) um constructo interessante, que o autor uruguaio chama de *potlatch* católico “a prática dos peditórios e esmolos, que eram realizadas em Montevideu no período colonial, não apenas para caridade, mas para fins diversos como construção de obras públicas”. Afinal, *potlatch*, segundo retoma Tomaschewsky (2014), é um termo de tribos norte americanas que passou a ser um conceito da antropologia a partir de Marcel Mauss, e que poderia ser traduzido como *prestações totais de tipo agonístico*.

“O *Potlach* era um ritual de dons e contradons realizado pelos chefes tribais, onde o objetivo era dar mais, aquele que desse mais mostrava que tinha mais poder e rebaixava o outro, havia inclusive destruição de riquezas. O princípio fundamental deste conceito é a disputa. Aqui abordarei a questão das disputas em torno da prática da caridade. Como já demonstrado, controlar uma instituição de caridade proporcionava muito poder a quem estava no comando. Estas pessoas também lutavam para que a sua instituição de caridade tivesse a maior visibilidade, recebesse mais recursos do governo e mantivesse certo monopólio sobre determinadas práticas. Normalmente as disputas ocorriam entre misericórdias e outras irmandades, a Igreja, e instâncias do Estado. (Tomaschewsky, 2014, pp. 166 - 167)

Disputa e caridade apresentam uma dicotomia, o mal e o bem, convivendo num mesmo conceito. O cenário institucional da assistência no Império Português (metrópole e colônia) até o século XIX, ou enquanto se observa a hegemonia das misericórdias, demonstra especialmente nos estudos de Franco (2011), Sá (1997) e Russell Wood (1981) a disputa das elites locais para ocuparem cargos dentro daquele que era “O Órgão” da Caridade do Império, pelo prestígio social, e por toda uma sorte de privilégios, dentre eles a proximidade da Coroa e seus recursos. “Desta forma, quando as pessoas doavam para as misericórdias, algumas vezes pensando ajudar os pobres, na verdade doavam para que os ricos locais pudessem praticar a caridade, e, com isso, fortalecer o seu poder”. (Tomaschewsky, 2014, p.44)

As articulações por parte dos corpos diretivo e político, ligados a essas entidades, para serem os maiores executores das práticas assistenciais nos territórios da metrópole e das colônias, acompanhados dos conflitos de interesses e de práticas contabilísticas duvidosas, fizeram dessas disputas pela ribalta da caridade, em alguns casos, a verdadeira falência de

algumas misericórdias. E desde então, já se ilustram os interesses oligárquicos intervindo numa mecânica institucional tal, que traz perdas principalmente aos mais vulneráveis.

### 2.1.2. A Filantropia

O Termo vem das expressões gregas *philos* e *anthropos* que, conjugadas, traduzem-se livremente como “amor” e “ser humano”. Logo, cabe a interpretação de que significaria amor ao ser humano, ou à humanidade (Araújo, 2015), que aparece no dicionário como 1) Enorme amor à humanidade e 2) Generosidade com os outros; e 3) Caridade (Dicionário on-line Michaelis, 2019), e tem na sua prática equivalência em relação à caridade: subsistem ainda os pobres e esses justificam a existência dos doadores. Como postula Dilene Nascimento (2001, p. 1095), “a filantropia pode ser explicada, *grosso modo*, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas”. E sendo assim, segundo a autora, o “fazer o bem”, a assistência e o socorro aos necessitados, transporta-se de “virtude cristã” da caridade para “virtude social” na filantropia, passando a generosidade a ser compreendida “como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar largamente” (Nascimento, 2001, p. 1095). De fato, assim se identifica a forte incidência das grandes fortunas entre os principais filantropos, aplicada ao ocidente de forma geral, de forma extensiva também ao Brasil enquanto colônia e depois ex-colônia portuguesa, afirmando em si um discurso de ser mais efetiva do que a anterior caridade<sup>33</sup>.

A sustentação da filantropia torna-se uma alternativa à manutenção do ato de doar caridoso, pois se o contexto caminhava para a maior racionalização e laicização, os indivíduos, em moral, se afastavam da dívida à religião e do temor ao Deus entronado no absolutismo, para uma dinâmica em que os atores sociais burgueses requalificavam a noção de nobreza e aristocracia, e as contribuições sociais prosseguiriam sob a mesma dádiva, apenas ressignificada. Mauss (2001, cit. por Tomaschewsky, 2014, p.152) no “*Ensaio Sobre a*

---

<sup>33</sup> “As doações no Brasil têm uma longa história, relacionadas de vários modos nos primeiros séculos à Igreja Católica. Distinções desenvolvidas entre “caridade” e “filantropia” são importantes no Brasil e úteis também no contexto dos outros países: “A caridade”, religiosa em sua origem e tradicional em seu método, era em resultado “melhorativa”; a filantropia, desde o início da revolução industrial, prometia ser secular iluminada e inovadora, apoiando ações preventivas e curativas para o bem-estar dos indivíduos. A caridade buscava aliviar os necessitados; a filantropia recompensava os promissores e visava descobrir uma forma de melhorar a qualidade de vida de todos.” (Kisil, 2014, p.23).

*Dádiva*<sup>34</sup> cita a “famosa Surata LXIV “decepção mútua” (último juízo), dada, em Mesa, a Maomé”, na qual “se encoraja os fiéis a darem esmola em obediência a Deus que, por sua vez, lhes retribuiria”. Ali, o autor, Mauss, sugere que “Alá” seja substituído por “sociedade” e que a esmola seja trocada pela cooperação. Sob o simbólico da lei invisível do dar - retribuir (a dádiva), a filantropia reproduziria esse padrão como se fosse uma releitura da mesma peça teatral, mas com novos atores. Lins de Mello (2015), em “Economia da Esmola”, entendendo ser a esmola um ato de caridade, e que essa pode ser realizada por agentes filantrópicos (à Deus ou ao social), concorda com a opinião de Dilene Nascimento (2001, p. 1095):

“E no plano profano, na sociedade laica, como se traduz essa ação sagrada? Ocorre que o sentido do sagrado permeia a própria sociedade, é nela que o sagrado tem sua gênese. A esfera do profano se interconecta com a esfera do sagrado e produz zonas de confluência onde elementos do sagrado fazem às vezes de elementos do profano e vice-versa. Assim, a esmola habita um *locus* tanto sagrado quanto profano. A ação de doar, central nesse texto e contexto, possui um sentido de caridade que permeia ambas as esferas (do sagrado e do profano), justamente em razão de que a própria sociedade pode ser vista como um ente supremo por excelência, aquele Ser que cria o sagrado e o profano em um mesmo universo. Logo, a esmola pode ser compreendida como uma representação coletiva de origem religiosa e que prossegue no mundo profano prenhe de sacralidade, em função do sentimento de caridade e da expectativa de salvação que motiva a ação social dos indivíduos, dos grupos e da coletividade em linhas gerais”. (Lins de Mello -2015, p. 14).

“A filantropia como ação para com o próximo solidificou-se em tempos idos sob o reinado do imperador romano Flavio Claudio Juliano, responsável por restaurar o paganismo como a religião dos romanos e que a utilizou para equiparação ao termo “caridade”, uma das virtudes da nova religião cristã” (Araujo, 2015). Não é de se admirar que tenha sido recuperada pelos filósofos iluministas em caráter de laicização, valendo-se ainda “do conceito histórico da compreensão que Aristóteles e os Estoicos tinham da amizade do homem para com outro homem” (Araujo, 2015). Atualmente, ainda que aceita como atividade praticada

---

<sup>34</sup> No Ensaio Sobre a Dádiva, Marcel Mauss apresenta um sistema de reciprocidade que existiria como leis nas relações sociais. “Este sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais, é conhecido como dom ou dádiva”. (Mauss, 2001, cit. por Martins, p. 53).

por indivíduos (filantropos) ou por entidades filantrópicas - que são associações sem fins lucrativos-, e assumindo que entidades religiosas desempenhem papel similar, como as Pastorais no Brasil, não é comum a sua associação com as ações sociais desempenhadas pelas religiões. Estas ficam mais no âmbito da caridade, como explicado, na sua postura “doutrinal tradicional”, ou no âmbito da solidariedade sob uma doutrina social, que será detalhada a seguir neste capítulo. Muito embora não seja de nada proibida a associação filantropia e igreja.

Como o tempo acompanha transformações, a partir do século XX, especialmente da década de 90, as ações ditas filantrópicas passam a incorporar racionais de gestão com projetos sociais planejados e focados em resultados. Essas práticas são designadas por Lins de Mello (2015) como *esmola organizada*:

“O que se dá é a ordenação social das esmolas em grandes sistemas administrativos, econômicos e midiáticos. A esmola e a caridade são agora um assunto de profissionais que atuam em organizações filantrópicas ou não, religiosas ou não, privadas ou não, mas necessariamente sob a supervisão e gerenciamento de expertises que traçam metas, que planejam objetivos e os executam. A esmola se organizou!” (Lins de Mello, 2015, p.17).

A filantropia também se torna reconhecida nos séculos XIX e XX no ocidente como ação social exercida por empregadores, por famílias e particulares. Ela cresce como um conjunto de obras sociais de relevância e estímulo à produção científica - especialmente na área da saúde -, à partilha e a retribuição de riquezas gerando atendimento continuado, e à disponibilização de patrimônio social e cultural por meio das fundações. As fundações, ainda que remontem aos tempos romanos, estão ligadas à filantropia de uma maneira funcional (Andrews, 1974, p. 56), passando a ganhar relevância pelas mãos dos ingleses pós-reforma em substituição às iniciativas religiosas, são pessoas jurídicas ricas na diversidade de suas propostas de ação. Juntamente com o desenvolvimento da filantropia, as fundações ganharam regulação própria, e, em alguns países regimes tributários específicos, e papéis diferentes na relação com o Estado, desde a sobreposição à complementaridade na execução de políticas públicas.

Em alguns casos, as fundações em acordos públicos passaram a desempenhar em parceria contratual e convênios a função estatal na área da assistência social, educação, saúde e cultura. Essas relações buscavam, e ainda buscam, a manutenção das fundações como entes

de apoio, num Estado mais centralizado ou descentralizado. E sobre o seu exercício em relação ao Estado, na medida em que na Inglaterra do século XIX se fortalece a ideia do Estado Social, e esse setor - ou “entidade” -, aparece como protetor e garantidor de direitos sociais, o conceito do “interesse público” se fortalece também, e os filantropos passam a ser entendidos como aqueles que direcionam fins privados para interesses públicos. E talvez seja esse o tal “fim público”, a zona de intercessão da filantropia com a atividade do Estado. Os filantropos empreendem recursos, na maioria das vezes valores em dinheiro arrecadado ou da parte de seu patrimônio, para causas que deveriam ser mais ou menos atribuição do ente Governo.

Isso significa que, na medida que a gestão pública oscila para vertentes mais neoliberais, a filantropia privada se fortalece como alternativa de reação às necessidades sociais, em forma de “terceirização” de tarefas anteriormente “responsabilidade do Estado”, ou outro tipo reação, em forma de mitigação, com a retórica de uma sociedade civil que “faz o que o Estado deveria fazer”. É uma temática frequente e não consensual sobre o melhor modelo de responsabilizações das relações intersetoriais.

Viscardi (2011) defende que quando não existe um Estado que seja promotor do bem-estar e seguridade sociais<sup>35</sup>, as associações filantrópicas e as mutualistas<sup>36</sup> serviam para preencher essa importante lacuna, “contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente implantadas” desde o fim da escravatura. Nesse recorte em território brasileiro, acredita-se que tais associações “tenham cumprido um papel fundamental na sociedade civil, no momento em que surgiram e proliferaram”.

“pois além de proporcionar um amparo aos desvalidos dos mais diversos matizes, garantiam, mesmo que parcialmente, a aposentadoria dos trabalhadores, se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas e chegavam até a funcionar como instrumentos facilitadores do processo de construção de cidadania” (Viscardi, 2011, p.100).

Nessa perspectiva da filantropia e a sua contribuição para a cultura de participação, a autora também analisa que, a depender do patrimônio, tamanho e da influência da instituição

---

<sup>35</sup> A autora faz uma apresentação das entidades filantrópicas e mutualistas no contexto brasileiro em meados de 1930.

<sup>36</sup> “Entendemos como mutuais as associações criadas com o fim de prestar socorro aos seus próprios membros em momentos de necessidade” (Viscardi, 2011, p. 100).

filantrópica, o seu posicionamento na sociedade poderia variar entre a “súplica e submissão” para conseguir viabilizar as suas obras até à de cobrança e influência sobre o Estado como entidade formadora de opinião. “Havia, por parte das associações filantrópicas o entendimento de que desempenhavam uma função que era devida ao Estado. Mas sua postura em relação ao mesmo diferenciava-se em razão de seu status e papel na comunidade”, diz.

Em um estudo cujo título original é *The Dilemma of Middle Class Philanthropy – A Summary Report Focusing on the BRIC Countries* de 2012, e traduzido para o português como “O Dilema da Filantropia da Classe Média - Uma síntese focada nos países chamados BRIC” pelo IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) em 2014, Kisil (2014) afirma que a filantropia nos países de língua portuguesa se defronta com duas realidades:

“sua origem comum, e o desconhecimento que existe no mundo sobre o que ela representa para as diferentes sociedades onde está inserida. Isto acontece porque, embora a língua portuguesa seja a sexta mais falada no globo, e a terceira no ocidente, ele é o idioma oficial em apenas 8 países, e 80% das 244 milhões de pessoas que o dominam se concentram em um único país, o Brasil. Como resultado, o português não tem um caráter de idioma global, ao contrário do inglês, e documentos, estudos, teses, e livros são produzidos, divulgados e consumidos por um público restrito, levando a um distanciamento do conhecimento que é gerado e divulgado em português daquele em inglês, tornando-o restrito e isolado”. (Kisil, 2014, p.7)

Se, como sabemos, a filantropia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem a mesma raiz – a colonização portuguesa – e contou com o mesmo modelo de implementação, através das instituições de misericórdias, cujo padrão caritativo dependia da manutenção do *statu quo* do beneficiado, segundo Kisil (2014, p.8) “esta influência foi tão grande que a própria palavra filantropia passou a ter o significado de caridade”. “Em relação à palavra ‘filantropia’, em português, ela é muito ligada à palavra ‘caridade’. No entanto, não se trata apenas da palavra, mas do significado geral que é associado à assistência aos pobres de uma forma paternalista”.

O Investimento Social Privado nasce como uma nomenclatura que desvencilha a filantropia da sua semelhança ancestral com a caridade nos territórios colonizados por

Portugal. Diferente de outras partes do mundo como no modelo americano<sup>37</sup>, este entendimento – como a filantropia era vista nos países de colonização portuguesa – motivou a adoção no Brasil desse novo conceito, o de ‘Investimento Social Privado’, que significa “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou constituídos por famílias, comunidades ou indivíduos” (Kisil, 2014, p. 8) e se tornou muito comum ouvir no ambiente do terceiro setor, por parte das entidades sociais um discurso como: ‘- não fazemos filantropia, mas investimento social privado’. Ainda que esse discurso se encerre como específico do setor (“terceiro setor”) e não alargado à compreensão popular<sup>38</sup>.

E é nesse campo que parte das ações de voluntariado mais estruturadas se assentam atualmente, a partir de projetos filantrópicos que em sua metodologia prescindem ou conclamam a participação popular em trabalho gratuito.

### **2.1.3. A Assistência**

O termo assistência é outro dos mais aplicados no contexto das intervenções e ajudas sociais. Ele é o primeiro que aparece na historiografia em referência às ações das irmandades católicas, associado à caridade, à filantropia e ao voluntariado. E é interessante observar como a bibliografia multidisciplinar (entre a história e as ciências sociais) desenvolve esse conceito.

Na descrição desse assunto, a historiadora e especialista em Sociologia e Política, Tomaschewsky (2014, p. 19) remete ao conceito de Robert Castel em que a assistência seria o apoio em ‘situações de risco’ (um “evento que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurarem por si mesmos sua independência”). E assim, ela é compreendida como ajuda

---

<sup>37</sup> “Em outras partes do mundo, especialmente com o surgimento da filantropia institucionalizada nos países de língua inglesa, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, ocorreu uma importante transformação no significado e na ação filantrópica. O foco passou a ser a necessidade de enfrentar os problemas sócio/ambientais/culturais de maneira que transformasse a qualidade de vida dos beneficiados. A filantropia passou a buscar mais intensivamente a mudança social para que se tornasse justa e sustentável. E, assim, a filantropia passou a se aproximar das questões do desenvolvimento, buscando gerar modelos de ação que estimulassem a adoção de políticas públicas que beneficiassem toda a sociedade”. (Kisil, 2014, p. 8).

<sup>38</sup> “Muitas dessas distinções, senão a maioria, se esvaneceram e a caridade e a filantropia se tornaram mais parecidas do que diferentes. Para os brasileiros, seus recursos continuam a apoiar as necessidades humanas básicas, complementando ou substituindo o papel do governo em relação aos pobres. De modo que os analistas brasileiros, e aparentemente muitos outros no Brasil, agora tendem a usar o termo mais recente “investimento social privado”. “É uma forma de dizer que os doadores devem ser investidores, não em sentido econômico, mas social: a sociedade deve mudar e lucrar em termos de benefícios. Como no caso de qualquer outro investimento, informações preliminares devem ser reunidas, oportunidades devem ser identificadas, modelos alternativos de intervenção baseados em teorias de mudança devem ser descritos, decisões devem ser feitas, metas devem ser estabelecidas, monitoramento e avaliação instalados...” (Kisil, 2014, p. 23).

para permanecer vivo, e pode ser estudada em qualquer sociedade humana no tempo e no espaço. (Tomaschewsky, 2014, p. 19).

E de acordo com Renato Santos (2013, pp. 25 – 29), “quando a prestação de assistência é feita de modo sistematicamente contínuo e estendida ao campo da prestação de serviços sociais, por particulares, é denominada apenas filantropia”. Para Laura Golbert (2013, pp. 449 – 454) em outro verbete da mesma publicação - o “Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social” - filantropia e caridade foram substituídas<sup>39</sup> pela seguridade social, e isso se relaciona à intervenção pública na assistência:

“A intervenção do Estado na assistência aos setores mais vulneráveis da população é uma ação de longa data. Ao longo dos anos, mudanças ocorridas nas distintas esferas da vida política, econômica e social levaram a que essas ações ou estratégias fossem assumindo formas distintas. A caridade e a filantropia foram substituídas pela seguridade social, o que permitiu estabelecer as bases dos Estados de Bem-estar, que tiveram seu momento de expansão nas décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra”. (Laura Golbert, 2013, pp. 449 – 454).

Afora o termo ser usado como qualificação de todos os tipos de ações sociais citados até agora, como por exemplo: a ‘assistência aos pobres por parte das misericórdias e instituições de caridade’, ou ‘doações e trabalho voluntário para fins de assistência aos desvalidos’, no decorrer da história, é ligada às responsabilidades do Estado que a palavra ganha estrutura conceitual quando associada aos direitos sociais dos cidadãos.

E sobre os direitos, em um sistema de assistência que se pretende utilitário, constitui prática de dominação destituir o público-alvo desses seus direitos, quando para ser beneficiário desta, faz-se necessário abrir mão de alguns aspectos da sua cidadania. Como por exemplo, as “*Poor Laws*” ou “Leis dos Pobres”, políticas públicas disseminadas entre os séculos XVII e XIX na Europa, e classificadas por Boschetti (2003, p.53) como legislações que impunham um código coercitivo do trabalho, eram mais punitivas que protetoras, e, segundo Castel (1998) alguns elementos comuns nortearam tais leis, dentre eles

“o estabelecimento do imperativo do trabalho para todos os que não têm outros recursos para viver senão a força de seus braços; a obrigação do

---

<sup>39</sup> E se factualmente substitui ou não, ou mesmo se deveria ou não substituir, são questões que não serão fechadas nessa dissertação. Entretanto, ‘substituir’ na teoria, é diferente de garantir na prática, e garantir tem a conotação de cumprir como um dever.

pobre em aceitar o primeiro trabalho que lhe fosse oferecido (“quem já trabalha, que permaneça em seu emprego – salvo se convier ao empregador dispensá-lo - e quem está em busca de emprego que aceite a primeira injunção que lhe for feita nos limites territoriais”); o bloqueio da retribuição ao trabalho efetuado, que não poderia ser objeto de negociações ou ajustes; a proibição da mendicância aos pobres válidos, vedando a assistência aos indivíduos aptos para o trabalho, obrigando-os a se submeterem aos trabalhos oferecidos” Castel (1998, p.98).

E de acordo com Couto, por essa lei

“(…) os pobres abdicaram de seus direitos civis e políticos em troca de sua manutenção<sup>40</sup> pela coletividade. Por meio de uma taxa, paga pelos cidadãos, e com a preocupação de que os pobres representavam um problema para a ordem pública e de higiene para a coletividade, o tratamento deveria ser feito pelas paróquias, que tinham a tarefa de controlá-los. Evitavam, assim, que as populações empobrecidas prejudicassem o funcionamento da sociedade e, ao atendê-las dessa forma, não criavam situações indesejáveis para a expansão do capitalismo e para o necessário sentimento de competição que deveria pautar a integração dos homens na vida social” (Couto, 2006, p.63).

A assistência assim exercida destitui o público assistido da condição de cidadão, de pessoa capaz. Para Schons (1991, p. 45) “uma observação mais cuidadosa nas leituras sobre a assistência nos últimos anos nos remete à concepção da assistência como um direito social e uma ampliação para a cidadania<sup>41</sup>. Isto se pode afirmar das produções críticas seja das ciências políticas e sociais, como também do Serviço Social”.

Do ponto de vista do Serviço Social, Yazbek (2006, pp. 50 - 51) conta que, historicamente, a assistência tem sido uma das estratégias acionadas pelo Estado para enfrentar a questão social estabelecida em relações que caracterizam uma sociedade dividida

---

<sup>40</sup> Ou seja, em troca de serem mantidos (sustentados).

<sup>41</sup> Entretanto a autora cita uma tendência, no seu campo de estudo “em permanecer em afirmações gerais e sem a devida expressão do que significa cidadania”. Entre a bibliografia predominante - e isto quando se especifica sobre a cidadania e/ou direitos sociais – “aparece em volume T. H. Marshall (1967); Wanderley G. dos Santos (1987); B. Lamounier (1981) (dentro dessa F. Weffort); Eunice R. Durham (1984). Com raríssimas exceções citam Albert O. Hirschmann (1983); Dalmo Dalari (1984) e Maria de L. Covre (1986). Nesse aspecto, Vicente de Paula Faleiros (1989) e Maria José G. C. C. de Oliveira (1987) são exceções” (Schons, 1991, p. 44).

em classes. No Brasil, a autora ressalta que ações de enfrentamento à pobreza têm acompanhado três distorções limitantes: 1) a matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando; 2) a vinculação histórica ao trabalho filantrópico voluntário e solidário que vem permitindo confundir ou identificar uma intervenção técnica com a ação voluntária, e “muitas vezes permeada pelo favoritismo na distribuição das “benesses” do Estado”; e 3) “Sua conformação burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área”. E assim a autora define a assistência imersa nesse contexto:

“Área polêmica e complexa, a assistência social é em geral abordada a partir de sua forma aparente; como uma ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social<sup>42</sup>. Associada a ações de benevolência para com a pobreza, a assistência se apresenta como modalidade paliativa e secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras” (Yazbek 2006, p. 51).

Quando se fala do lugar da assistência dentro das atribuições do Estado, é importante entender como esse oscila sobre a concepção de um Estado de bem-estar. Pereira (2013, pp. 227 - 232) discursa sobre o Estado Social, e apresenta como suas ideias florescem no século XIX:

“remontam às primeiras conquistas do movimento operário, relacionadas ao direito de proteção pública, no âmbito do trabalho, e à democratização do aparato estatal. Para tanto, contribuíram a Revolução Francesa, o avanço da industrialização, a eclosão da democracia de massas, a constituição dos Estados nacionais e o acirramento dos antagonismos de classe” (Pereira, 2013, pp. 227 - 232).

---

<sup>42</sup> “Com o exercício etimológico resgatamos que a conexão dos vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar, e *bilis* – suscetível a – teria dado origem à palavra vulnerabilidade. Conformado na matriz discursiva da Bioética, o conceito de vulnerabilidade como condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda, diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições. O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição. É com base nessa última afirmação que concordamos que não se trata, a vulnerabilidade, apenas de uma condição natural que não permite contestações. Isso porque percebemos que o estado de vulnerabilidade associa situações e contextos individuais e, sobretudo, coletivos” (Carmo e Guizardi, 2018, p. 5).

A noção de Estado Social é centralizadora e depositou nessa entidade o dever de garantir ao máximo os direitos sociais.

“O Estado Social configurava uma promessa de proteção a todos, do berço ao túmulo, sem distinção de status ou classe social, uma vez que seu poder seria utilizado para controlar os efeitos perversos das forças do mercado sobre a vida dos cidadãos. As origens históricas do Estado Social” (Pereira, 2013, pp. 227 - 232).

Contestações ao modelo do Estado Social ganham força, principalmente, junto às vozes do neoliberalismo<sup>43</sup>, de forma que os pobres passaram a ser responsabilizados pela sua situação de acordo com a sua movimentação junto ao mercado. Entre os anos de 1970 e 1980, o neoliberalismo se assumiu como ideologia dominante “na qual o Estado, embora exercendo regulação social, deixou de ser o principal provedor e garantidor de direitos de cidadania social” (Pereira, 2013, pp. 227 - 232).

A dança de avanços e retroações do mercado diminuía ou aumentavam a ação providencial do Estado. Seriam essas duas forças as únicas definidoras da forma como a ação assistencial decorria na sociedade? Tendo em primeiro plano o jogo entre Mercado-Estado, percebe-se a insuficiência intencional ou não desses agentes na resolução da pobreza e na diminuição das desigualdades. Então na lógica tripartida de setores (primeiro, segundo e terceiro setores), a sociedade civil organizada aparece como uma reação complementar, mais ou menos organizada, para dar conta das necessidades básicas não assistidas, englobando desde ações de cunho sistemático a ajudas humanitárias naqueles casos emergenciais. Kraychete (2013, pp. 201 - 206) diz que “a posição atribuída às organizações não governamentais compõe um quadro analítico que tem como pressuposto a centralidade do mercado na articulação dos interesses socioeconômicos, em contraponto com o poder do Estado”. E ocorre, a partir da década de 70, com um fortalecimento a partir da década de 90, a formulação de que o papel do Estado precisa estar constantemente reajustado à sua capacidade de resposta e tamanho, ele continua, nesses discursos, funcionando como um agente fundamental, mas como aquele que essencialmente direciona os marcos regulatórios apropriados aos mercados.

---

<sup>43</sup> “Em 1944 o economista Friedrich Von Hayek, considerado “pai do neoliberalismo”, que o associou a um sistema de servidão comparável ao socialismo totalitário ou ao nazismo. (...) e ao final dos anos 70 surgiu uma reação conservadora contra a pobreza: os pobres passaram a ser responsabilizados pela sua própria situação, e, portanto, deveriam ser submetidos à prática do *workfare* (bem-estar em troca de trabalho)” (Pereira, 2013, p. 227).

Então, “a sociedade civil deriva da vida associativa e se coloca ora como um contraponto ao poder do Estado, ora como seu substituto na execução de algumas das funções antes de responsabilidade Estatal” (Kraychete, 2013, pp. 201 - 206). Tanto no Brasil como em Portugal, é defendido que as instituições civis, de iniciativas filantrópicas e voluntárias, mais ou menos religiosas, ocuparam o seu espaço de assistência social naqueles vácuos de responsabilização do Estado. “A assistência social por esses entes era executada nos marcos da caridade e do assistencialismo, diante da miséria e das más condições de trabalho, moradia, alimentação e higiene da maioria da população” (Iamamoto e Carvalho, 1998, cit. por Cytrynowicz, 2005, p. 170).

Assoma em seguida a concepção de um agrupamento de esforços sob a perspectiva dos chamados “arranjos corporatistas” – que seriam as parcerias entre Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil. Conforme apresentado anteriormente sob a ótica da filantropia, o que ressalta é que, mesmo assim, diante de tantas parcerias, os modelos de assistência não fecharam as contas até hoje no que diz respeito à sua eficiência no combate à pobreza, tanto no Brasil quanto em Portugal. Sobre isso, diz Ivo (2013, 17 - 25):

“Ainda que os esforços solidários da sociedade civil sejam complementares em países de democracia consolidada, em sociedades onde as desigualdades sociais e econômicas atingem patamares elevados, como o Brasil, a erradicação da pobreza supõe uma ação deliberada do Estado no âmbito social. A pulverização das práticas solidárias por iniciativa das entidades da sociedade civil, ainda que produzam resultados particulares legítimos, escapam à determinação de prioridades mais amplas pactuadas numa agenda pública redistributiva” (Ivo, 2013, 17 – 25).

Em Portugal, o tema da assistência amadureceu junto com o sistema da previdência após a Constituição de 1933<sup>44</sup>, aproveitando elementos e práticas anteriores. Ao Estado caberia a assistência no sentido preventivo e recuperador. Aproveitando que os portugueses

---

<sup>44</sup> “A nova constituição portuguesa de 1933, que já não incluiu o “direito” à assistência pública, afirmou, que cabia ao Estado coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais”, no sentido de defender a saúde pública, assegurar a defesa da família, proteger a maternidade e o zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana. Com uma tônica preferencialmente preventiva ou recuperadora, em detrimento do carácter curativo, a assistência deveria ser prestada em coordenação com a previdência e com os organismos corporativos, não favorecer a ‘preguiça’ ou a ‘pedinchice’ e ter em vista ‘o aperfeiçoamento da pessoa e da família’” (Pimentel, 1999, p. 478).

tinham uma “tendência natural à piedade, religiosidade e espírito de sacrifício<sup>45</sup>” a ideia foi protagonizar a iniciativa particular por meio do “espírito caridoso” e, em segunda linha, estaria o Estado. Essa assistência, que deveria ser dedicada pelo Estado Novo, como relata Pimentel (1999, p. 482) destinava-se a beneficiar, numa escala vigente, entre “maus e bons” pobres, apenas os bons pobres, “a única categoria passível de ser apoiada e na qual se incluíam muitas mulheres, nomeadamente as mães solteiras, as esposas e as crianças abandonadas, “quando os chefes se deixam arrastar por paixões ou quando houve divórcio” (Pimentel, 1999, p. 482), um modelo conservador, que não obstante, se assemelha à existência de crivos e critérios adotados pelas misericórdias nos séculos anteriores, que classificavam o que se tinha por ‘bom’ beneficiário.

Havia ali um discurso do não parasitismo, ou seja, de forma que as práticas de assistência social não fossem excessivas para não retirar a autonomia e os esforços dos assistidos, ainda que esses fossem os mais necessitados de recursos. Em uma articulação entre a assistência e a previdência, “considerou-se que, enquanto a assistência social devia fazer incidir a sua ação direta sobre os sectores ‘economicamente débeis’ da população, a previdência social deveria apoiar os ‘economicamente inseguros, afetados pelas vicissitudes da vida ou por insuficiência dos recursos salariais face às suas necessidades e às da sua família” (Pimentel, 1999, p. 505). Contudo, o marco de 25 de Abril de 1974 estabelece o início de uma nova era da segurança social universal e baseada nos direitos dos cidadãos, tendo o processo de construção do Estado do bem-estar português sido tardio e diferente do que moldou, noutros países europeus, o *welfare state*. (Pimentel, 1999, p. 477).

O termo ‘assistencialismo’ surge associado à assistência, qualificando uma determinada prática das políticas sociais. E recorrendo ao significado do Dicionário Aurélio (2019), desde ali o seu sentido traz parte da crítica que o acompanha, (com grifo do autor deste trabalho).

“doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconiza e/ou organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, nacional ou mesmo internacional, **em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados**” (Dicionário Aurélio, versão online, 2019).

---

<sup>45</sup> “Num folheto de propaganda sobre a assistência social em Portugal, editado pelo Secretariado de Propaganda Nacional depois do final da Segunda Guerra Mundial, considerava-se que os Portugueses tinham uma ‘tendência natural à piedade, religiosidade e espírito de sacrifício’. A assistência caberia, assim, em primeiro lugar, ao espírito caridoso dos Portugueses e à iniciativa particular e só depois ao Estado” (Pimentel, 1999, p. 481).

Santos (2013, pp. 25 – 29) enuncia que “o assistencialismo implica uma relação de subordinação e tutela pessoal, pela qual quem oferta um bem ou serviço espera, em troca, a gratidão em forma de dependência pessoal do receptor para com o doador” o que remete à ideia da existência de um uso intencional de um desequilíbrio da tríade de trocas da dádiva. A autora aponta a assistência, especialmente no Brasil, reforçando as práticas de clientelismo, paternalismo e patrimonialismo.

“A prática e a ideologia do assistencialismo compreendem um misto entre apadrinhamento (forma de amparo) e clientelismo (troca de proteção por apoio político), tornando subalterno o sujeito da ação assistencial. No Brasil o assistencialismo deixou raízes no período colonial. Sérgio Buarque de Holanda em ‘Raízes do Brasil’ de 1936 ao descrever o processo de formação da identidade do povo brasileiro, propõe o termo síntese “homem cordial”: aquele que age motivado pelos seus sentimentos de bondade, preferindo as relações pessoais ao cumprimento da impessoalidade da lei. O personalismo nas relações marca, desse modo, não apenas o advento do assistencialismo como mediação, mas também como meio de coerção voltada à coesão e manutenção do poder do patrimônio do doador.” (Santos, 2013, pp. 25 – 29).

E prossegue,

“Gilberto Freyre, em ‘Casa Grande e Senzala’, de 1933, analisa o patriarcalismo como uma maneira de exercício do poder que ao agregar todos sob os desígnios do patriarca (dono da Casa Grande) combina a prática assistencialista com o uso consentido da violência. Raymundo Faoro, em seu livro ‘Os donos do poder’, de 1958, descreve a origem da corrupção e da burocracia no Brasil e evidencia, ainda que de modo indireto, a presença do assistencialismo como prática política de manutenção de poder dos coronéis. O Assistencialismo se contrapõe à construção de um *ethos* público, na medida em que se torna um dos obstáculos para a edificação da esfera pública, por manter privadas e individualizadas as relações sociais em seu conjunto. Os neoliberais se utilizam do assistencialismo como uma prática de suporte do poder

político, como uma exigência moral no campo da solidariedade, desde que não seja sistemática e continuamente promovido. A ideia é que os indivíduos busquem a satisfação de suas necessidades, pela via do mercado. Desse modo o pensamento liberal não admite a provisão assistencial como direito de cidadania e, portanto, como dever do estado.” (Santos, 2013, pp. 25 – 29).

No prefácio da quinta edição do livro ‘Classes Subalternas e assistência social’ de Maria Carmelita Yazbek (2006) Adaíza Sposati diferencia assistência de assistencialismo. Para ela, a assistência é tecnicamente uma forma de subsídio (seja financeiro, técnico ou outros) num campo de transferências dinâmicas e multidimensionais “pois supõe de um lado a necessidade e de outro a possibilidade”. Já o assistencialismo, é o “resultado da difusão de um imaginário conservador” pois, na transferência de ações assistenciais, coloca na relação de poder o necessitado de forma subalterna e em consequência, um devedor a quem doa ou intermedia a assistência. E é de suma importância saber reconhecer a operação de um modelo ou outro (assistencial ou assistencialista), sobretudo quando se é um cidadão que ocupa os dois lados: como receptor da política global de assistência do Estado, e como doador de assistência voluntária filantrópica ou caritativa.

#### **2.1.4. A solidariedade**

A solidariedade é um termo que identifica a consistência das relações sociais face aos contextos externos, ora se aproximando do significado de solidez – sua derivação etimológica, ora do princípio cosmológico de unidade. Sua ascendência está na elaboração Clássica das vantagens do coletivo sobre o individualismo, mediante a sorte de argumentos que tangem até o evolucionismo, no qual espécies com maior cooperação sobreviveriam mais e melhor. O vocábulo ganhou expressão “mecânica” ou “orgânica” nas reflexões suscitadas em Durkheim pós-revolução industrial, e é conclamado moralmente, ao ser registrado nas Cartas Magnas como princípio do direito entre os homens. Ganhou força ao se alinhar ao combate às desigualdades, e à Doutrina Social da Igreja na luta contra a pobreza, e no Brasil ganhou cara de política pública com a feição de Ruth Cardoso. Sob a presente análise, é anterior às ações de caridade, filantropia, assistenciais ou de voluntariado, e não substitui em ação nenhum desses termos precedentes, mas sim soma-se a eles em adjetivação. Sob a percepção desse estudo, a solidariedade está como um “sentir o grupo”, por empatia ou obrigação moral, determinante ou não para a realização de ações sociais.

O termo solidariedade, etimologicamente, significa “laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes”, bem como “sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade e a relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s)” (Ferreira, 1996, p. 1607). No dicionário Michaelis (Michaelis, 2002, p. 734) o verbete solidariedade aparece como: “condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo de unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora”, e já aqui é possível associar a solidariedade também como sendo um indicador de resiliência de um grupo.

No âmbito jurídico, ela é usada para designar “uma situação que é estabelecida entre os indivíduos (credores ou devedores) que se apresentam solidários em uma obrigação” (Morais e Tenório, 2017, p.6). O jurista Avelino (2005) a conceitua adicionando a perspectiva de facilitadora da vida em sociedade e precipitadora do respeito:

“Atuar humano, de origem no sentimento de semelhança, cuja finalidade objetiva é possibilitar a vida em sociedade, mediante respeito aos terceiros, tratando-os como se familiares o fossem; e cuja finalidade subjetiva é se auto-realizar, por meio da ajuda ao próximo” (Avelino 2005, p. 228)

E Martinez (1995, p.78), voltado ao direito previdenciário, associa a solidariedade ao instinto de preservação: “A solidariedade social é projeção do amor individual, exercitado entre parentes e estendido ao grupo social. O instinto animal de preservação da espécie, sofisticado e desenvolvido no seio da família, encontra na organização social ambas as possibilidades de manifestação”.

Para Almeida (2007, pp. 67 - 71) as definições dos dicionários transparecem uma ideia de “corporativismo social”, que seria diferente daquilo que o autor chama de solidariedade cosmológica, tribal ou cultural. Ou seja, a “solidariedade cosmológica” seria uma característica anterior e inerente a uma instância mais ancestral em que o humano significa um, ou uma unidade. É como se o autor contrapusesse a ideia etimológica de

“solidez que fortalece um grupo”<sup>46</sup> à de indissociação, em que existira solidariedade naturalmente porque não há separação entre os homens. Esse mesmo aspecto Boff (2017) chamou de solidariedade essencial,

“se bem repararmos, a natureza não criou um ser para si mesmo, mas todos os seres uns para os outros. Estabeleceu entre eles laços de mutualidade e redes de relações solidárias. A solidariedade originária nos faz a todos os irmãos e irmãs dentro da mesma espécie”. (Boff-2017)

Do ponto de vista emocional, Morais e Tenório (2017, p. 6) ressaltam a solidariedade significando um sentimento de compaixão pelo outro. “Para o senso comum a solidariedade está fortemente ligada ao campo das emoções. Seria uma sensibilidade para com os menos favorecidos que leva a uma atitude de caridade”, e é interessante que o termo caridade reapareça aqui, numa esfera em que a solidariedade seria uma característica anterior à mesma, como um sentimento, ou uma percepção social e moral impulsionadora da ação social.

Em uma perspectiva histórica, a Antiguidade Clássica aponta as primeiras reflexões sobre o valor da solidariedade que emerge, ali, na contraposição entre individualismo e o generalismo. O primeiro, defendido por Protágoras em sua famosa frase em que “o homem é a medida de todas as coisas, das que são o que são, e das que não são o que não são”, que representa a vida em sociedade não como uma necessidade, mas uma opção do homem que – ser pensante, basta por si. E o generalismo, um conjunto de argumentos contrários ao individualismo, é encontrado nas lições de Platão (A República) e Aristóteles (A Política). Na República, por exemplo, “Platão afirma sua predisposição para a generalidade, indicando a solidariedade como forma de assegurar uma convivência social justa e harmoniosa”. (Oliveira da Silva, 2006, p. 4)<sup>47</sup>.

A Idade Média teocrista não teria permitido muita reflexão sobre os valores individuais e a solidariedade. Apenas o esgotamento do modelo feudal proporcionou um

---

<sup>46</sup> Como dito, considerando o sentido etimológico, solidariedade vem dos vocábulos latinos *solidum* e *solidu*, que pressupõem a condição de sólido, inteiro e compacto. E “Semelhante compreensão tinha os romanos com o vocábulo *in solidum*. Tal expressão, no Período Romano, era utilizada na atividade comercial com o sentido de comprometer, com responsabilidade, cada um dos integrantes de cada uma das partes da transação comercial, credores e devedores, com o negócio realizado. Estabelecia-se, dessa forma, um vínculo jurídico recíproco entre credores ou devedores de uma mesma obrigação, de tal modo que esta decisão tornava sólido o que foi estabelecido no contrato comercial. Em outras palavras, a transação comercial resultava sólida, porque não sofreria desistência ou inadimplência de um ou mais de seus participantes envolvidos”. (Morais e Tenório, 2007, p. 6).

<sup>47</sup> Cleber de Oliveira em seu artigo “O Princípio da Solidariedade” faz um interessante levantamento do entendimento da solidariedade na filosofia clássica.

reencontro do homem com os pensamentos filosóficos e com a ciência, revelando em sequência o Renascimento e o Iluminismo (Silva, 2006, p. 7), trazendo de volta o antropocentrismo protagórico, quando sob afirmações como aquela de Da Vinci em que “o homem é o modelo do mundo”. E a solidariedade revela-se, também aí, em contraponto aos valores individualistas<sup>48</sup>.

Como exercício de um princípio ético, a filosofia do iluminismo de “Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, via na solidariedade a capacidade de manter unida uma coletividade composta de indivíduos isolados” (Selli e Garrafa, 2006, p. 242). E eis que adiante na linha do tempo, o aparecimento do Estado liberal-capitalista gerou miséria e competição, e as dinâmicas trabalhistas da Revolução Industrial provocaram injusta exploração da força de trabalho. Pierre Leroux, em meio do Século XIX, quando despontaram as associações de trabalhadores pioneiras, disse: “devemos entender a caridade cristã, hoje, como solidariedade mútua entre os seres humanos” compreendendo a solidariedade como essa sim, evolução da caridade. Ou seja, aqui iria-se da assimetria doador-donatário para a participação da democracia, conforme Laville (2005, p. 1), que também afirma ser Leroux o responsável por trazer a solidariedade para o vocabulário moderno.

Durkheim (1987, cit por Selli e Garrafa, 2006, pp. 242 - 243), pela ótica da sociologia do século XIX, apresenta dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A mecânica diz de quando “os indivíduos vivem em sistemas econômicos marcados pela ausência de especialização, entre eles (divisão do trabalho), o que os mantém unidos é a solidariedade mecânica, que, segundo o autor, caracteriza-se pelo compartilhamento de ideias comuns, costumes, crenças, hábitos”. Ela se revela nos laços familiares, no ambiente religioso, dos costumes e tradições. E a orgânica que “faz que os indivíduos, sendo interdependentes, comportem-se como um organismo” - influenciado pela ciência biológica, em que os organismos sociais “imitariam” a natureza - e se dá por meio da divisão social do trabalho. Justamente na interdependência e no reconhecimento de que todos são importantes no sistema é que está essa solidariedade. Durkheim, à semelhança de Platão e Aristóteles, também pretendeu demonstrar que o “indivíduo há de se sacrificar, em certa parcela de sua liberalidade, em nome do todo. E há de agir em prol do Estado, da sociedade, do todo, pois é da sociedade que ele, homem, provém, e não o inverso” (Silva, 2006, P. 11).

---

<sup>48</sup> “Na constante tensão indivíduo-sociedade responsável por alternar o pensamento humano entre dois pólos opostos: de um lado, a crença na suprema relevância do individualismo como pressuposto da liberdade e conseqüente satisfação pessoal; de outro, a convicção da necessidade da vida em sociedade por acreditar na sinergia decorrente da adesão da vontade individual à vontade do grupo social.” (Silva, 2006, p. 32).

Ainda no século XIX, nos princípios anarquistas, a solidariedade se alinhou às relações de ajuda mútua e apoio. Peter Kropotkin, ao se voltar ao Anarquismo - comum na Rússia do fim daquele século, procurou dar um fundamento natural à solidariedade, em que “o “estado de natureza” em que se encontram os seres humanos na ausência do Estado seria como uma “guerra de todos contra todos”. Nesse cenário, a ajuda mútua, ou solidariedade, representaria um papel fundamental na evolução”.

“Se fizermos um teste indireto e perguntarmos à Natureza quem é mais apto, se as espécies que vivem constantemente em guerra ou as que se apoiam mutuamente, veremos de imediato que os animais que adquirem o hábito da ajuda mútua são os mais aptos” (Kropotkin & Ridley, 2000, cit. por Selli e Garrafa, 2006, pp. 242).

Kropotkin, em resposta ao Darwinismo Social busca dizer que o mutualismo (ou ajuda mútua), ao contrário da competição, é a principal potência na garantia à sobrevivência de um grupo ou o seu progresso. A nomenclatura “solidariedade” se tornou popular, a partir da década de oitenta, pelo Sindicato Solidariedade (*Solidarnosc*) da Polônia. E no mesmo período, em 1978, foi eleito papa na Igreja Católica um polonês, Karol Wojtyla (João Paulo II.), cujas primeiras encíclicas (*Sollicitudo Rei Socialis*) trazem uma doutrina social que é construída sobre as bases da solidariedade, ainda que o assunto não tivesse sua gênese naquele papado<sup>49</sup>, antes disso, houve o surgimento do solidarismo cristão.

“Na busca de um contraponto ao individualismo liberal, alguns pensadores católicos no final do século XIX, preocupados com o papel da doutrina social da Igreja, desenvolveram uma corrente de pensamento chamada ‘solidarismo’. O interesse era o de fazer acontecer um equilíbrio entre o individualismo liberal e o coletivismo marxista (Wildmann, 1961). No bojo da questão, estava o interesse da Igreja Católica pelo direito à igualdade de todos os seres humanos. Tanto a doutrina social da Igreja quanto a teologia da libertação têm em sua gênese a solidariedade com as vítimas do sistema liberal capitalista (Anjos, 2000). Na

---

<sup>49</sup> “Entre 1962 e 1965, é constituído o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Esse Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. No Brasil, os padres Henrique Vaz e Almerly Bezerra passam a publicar sobre temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Nesse contexto, a politização à esquerda de parcelas da população e a abertura da Igreja Católica para as políticas sociais, resultado do mencionado Concílio, propiciaram um clima político que resultará no engajamento de diversos setores religiosos com políticas de esquerda” (Menezes Neto, 2007, p. 332).

compreensão da teologia da libertação, a solidariedade autêntica é a solidariedade entre desiguais”. (Selli e Garrafa, 2006, pp. 243).

A ‘solidariedade’ ‘solidarista’ passa então a compor esse discurso de luta por direitos sociais, articulada pela igreja católica em sua parcela do cristianismo social, nas pastorais operárias e outras frentes humanitárias, buscando situar o indivíduo de forma mais equilibrada em relação ao Estado e o Mercado, no solidarismo a comunidade estava no centro desse equilíbrio.

Em seguida, a Teologia da Libertação melhor frutificou na América Latina<sup>50</sup>, entre as décadas de 1950 e 1960 os seus primeiros fundamentos e, na década de 70 a 80, atingiu a sua maior expressão. No Brasil, a redemocratização dos anos 80 e as práticas vinculadas à Teologia da Libertação tiveram forte influência nos movimentos sociais e de trabalhadores. Nesse período, pode-se dizer ter havido uma reorganização popular sob o discurso da igualdade social e da solidariedade na sociedade brasileira, bem como o aparecimento de novos atores como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os movimentos sociais que surgiram como as “associações de moradores, de usuários de transporte coletivo, movimento ecológico, de mulheres, de negros, lutas pela terra, contra a carestia e pelos direitos do consumidor, além de um grande número de outros movimentos sociais” como lista Menezes Neto (2007, p. 334). Em Portugal o movimento político-religioso também teve sua influência no processo de desestruturação do Estado Novo e revolucionário da década de setenta.

Na década seguinte, um movimento social que leva o nome e o propósito da solidariedade é organizado por parte do Governo brasileiro, o chamado Programa Comunidade Solidária, que será melhor abordado posteriormente. Entretanto, como já visto, a solidariedade não se esgota enquanto relação típica da sociedade civil. Ao contrário, também pode possuir um elemento político que tem como referência o Estado. A capacidade de entender essa dimensão política, que se concerne à cidadania e à possibilidade de intervir de forma ativa na definição de políticas públicas, também caracteriza essa dimensão crítica, e a dimensão política da solidariedade cruza com o conceito de cidadania, quando nos referimos à

---

<sup>50</sup> Menezes Neto faz um breve resumo da manifestação da Teologia da Libertação, que inicialmente teve influência dos humanistas franceses, como padre Lebreton, Chardin, De Lubac, e outros. E no Brasil os padres Henrique Vaz e Almerj Bezerra passam a publicar sobre temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Em 1964, Gustavo Gutierrez apresentou a proposta de uma teologia vinculada à prática social e ainda em 1964, na cidade de Montevideu lançou as bases teóricas mais elaboradas da Teologia da Libertação. Para essa compreensão, a referência filosófica seria buscada no marxismo, que apresentava a possibilidade da crítica à economia política e aos conflitos de classe. Em seguida, Leonardo Boff publica “Jesus Cristo Libertador” e além dele, Clodovis Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e Carlos Mesters, D. Hélder Câmara ganham destaque. Nesse ínterim, alguns intelectuais leigos ou ligados ao clero católico se aproximaram do socialismo, reelaborando a teoria marxista, para que fosse aceita na perspectiva cristã.

responsabilidade do indivíduo com o grupo, e então aqui se faz referência à solidariedade no contexto dos direitos e deveres (Selli e Garrafa 2006, p. 242).

Remedio (2016, p. 256) nos traz a ideia de solidariedade, hoje, integrando “o valor base dos direitos fundamentais de terceira dimensão<sup>51</sup>”. Entre os direitos de solidariedade previstos no âmbito do Direito Internacional destacam-se a) o direito à paz; b) o direito ao desenvolvimento; c) o direito ao patrimônio comum da humanidade; d) o direito à comunicação; e) o direito à autodeterminação dos povos; e f) o direito ao meio ambiente. O princípio da solidariedade também possui lugar de destaque no constitucionalismo contemporâneo, sendo muitos os Estados que atualmente o contemplam em suas respectivas Constituições. (Remedio, 2016, pp. 256 – 257).

Exemplificando, a Constituição da República Portuguesa <sup>52</sup> (aprovada em 2 de abril de 1976) estatui em seu art. 1º que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” e a Constituição Federal brasileira de 1988<sup>53</sup> também dispõe sobre o princípio da solidariedade em seu preâmbulo. Quanto mais a solidariedade está ao cargo do Estado, mais é considerada do tipo vertical, e quanto mais diz respeito à colaboração dos cidadãos, de forma cooperativa, mais é horizontal<sup>54</sup> (Nabais, 1999, p. 152-153).

O termo solidariedade, então, situa o voluntariado no indivíduo que exerce seus direitos e deveres, em um contexto mecânico ou orgânico - a citar Durkheim - e sob uma matriz teológica-social enlaça um propósito associacionista perante poderes institucionais

---

<sup>51</sup> “Os direitos de solidariedade ou direitos de terceira dimensão desenvolveram-se inicialmente no âmbito internacional e, apesar de não constarem expressamente da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, passaram a integrar as Convenções, Declarações, Pactos e Tratados Internacionais proclamados nas últimas décadas, especialmente aqueles editados com participação ou apoio da Organização das Nações Unidas – ONU”. (Ferreira Filho, 1999, cit. por Remedio, 2016, p. 256).

<sup>52</sup> A “sociedade livre, justa e fraterna” contemplada no art. 1º da Constituição portuguesa, de acordo com José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira (1993, p. 59), aspira a ser uma ordem garantidora da dignidade humana do homem livre, com sua identidade e integridade espiritual e, ao mesmo tempo, uma ordem referenciada por meio de momentos de solidariedade e de corresponsabilidade entre todos os membros da comunidade. (Remedio, 2016, 258).

<sup>53</sup> O Preâmbulo da Lei Maior brasileira faz referência a uma “sociedade fraterna” que, de acordo com José Afonso da Silva (2005, p. 24), corresponde à “sociedade solidária” mencionada no artigo 3º, inciso I, da Magna Carta de 1988, orientando-se o sistema constitucional brasileiro, dessa forma, na direção do “solidarismo”. O art. 3º da Constituição Federal estatui que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I), a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (inciso III). A “sociedade livre, justa e fraterna” contemplada no art. 1º da Constituição portuguesa, de acordo com José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira (1993, p. 59), aspira a ser uma ordem garantidora da dignidade humana do homem livre, com sua identidade e integridade espiritual e, ao mesmo tempo, uma ordem referenciada por meio de momentos de solidariedade e de corresponsabilidade entre todos os membros da comunidade. (Remedio, 2016, 258).

<sup>54</sup> **a) solidariedade vertical, solidariedade pelos direitos ou solidariedade paterna:** cada pessoa é responsável pela sorte dos demais integrantes da comunidade; visa à realização dos direitos sociais a cargo especialmente do Estado Social, bem como à efetivação dos direitos ecológicos e de solidariedade; **b) solidariedade horizontal, solidariedade pelos deveres ou solidariedade fraterna:** relacionada com os deveres fundamentais que o Estado deve realizar legislativamente; também atrelada aos deveres de solidariedade que cabem à comunidade social ou à sociedade civil em contraposição à sociedade estadual ou política. (Nabais, 1999, p. 152-153).

maiores, a saber o Estado e o Mercado, e, mutualista, quando carrega em si a proposta ou sentido de conservação e subsistência do grupo. O voluntariado solidário é o que fortalece laços.

## **2.2. O voluntariado no centro da investigação**

As fundamentações e conceituações feitas até então constituem panoramas sobre os quais os diversos tipos de atividades voluntárias se derivam ou se estruturam. Perceber sistemicamente o fenômeno do voluntariado como atividade da sociedade civil (individual ou institucional) ou do Estado, só é possível se soubermos discernir as raízes de caridade, se conhecermos o enquadramento da filantropia, e as abordagens da assistência e solidariedade. Em relação a esses, é que uma determinada iniciativa voluntária institucional se fundamenta, consciente ou inconscientemente, em seus porquês, discursos, formas de mobilizar e, possivelmente, nas suas práticas.

Nesse momento, já é admissível que o voluntariado é um meio, ou uma ferramenta pela qual iniciativas caritativas, filantrópicas, assistenciais, e solidárias se viabilizam. E a identificação dos atores envolvidos em determinada ação (seja a igreja, filantropos, o Estado e pessoas comuns) pode prenunciar os valores que transmitirão o voluntariado que realizarem.

E para além das circunstâncias em que possa existir, e do lugar social que ocupa, o voluntariado, enquanto prática, traz consigo um arcabouço de construções teóricas sobre si, em estudos que buscam explicá-lo e enquadrar as suas diferentes formas de manifestação. Por essa razão, na segunda parte do Capítulo 2, opta-se por uma exploração bibliográfica dos aspectos do voluntariado no Brasil e em Portugal, na tentativa de perceber como o mesmo tem sido abordado em pesquisas acadêmicas, como é compreendido, quais as principais referências bibliográficas, quais as suas classificações possíveis, compondo enfim, um estado da arte um pouco mais sistematizado. Assim, o que se sugere é uma análise exploratória em cinco subáreas que permitam uma melhor organização da estrutura de investigação da matéria, e que reflitam os assuntos mais encontrados durante a investigação do tema no mundo acadêmico: 1. Conceitos; 2. Elementos caracterizadores do voluntariado; 3. Formas e subdivisões do voluntariado; 4. Amparo legal; 5. Motivações para o voluntariado.

### **2.2.1. O conceito do voluntariado pela academia e por entidades de referência**

As definições de voluntariado são amplamente descritas na literatura, na qual autores diversos focam ora no que diferencia o voluntário do trabalhador assalariado, na sua natureza espontânea para fins públicos contando, ou não, com benefícios pessoais, e ora no seu atributo

de participação social. Encontrou-se a adoção de definições por autores das áreas da Sociologia, História e Psicologia. Entretanto, os conceitos empregados mais frequentemente são aqueles definidos e difundidos por órgãos promotores do voluntariado e de defesa de causa (*advocacy*), como por exemplo os centros de voluntariado, os marcos legais e, especialmente, aqueles definidos pelos organismos intergovernamentais internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) - e suas agências multilaterais como a UNV (Voluntários das Nações Unidas) e a OIT (Organização do Trabalho) -, devido à sua isonomia e à possibilidade de adotar as definições mais padronizadas de voluntariado.

Explorando primeiramente as pesquisas acadêmicas, Cunha (2001, p.828, cit. por Serapioni et. al, 2013, p. 19) aponta que etimologicamente o termo voluntário, “que vem do adjetivo ‘*voluntarius*’, e é derivado de ‘*voluntas*’ ou ‘*voluntatis*’, refere-se ‘à capacidade de escolha ou decisão’ de um indivíduo, e “como adjetivo, foi encontrada sua primeira utilização na língua portuguesa no século XV significando aquilo que é espontâneo”. Paré e Wavroch (2002, p.11) definem-no como "um ato livre, gratuito, e desinteressado oferecido às pessoas, às organizações, à comunidade ou à sociedade" (ambos os autores cit. por Serapioni et. al, 2013, p. 19) e Akintola (2011, p. 54), enfatiza que o ato de ser voluntário implica “tempo e energia para desenvolver um serviço que beneficia alguém, a sociedade ou uma comunidade, sem esperar uma recompensa financeira ou material”.

A autora Louis Penner (2002, p. 447) em seu artigo “*Dispositional and Organizational Influences on Sustained Volunteerism: An Interactionist Perspective*” enfatiza a vertente do planejamento na elaboração do que configura uma ação de voluntariado, e essa linha converge com as ideias daquilo que floresceu no Brasil nos anos 90, promovido pelo Conselho da Comunidade solidária<sup>55</sup>, a instituição que define o voluntário como “o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário”. Que ficou popularmente conhecido no país nos últimos anos como o “Conceito dos 3 T’s (tempo, trabalho e talento)<sup>56</sup>”, sempre em reforço da necessidade de especialização do trabalho que era oferecido voluntariamente às organizações do país.

---

<sup>55</sup> ‘Comunidade Solidária’ é um programa do governo federal brasileiro que foi criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que assinou o Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo Programa Fome Zero. O Programa Comunidade Solidária esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, e foi presidido pela então primeira-dama do país, Ruth Cardoso. Fazia parte da Rede de Proteção Social, que consistiu na junção de diferentes programas de cunho social. (Menezes e Santos, 200, acesso em: 16 de jun. 2019 e disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/comunidade-solidaria/>).

<sup>56</sup> Para os profissionais brasileiros que trabalham com o assunto, esse conceito é de grande familiaridade e amplamente replicado, e por isso achei pertinente enquadrar sua origem nesse trabalho.

Em conformidade com a revisão histórica levada a cabo neste trabalho, consta também que o voluntariado não é um fenômeno recente, apesar de ter se adaptado com o passar dos anos, acompanhando assim o dinamismo social (Leandro e Cardoso, 2005, p.46), e principalmente colaborando, em abrangência internacional, como uma forma de reação da sociedade civil às demandas sociais que se apresentam, sejam elas as concentradas nos países com maiores desigualdades, sejam nas vizinhanças e comunidades locais. Para todas essas silhuetas do voluntariado, a comunidade internacional formula definições mais legalistas ou humanistas.

Independentemente da origem, o fato é que nas organizações sociais que não dispõem de mão de obra, pouco teria sido construído ou operacionalizado sem o apoio do trabalho voluntário (Cavalcante, 2013, pp. 161 – 162). E Gomes (2009, p.25), quando evoca as perspectivas sociológicas do voluntariado, diz que o voluntariado influencia e se forma no contexto social como uma ação que tem potencial para transformar realidades. Cavalcante et al (2015, pp. 524-525) ressaltam a relevância da conceituação dada por Cnaan et al (1991), (1994), (1996), (1998) após um extenso trabalho de revisão de duzentos conceitos, que resume todo esse contingente num sistema de doação de algo por parte da pessoa predisposta e em livre-arbítrio, não remunerada, entretanto apoiada, a estar próxima de sua causa em iniciativas com certo nível de formalidade.

“Cnaan et al (Cnaan & Amroffell, 1994; Cnaan, Handy, & Wadsworth, 1996) revisaram cerca de 200 conceitos e por meio da análise de conteúdo, criaram uma definição de voluntariado. A análise demonstrou que todos os conceitos se baseiam na doação de algo – tempo, trabalho e/ou competências –, em quatro eixos de discussão. O primeiro é o livre-arbítrio (*free will*), que pode ser influenciado por motivações internas e até pressões externas, como amigos ou família, pressões sociais ou religiosas e até cobranças do mercado de trabalho. O segundo é a disponibilidade e a natureza de remuneração que pode ser nenhuma ou ir até incentivos fiscais de desconto no imposto de renda pessoal (Cnaan & Amroffell, 1994; Cnaan *et al.*, 1996) O terceiro eixo estuda se a proximidade dos beneficiários pode influenciar na escolha em se voluntariar, isto é, significa saber se estar próximo ao problema (como viver na mesma comunidade) que se quer atenuar pode ter influencia na escolha; e o quarto eixo trata do nível de institucionalização da tarefa.”. (Cavalcante et al, 2015, p. 525).

E além de pesquisas<sup>57</sup> como essas que tendem a se estabelecer como referência, há também, e são adotados mais amplamente, os conceitos de voluntariado apresentados por alguns dos principais organismos internacionais e intergovernamentais. A Declaração Universal do Voluntariado, por exemplo, compõe a estrutura de defesa de causa do IAVE<sup>58</sup> e teve a sua primeira versão publicada em 14 de setembro de 1990 durante a Conferência Mundial de Paris. Depois de ser atualizada em janeiro de 2001, em Amsterdan, foi adotada pela direção internacional do IAVE em razão do Ano Internacional dos Voluntários. Trata-se de um documento inspirado na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e na Declaração dos Direitos da Criança de 1989 partindo do princípio de que “todas as pessoas têm direito à liberdade de reunião e associação pacífica”, e propondo um conceito inclusivo na ótica do direito para todos, sem discriminação, terem pleno consentimento para se reunirem e se associarem. O texto da Declaração<sup>59</sup> descreve o voluntariado como: “uma decisão livre, apoiada em motivações e opções pessoais; baseada na participação ativa do cidadão na vida das comunidades que, por sua vez, contribui para a melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade; capaz de dar resposta aos principais desafios da sociedade - com vista a um mundo mais justo e pacífico -, proporcionando desenvolvimento econômico e social mais equilibrado, e a criação de empregos e novas profissões; e enquadrado num projeto, ou movimento organizado, no âmbito de uma associação”.

Um conceito mais amplamente utilizado é o estabelecido pela ONU e pela UNV<sup>60</sup> devido à importância e zona de influência desses organismos na comunidade internacional.

---

<sup>57</sup> Outra pesquisa trazida por Cavalcante et al. (2015) complementa a conceituação do voluntariado: “Handy, Cnaan, Brudney, Ascoli, Meijs e Ranade (2000), por meio de um estudo entre cinco países (Itália, Índia, Canadá, Holanda e Estados Unidos) com cerca de 2.700 respondentes, concluíram que a percepção de perdas e ganhos auferidos com a atividade voluntária é uma importante variável na classificação de um indivíduo como voluntário. Assim, o indivíduo que tenha maiores custos do que ganhos com a atividade pode ser considerado **mais** voluntário do que aquele que tenha mais benefícios com a tarefa. Essa hipótese combinada com as características do que não é um trabalho voluntário (não é biologicamente essencial, não é trabalho pago, não é trabalho forçado nem escravidão, não é trabalho de cuidador de parentes, nem ajuda espontânea – em eventos como incêndio, por exemplo), além dos quatro eixos de análise, pode classificar uma tarefa como voluntária ou não (Handy *et al.*, 2000; Meijs *et al.*, 2003)”. (Cavalcante et al, 2015, p. 525).

<sup>58</sup> A Associação Internacional para o Esforço Voluntário (*International Association for Volunteer Effort* - IAVE) é uma associação que se desenvolveu no âmbito de uma rede global de voluntários, organizações voluntárias, representantes nacionais e centros de voluntariado. Trata-se de uma organização enquadrada juridicamente como entidade não lucrativa e cujo objetivo é atuar na promoção, no fortalecimento e no desenvolvimento do voluntariado numa perspectiva global. (Página na WEB: <http://www.iave.org/content/about-iave> e <http://www.gcvresearch.org/v1/>).

<sup>59</sup> A Declaração foi consultada no endereço eletrônico da Bolsa de Voluntariado de Portugal: [bolsadovoluntariado.pt](http://bolsadovoluntariado.pt) em 08/08/2019.

<sup>60</sup> Voluntários das Nações Unidas (UNV), disponível em: <https://www.unv.org/>, segundo a Agência da ONU em sua página de apresentação na internet, “o voluntariado fomenta a criação de ambientes seguros, estáveis e resilientes, propícios à resolução pacífica de conflitos. O UNV fortalece parceiros nacionais, impulsionando o sentido de identificação local com os processos de paz e de desenvolvimento e fortalecendo o reconhecimento do trabalho dos voluntários e sua participação coesiva em favor da consolidação da paz”.

Quem transita pelo setor e estimula o voluntariado em seus países provavelmente já encontrou a definição de voluntário como "o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos", que é um conceito inclusivo do ponto de vista das motivações, reforçador do atributo gratuito e extensivo às ações mais ou menos formais para diversos campos sociais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) <sup>61</sup> define voluntariado de forma a diferenciar o trabalho gratuito para finalidades sociais de outras formas de trabalho, contribuindo assim para que o direito do trabalho não seja ferido pelo trabalho gratuito prestado por profissionais no campo social. Segundo a OIT, o voluntariado obedece às seguintes dimensões: “envolve trabalho; não pode ser remunerado; não pode ser obrigatório; pode ser realizado diretamente com os destinatários ou integrado numa organização; e não integra atividades não remuneradas cujos destinatários sejam os próprios familiares; pode ser realizado em diferentes tipos de organizações (nas quais se incluem organizações públicas, organizações não governamentais e empresas); e, por último, traz a observância da pluralidade de áreas de intervenção” (Serapioni et. al, 2013, p. 31).

A questão da dinamização voluntária perante uma legislação trabalhista preexistente faz com que os marcos legais, tanto no Brasil quanto em Portugal, tragam essas vertentes laborais em sua redação para recortar exatamente, em domínio regulatório, as questões relacionadas com um trabalho prestado de forma voluntária e gratuita. Mais adiante nesse capítulo, aprofundam-se as características da legislação do voluntariado nos dois países. Ocorrem, ainda, diante da exploração conceitual do voluntariado, uma série de outros termos<sup>62</sup> relacionados como o *ativismo*, *associativismo*, *mutualismo*, *participação* e *cidadania*

---

<sup>61</sup> Organização Internacional do Trabalho (OIT), Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acessado em Agosto/2019.

<sup>62</sup> Das relações estabelecidas entre o voluntariado Wilson (2000, cit. por Serapioni et. al, 2013, p. 17) distingue voluntariado de **ativismo**, em que no segundo caso, em regra, há uma atenção maior para uma causa, de maneira quase impessoal. Entretanto há transito entre o voluntariado e ativismo, na medida em que as ações de ativismo tendem a ser voluntárias, ou seja, espontâneas e participativas. Anheier e Salamon (1999) e Wilson (2000) fazem uma distinção entre voluntariado e **associativismo**: “distinguem participação de presença utilizando o argumento de que não seria possível pagar a uma pessoa para participar numa manifestação em lugar de outra, mas poder-se-ia pagar a alguém para organizar essa manifestação ou à organização que organiza essa manifestação. Esta definição implica, pois, a exclusão da definição de voluntariado “strictu sensu” um conjunto de atividades ligadas ao associativismo. Encontramos também esta distinção no trabalho de Onyx e Leonard (2002), que reforçam a ideia que a pertença a uma associação é diferente do voluntariado nessa associação” (Serapioni et. al, 2013, p. 17). Já o **mutualismo**, uma forma de associativismo, é conceituado por Pitacas (2009) “uma doutrina económica e social, um conjunto sistematizado de ideias que reflecte atitudes e comportamentos e, também, um movimento social, com ideias e organização. Essa organização é composta por mutualidades (também denominadas de associações mutualistas e de associações de socorros mútuos). A mutualidade é a forma institucionalizada, o grupo de pessoas e as suas relações, que defende, promove e pratica as ideias mutualistas. Constitui, assim, uma forma colectiva de organização social para conseguir, em comum, objectivos (cobertura de riscos sociais, satisfação de necessidades sociais) que não se conseguem alcançar individualmente, senão através do esforço e recursos de muitos, através dum processo

que, por não constituírem o recorte central desta dissertação, não serão aprofundados. Figurarão, contudo, na literatura e nos testemunhos dos entrevistados da pesquisa empírica ao referir-se sobre as diversas formas de voluntariado e os cenários em que se aplicam.

### 2.2.2. Elementos que caracterizam o voluntariado

No que diz respeito aos elementos que configuram um trabalho voluntário, Hardill e Baines (2011)<sup>63</sup> propõem três componentes condicionantes ao voluntariado: que ele seja livre, não-remunerado e que ofereça alguma ajuda. Sampaio, Sônia (2012, p. 10) - cita Cnaan et al (1996) que desenvolvem o voluntariado com as mesmas três diretrizes: ser *unpaid* (não remunerado), *undertaken through an act of free will* (decorrente de um ato de livre vontade) e *of benefit to others* (que traduz benefícios para os outros). Barbosa (2000, p. 197) também faz uma divisão em elementos para caracterizar o voluntariado, adicionando a esses três as componentes do comprometimento e da continuidade, e, portanto, para ele o voluntariado deve ser: gratuito, espontâneo, contínuo e ainda exige disponibilidade.

Fernandes (2002, pp. 101 - 125) entende que o trabalho voluntário seja ‘não-individualista’ e antropocêntrico, mas também solidário com o meio e com a natureza, trazendo a perspectiva da relação do homem também com o ambiente, e condicionando o voluntariado a um motivo válido para que ele exista, no qual o voluntariado só o é se beber de razões altruísticas. Extrapolando as relações solidárias para além daquelas formais, Hill & Rochester (2010, pp. 9 - 10) lembram que o voluntariado pode também ter uma expressão individual, não prescindindo necessariamente de uma estrutura formal, ou seja, pode ser exercido informalmente nas redes através das quais um indivíduo se relaciona ou se insere.

Em se tratando das instituições internacionais de defesa de causa do voluntariado e afins, é natural que se delineie um construto mais detalhado e com maiores componentes reguladoras, de forma a prevenir e/ou mitigar os riscos nos diversos tipos de serviços prestados pelo mundo, embora preservando a retidão da proposta para o voluntariado. Como exemplo, o Centro Europeu do Voluntariado - CEV (2011, p.21) estabelece diretrizes mais

---

*cooperativo de ajuda e benefício mútuo*” (Pitacas, 2009, p. 20) e podem ser associações que desenvolvem atividades no âmbito profissional com prestação de bens e serviços ou promotoras de atividades cívicas e culturais. Em Portugal o mutualismo tem sua força na complementação da previdência social e de assistência à saúde, no Brasil, o movimento decorre de associações sindicais (Viscardi, 2010, p.31). Em ambos os países as mutualidades estão associadas ao voluntariado em seu discurso de entreatajuda e solidariedade entre os seus membros e em seu papel social. **Participação e a cidadania** estão presentes nos discursos de ampliação da democracia “*que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas*”(Teixeira, Dagnino e Silva, 2002, 21-76), e um aprofundamento desses dois últimos assim como feito com caridade, filantropia, assistência e solidariedade, extrapolaria o foco dessa investigação.

<sup>63</sup> As autoras podem ser encontradas citadas em (Serapioni et. al, 2013, p. 17).

desenvolvidas sobre o exercício do voluntariado, que deve ser: (1) Livremente escolhido, não coagido, baseado na motivação pessoal; (2) Altruísta, para o benefício de outros (localmente ou a uma escala mais larga); (3) Fora da família, num contexto organizado ou informal; (4) Não remunerado, ainda que com reembolsos de despesas associadas à atividade voluntária; (5) Fora das diretivas do pessoal remunerado e sem sanções por quebra de contratos ou obrigações acordadas; (6) Orientado por valores, baseado em valores como a construção da paz, solidariedade, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, democracia e prestação de contas; (7) Aberto a todos: inclusivo. Já para a Organização do Trabalho (OIT), os princípios do trabalho voluntário são assim descritos: (1) Deve envolver trabalho; (2) Não ser remunerado; (3) Não ser obrigatório; (4) Poder ser realizado diretamente com os destinatários ou integrado numa organização; (5) Não integrar atividades não remuneradas cujos destinatários sejam os próprios familiares; (6) Poder ser realizado em diferentes tipos de organizações (nas quais se incluem organizações públicas, organizações não governamentais e empresas); (7) e, por último, a observância da pluralidade de áreas de intervenção<sup>64</sup>.

É de se reparar que o CEV incluía a expressão ‘não coagido’ por forma a prevenir aqueles casos de programas que exercem pressão cultural para que o voluntariado seja feito. A principal forma de identificar um caso de coação social, ou de nível hierárquico, é avaliando se existem ou não represálias (sociais e profissionais, diretas e indiretas) caso se opte por declinar uma determinada ação voluntária, e no caso do voluntariado promovido por empresas, uma atenção maior deve pesar sobre esse aspecto. A OIT marca que deve haver trabalho, ou seja, a prestação de um serviço por tempo determinado, em oposição, por exemplo, a uma mera doação de um agasalho. Ambos, CEV e OIT, deslocam o foco de benefício do serviço voluntário para fora das famílias daqueles que prestam o serviço, distanciando-se da lógica das confrarias e outras formas de associativismo, como as mutualidades. Para o CEV, a questão da não remuneração não impede que, no exercício das tarefas voluntárias, o indivíduo seja ressarcido de despesas de deslocamento ou outras que porventura tenham ocorrido, e não estabelece sanções por descontinuidade da prestação do serviço.

### **2.2.3. Como o voluntariado pode ser classificado**

As classificações do voluntariado na literatura são subdivisões por iniciativas empreendidas em âmbito institucional ou pessoal, por organizações privadas (com ou sem fins

---

<sup>64</sup> Para encontrar os princípios do voluntariado tanto do CEV quanto da OIT sistematizados é possível recorrer a Serapioni et. al (2013, pp. 30 - 31), o melhor e mais completo documento em elaboração conceitual do voluntariado que pôde ser identificado durante essa pesquisa. E espera-se que o presente exercício acadêmico corrobore para a estruturação do assunto junto às investigações existentes em língua portuguesa.

lucrativos) ou públicas, as quais um indivíduo pode, ele próprio, conceber ou então se associar a alguma já existente. Também é comum que se classifiquem as oportunidades de voluntariado entre *pontuais* e *contínuas*, diferenciadas pela constância e regularidade de ação em um projeto, e que se categorizem pelo uso das competências profissionais ou pessoais.

A distinção entre *formal* e *informal* é basilar para o desenvolvimento desta tese, que propende para uma correlação do voluntariado institucional entre dois países. O voluntariado formal é aquele planejado e oferecido por entidades (dentre elas empresas privadas) que intermediam o papel entre quem doa o seu tempo e o beneficiário direto da ação. As iniciativas formais compõem um amplo espectro de ações, e podem ser desde campanhas pontuais a projetos continuados. As primeiras sendo desenvolvidas por um curto período do ano - em geral sazonais e associadas a alguma data relevante do calendário -, convocam um número mais volumoso de voluntários para um trabalho pontual (ex. uma campanha de natal ou uma ação emergencial em decorrência de alguma catástrofe); as segundas, as ações contínuas, podem caracterizar-se por ocupação de funções específicas, como ‘cargos’, na prestação da assistência oferecida por alguma entidade (ex. uma associação que dá apoio sistemático a pessoas com deficiência visual e cujo atendimento de acompanhamento psicológico é resguardado pelo serviço voluntário de psicólogos durante algumas horas da semana).

Além disso, as ações contínuas podem significar atividades diversas dentro de um projeto social estruturado, no qual um voluntário pode participar do planejamento, da execução de tarefas, de ações de capacitação, sensibilização e diálogo com a população - com aulas, cursos e atividades extracurriculares com crianças -, no cuidado de idosos e doentes, etc. Por isso, no voluntariado formal, o indivíduo pode prestar apoio às atividades base da entidade promotora, mas também a serviços complementares. Ou seja, sempre que uma organização identifica em si, ou em outra, ou mesmo numa comunidade, a necessidade ou a oportunidade de desenvolvimento de ações voluntárias, e essa organização (ou empresa)<sup>65</sup> planeja e promove a ação de voluntariado, garantindo que a estrutura mínima para tal aconteça, trata-se de voluntariado formal ou o organizado. Nessa definição, a publicação da Fundação Eugénio de Almeida (Serapioni et al, 2013) registra:

“uma outra distinção é entre voluntariado formal e informal, o primeiro levado a cabo em grupos ou organizações e o segundo realizado numa

---

<sup>65</sup> Por meio do chamado ‘Voluntariado Empresarial’(mais empregado no Brasil) ou ‘Voluntariado Corporativo’(mais empregado em Portugal) que são projetos de voluntariado empreendidos por empresas, em consonância com suas estratégias de Responsabilidade Social Empresarial, que por sua vez é uma forma da empresa se relacionar de forma responsável com os seus parceiros internos e externos.

base interpessoal no contexto de relações de vizinhança e da dádiva de tempo (Hardill e Baines, 2011). Encontramos também esta distinção em Parboteeah, Cullenb e Lim (2004), onde o voluntariado informal inclui comportamento como, por exemplo, ajudar os vizinhos ou idosos, e o voluntariado formal se caracteriza por comportamentos semelhantes, mas enquadrados no âmbito de uma organização. Ou seja, na definição destes autores a formalidade e formalização do conceito de voluntariado está também associado ao carácter institucional do mesmo”. (Serapioni, 2013, p. 20).

Em termos numéricos, no que respeita o voluntariado formal no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)<sup>66</sup> revelou que a grande maioria dos voluntários o é através de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou empresas, e dessas organizações, 79,9% são congregações religiosas, sindicatos, condomínios, partidos políticos, escolas, hospitais ou asilos e cerca de 13% dos voluntários cumpriram atividades em associação de moradores, associação esportiva, ou outra organização. Apenas uma pequena minoria, 9,8%, realizava o trabalho de forma individual, porém essa parcela vinha aumentando ano a ano, pois em 2016 era 8,4% e em 2017 subiu para 9%<sup>67</sup>. Comparativamente, em Portugal, de acordo com o Inquérito ao Trabalho Voluntário do ano de 2018<sup>68</sup>, a percentagem do voluntariado formal sobre o número total de voluntários é de cerca de 82%, e de voluntariado informal o valor é de 20%, considerando que um mesmo cidadão pode realizar ações dos dois formatos. A pesquisa define o voluntariado formal como:

“Trabalho Voluntário Formal ou Organizacional, que se entende como todo o trabalho não remunerado e não obrigatório que tenha sido realizado através de uma organização (ex. voluntariado como professor ou tutor numa organização; participação em ações de um Banco

---

<sup>66</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) é promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem como objetivo produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e de características tais como idade, sexo e nível de instrução, bem como permitir o estudo do desenvolvimento socioeconómico do País através da produção de dados anuais sobre outras formas de trabalho, trabalho infantil, migração, entre outros temas. Tipo de operação estatística: Pesquisa domiciliar integrada, ou seja, constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa.

<sup>67</sup> Agência de notícias IBGE, 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24268-pais-tem-7-2-milhoes-de-pessoas-que-fazem-trabalho-voluntario>.

<sup>68</sup> O ITV 2018 constituiu um módulo autónomo do Inquérito ao Emprego referente ao 3.º trimestre de 2018. Incidiu sobre variáveis fundamentais para a caracterização do voluntariado, nomeadamente o número de voluntários, características sociodemográficas, enquadramento institucional, tipo de tarefa e número de horas de trabalho dedicadas. E foi realizado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

Alimentar, coletividades de cultura, desporto e recreio)” (Instituto Nacional de Estatística, 2019, p. 14).

Em Serapioni et al (2013, p.21), encontra-se também endereçamento específico para o fato de que dentro do voluntariado formal existe a classificação do voluntariado dirigente, assim como em outros autores como Delicado (2002, p. 130) e Inglis e Cleave<sup>69</sup> (2006, pp. 83- 101). A classificação dá-se com a finalidade de identificar aqueles voluntários que exercem cargo de gestão, ou ocupam órgãos estatutários (dirigentes) ou de execução (não-dirigente) de entidades sociais. No âmbito da execução, situam-se muitas outras funções com estatutos muito próprios, como uma consultoria voluntária, os mentorados, os voluntários formadores, cuidadores, os construtores e reparadores de estruturas e equipamentos físicos, dentre outros, em relação aos quais o desempenho da função de gestão (dirigente) entraria como uma atribuição de responsabilidades e importância diferenciadas. Ocorre, inclusive, a sobreposição de muitas delas, em que um dirigente é quase sempre também um executor, despertando sobre as pessoas que acumulam esse papel, um interesse que, mais tarde, se tornou também critério para as entrevistas empíricas dessa tese, com o objetivo de observar, no campo, a perspectiva de terreno na promoção do voluntariado do Brasil e Portugal.

Dentro das classificações do voluntariado, existem ainda aquelas que se distinguem pela periodicidade, ou seja, daqueles voluntários que atuam de forma contínua, com certa regularidade, e aqueles que atuam pontualmente durante um período de tempo. Sobre isso Catarino (2004) traz:

“São frequentemente apontados como voluntários regulares os que desempenham atividades de voluntariado pelo menos uma vez por mês durante um período de pelo menos um ano. Os voluntários ocasionais desenvolvem atividades de regularidade inferior a um mês durante esse período. Os voluntários pontuais são os que desenvolveram uma atividade de voluntariado episódica nos últimos 12 meses” (Catarino, 2004, cit por Serapioni et al p. 19).

Nos últimos tempos, as tecnologias têm possibilitado o voluntariado à distância, complementar ao presencial, o que configura outra classificação de acordo com a presença ou ausência física. O voluntariado tradicional é presencial - e os conservadores poderão defendê-

---

<sup>69</sup> “The purpose of this study was to develop a framework for identifying the motivations of board members in nonprofit organizations. Building on previous work of board member motivations (Searle, 1989; Inglis, 1994) and motivations of direct service volunteers (Clary and others, 1998), the results of the current study support a framework consisting of six components: *Enhancement of Self-Worth, Learning Through Community, Helping the Community, Developing Individual Relationships, Unique Contributions to the Board, and Self-Healing*”. (Inglis e Cleave, 2006, p. 1).

lo como a única maneira de ser voluntário -, por forma a reforçar os laços das relações humanas e da personalidade. A argumentação sobre esse aspecto envolve uma discussão a respeito das relações humanas na modernidade como um todo, sobre conectividade e formação de redes. O fato é que a natureza cada vez mais tecnológica das relações também tem sido promovida para fins solidários ou de voluntariado. Na verdade, segundo a presente pesquisa, isso nem é assim tão recente.

“O Voluntariado Virtual não é um conceito novo. Vem sendo praticado há mais de 30 anos, provavelmente desde que nasceu a internet. A primeira ocorrência de voluntariado virtual organizado de que se tem notícia é o Projeto Gutenberg (<http://www.gutenberg.org>, um esforço voluntário que começou em 1971 para digitalizar, arquivar e distribuir obras literárias e culturais publicadas que continuam a ser digitadas e revisadas por voluntários on-line, hoje sob a coordenação de *Distributed Proofreaders* (<http://www.pgdp.net>)”. (Galiano, 2014, p. 38)

Então o voluntariado digital surge a partir dos laços que pode gerar, uma vez que o contato digital e o pessoal no lugar de serem linhas paralelas, podem ser caminhos que se encontram. Como refere Galiano (2014, p. 38), “como estou a um clique de me conectar a você, estou a um clique de te conhecer e de saber a razão do que você faz”. Portanto é observado que esse tipo de voluntariado, também denominado de voluntariado *à distância*, *cyber-voluntariado*, ou *voluntariado online* (dentre outras terminologias similares), vem ganhando lugar na medida em que o mundo moderno com o seu excesso de exigências e suas peculiaridades – ex. a mobilidade urbana nas cidades grandes - demanda outras formas de interação entre as pessoas, de controle e gestão do tempo, e outras maneiras de resoluções de problemas. As tecnologias permitem que os voluntários apoiem causas e instituições a partir de atividades que possam ser realizadas pela internet, de casa ou remotamente de outra localidade, de forma mais eficiente e num tempo mais curto. Contudo, o voluntariado digital permite que ela faça algo de onde está, com relevância significativa, prestando suportes como produção e conferências de planilhas de controle financeiro, traduções de textos, planejamento e escrita de projetos para captação de recursos, atendimentos online através de ferramentas de conversação por vídeo, gravação de áudios de tradução de obras literárias e acadêmicas para pessoas com deficiência visual, dentre muitos outros. Um exemplo de iniciativa bem-sucedida desse tipo é o programa de voluntariado on-line das Nações Unidas.

“Os voluntários on-line podem ser profissionais, estudantes, donas de casa, aposentados, pessoas com deficiência, expatriados. Eles podem residir em qualquer lugar do mundo e oferecem o seu apoio on-line, mas compartilham um forte compromisso de contribuir para o desenvolvimento humano sustentável (...) as relações pessoais continuam fortes, mas são em rede. Ainda existem os vizinhos, claro, mas ficou mais fácil trocar ideias, obter um conselho ou apoio emocional a quilômetros de distância.” (Galiano, 2014, p. 38)

Um termo denominado “microvoluntariado” também foi criado para dar vazão a ‘micro-tarefas’ que podem ser realizadas no dia-a-dia, em geral à distância, em favor de causas e instituições sem o investimento de longos períodos de tempo. Trata-se de um voluntariado de curta duração, sem compromisso de se repetir e com o mínimo possível de formalidade. A organização holandesa Sparked<sup>70</sup> define o microvoluntariado através de quatro características: é conveniente pois encaixa-se na agenda, geralmente através do computador ou *smartphone*; é “*byte-size*”, (um trocadilho com “*bite-size*”, que significa “do tamanho de uma mordida”) e pode ser realizado num período entre tarefas. As tarefas são divididas em pequenas partes, para que possam ser completadas em qualquer momento disponível; é *crowdsourcing*, ou seja: em geral, as ONGs que precisam de ajuda pedem assistência a um grupo de microvoluntários que têm tempo, interesse e as habilidades necessárias para fazer o trabalho; é gerenciado em rede: os profissionais das ONGs ganham tempo delegando, por exemplo, a análise de projetos para a sua rede de microvoluntários, explica Galiano (2014, p. 86).

E a respeito das possíveis áreas de ação dos voluntários, os âmbitos, conforme tem sido mostrado, são muitos. Catarino (2004, p. 12) subdivide-as em ação social, saúde, educação, ciência e cultura, comportamento cívico, ambiente, defesa do consumidor, formação profissional, reinserção social, proteção civil, desenvolvimento da vida associativa, economia social e solidariedade social como as principais áreas de atividade (cit. por Serapioni et al, 2013, p. 20). A Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608) do Brasil, estabelece que as áreas de ação do voluntariado são aquelas que tenham “objetivos cívicos, culturais,

---

<sup>70</sup> Skills for Change. *The Microvolunteer Network*. Disponível em: <http://www.sparked.com/content/nonprofit>. Acessado em agosto de 2019.

educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa<sup>71</sup>” e já a legislação portuguesa especifica:

“A atividade referida nos números anteriores tem de revestir interesse social e comunitário e pode ser desenvolvida nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga”. (DR – Diário da República, 1998, p. 5694).

Utilizando os termos descritos por Fagundes (2006, p. 98), ao referenciar Yazbek (1993, p. 50) e Martinelli (1989, p. 73) encontrou-se uma especificação pelo tipo de relações e resultados que as ações de voluntariado podem oferecer: desde aquelas mais caritativas ou assistencialistas, às mais emancipatórias e “empoderadoras” dos indivíduos beneficiários. Essa abordagem de Fagundes (2006) será parte do roteiro para o Capítulo 3 desta tese, em que se busca identificar esses elementos de forma comparativa entre o voluntariado no Brasil e em Portugal através de entrevistas.

#### **2.2.4. Síntese dos aspectos legais do voluntariado no Brasil e Portugal**

O marco legal do voluntariado no Brasil foi promulgado no ano de 1998 sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A sua formulação teve gênese junto ao movimento ‘Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida’, outrora criado (ano 1993) pelo Estado com a finalidade de estabelecer ações estruturais e emergenciais, no centro de ações desse tipo estava o Programa Comunidade Solidária<sup>72</sup>, fundado por Ruth Cardoso<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> Alteração na Lei nº 13.297, em 16 de junho de 2016: *O Ato em referência altera o artigo 1º da Lei 9.608, de 18/02/98, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário.*

<sup>72</sup> O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. Até dezembro de 2002, o Programa esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República e foi presidido pela então primeira-dama do país. Sobreviveu ao fim do governo FHC (2002). Em janeiro de 2003 passou a ser vinculado ao Ministério da Segurança Alimentar e tinha José Baccarin como secretário-executivo. Em 23/03/03, o jornal O Estado de S. Paulo (p. A4) noticiava: “Comunidade Solidária está na geladeira”, mostrando as cobranças dos deputados do PSDB para a continuidade do Programa que se encontrava sem nenhuma atividade, situação que persistiu durante o ano de 2003 quando foi, gradativamente, desarticulado no interior do Governo Federal. A partir de janeiro de 2004, não se encontravam mais dados sobre o Programa nos endereços eletrônicos anteriormente conhecidos, e o Ministério (agora Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) passou a ter o “Fome Zero” como seu carro-chefe”. (Peres, 2005, p. 109).

Nesse período foram estabelecidas ações como a criação da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Programa Nacional de Publicização, e o Programa Voluntários, que incentivou a constituição de Centros de Voluntariado<sup>74</sup> por todo o país, chegando naquela altura a uma rede de 60 centros, nas principais cidades do Brasil. Nessa linha de qualificação das organizações do terceiro setor, dos esforços de assistência, e de uma mobilização da sociedade civil para se envolver nessa rede, é que nasce a Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, com o objetivo de enquadrar o voluntariado legalmente, e proteger as entidades promotoras nessa relação de trabalho que passa a ser incentivada no âmbito do exercício da cidadania. E que define o trabalho voluntário como:

“o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário” (Diário Oficial da União, 1998, p. 28).

E também sugere que as relações entre entidades e voluntários seja regulada por um Termo de Adesão ao Trabalho Voluntário, que contrate as características da prestação de serviços gratuitos no âmbito do tempo, do tipo de trabalho, da frequência dentre outros. A Lei 9.608 até hoje sofreu uma alteração<sup>75</sup>.

Na tentativa de amplificar a visibilidade da causa e de ampliar a governança nacional sobre o tema, em 2018 o governo federal criou o Programa Nacional de Voluntariado – Viva Voluntário, com o objetivo de “reunir esforços do setor público, do terceiro setor e da iniciativa privada para promover o engajamento das pessoas em ações transformadoras da

---

<sup>73</sup> Antropóloga e ativista social, Ruth Cardoso inspirou projetos e programas de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento social. Durante o mandato presidencial de seu marido, Fernando Henrique Cardoso, fundou o *Programa Comunidade Solidária* e presidiu o seu Conselho (1995-2002). A iniciativa mobilizou parcerias entre organizações não governamentais, universidades, empresas e governos para a construção e a difusão de programas sociais inovadores. As ações desenvolvidas visaram a promoção da cidadania e do desenvolvimento local, por meio da capacitação de pessoas e da organização da comunidade (...) Legado: sua trajetória de vida combinou ensino e pesquisa com liderança na sociedade civil. Defendeu suas ideias e discutiu suas experiências em palestras, conferências, reuniões de trabalho, encontros, no Brasil e no exterior. Trabalhou e dialogou com empresários, empreendedores, ativistas sociais, políticos, artistas, jovens, homens e mulheres. Recebeu diversos prêmios e condecorações. Seus principais lemas foram: “*Combater a pobreza não é transformar pessoas e comunidades em beneficiários passivos de programas sociais. Toda pessoa tem habilidades e dons. Toda comunidade tem recursos e ativos. Combater a pobreza é fortalecer capacidades e potencializar recursos.*” (Fundação Fernando Henrique Cardoso, pesquisa feita em 2019, link do sítio eletrônico: <https://fundacaofhc.org.br/arquivo-ruth-cardoso>).

<sup>74</sup> São organizações autônomas e independentes financeira e administrativamente, que buscam atender às necessidades da região onde estão inseridas.

<sup>75</sup> A lei que faz uma pequena alteração no âmbito do voluntariado é a Lei nº 13.297, de 16 de junho de 2016. O Ato em referência altera o artigo 1º da Lei 9.608, de 18/02/98, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário.

sociedade”. O Decreto 9.149/2017 é que dá origem ao programa e sua principal ação é a constituição de uma plataforma que ligue oportunidades de voluntariado e voluntários, assim como muitas que já existem no país:

“Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Voluntariado, com as seguintes finalidades: I – promover o voluntariado de forma articulada entre o Governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado; e II – incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade, com enfoque no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”. (Diário Oficial da União, 2017, p. 6).

Em 09 de julho de 2019 o Governo Federal altera o decreto anterior e assina o Decreto Nº 9.906 que cria o programa “Pátria Voluntária” com o texto “Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado”. A substituição do “Viva Voluntário” pelo “Pátria Voluntária” tem como principal diferencial a governança. Na medida em que o anterior dava chancela para que voluntários e organizações sociais que promovem o voluntariado participassem por chamamento público dos processos decisórios, nesta última versão é possível observar alguma perda dessa oportunidade na sociedade civil na medida em que os representantes atuais são designados pelo Ministro de Estado e Cidadania. Além disso, é repassado ao Ministério responsabilidades que estavam ao cargo do Conselho no programa anterior. O mesmo Ministério no governo em vigência abriga as pastas da gestão e execução das políticas de desenvolvimento social e combate à fome. E diante das movimentações políticas pelas quais passam o Brasil no ano de 2019, fica difícil prever como será o desenvolvimento dessa iniciativa.

O marco legal português, por sua vez, tende a ser mais detalhado - pelo bem e pelo mal. A sua principal referência atual está na Lei de Bases 71/98 de 3 de Novembro de 1998, que contempla o voluntariado formal desenvolvido nas organizações, detalhando a operacionalização de um programa de voluntariado e exigindo, dentre outros, a existência de cartões de identificação de voluntários e um seguro para todos os envolvidos. Segue um resumo da legislação sobre o assunto em Portugal, de acordo com o ‘Guia do Voluntário’ realizado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES, 2002, p.29).

## Legislação Nacional Do Voluntariado Em Portugal

- Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro - Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.
- Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro - Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50 (2.ª série), de 30 de Março de 2000 (publicada no D.R., II série, n.º 94, de 20 de Abril) - Define a composição e o funcionamento do **Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado**.
- Resolução da Assembleia da República n.º 7/99, de 19 de Fevereiro - Aprova, para ratificação, o Tratado de Amesterdão, que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns atos relativos a esses Tratados, incluindo o Anexo e os Protocolos, bem como a Ata Final com as Declarações, entre as quais a 38, relativa às atividades de voluntariado.
- Decreto-Lei n.º 40/89, de 12 de Fevereiro - Institui o seguro social voluntário, regime contributivo de carácter facultativo no âmbito da Segurança Social, em que podem ser enquadrados os voluntários. O seguro social voluntário foi objecto de adaptação ao voluntariado pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro.  
(Legislação Nacional Do Voluntariado Em Portugal pela CASES, 2002, p.29)

O CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, que fora criado ao abrigo do Decreto-Lei 389/99 de 30 de setembro e que tinha por missão desenvolver e qualificar o voluntariado, deixou de existir em 2017 pelo Decreto-Lei 39/2017 que deu à CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social as atribuições para a prossecução das políticas de voluntariado, na área não consultiva; o Decreto-Lei 48/2017 criou a Comissão de Políticas de Voluntariado, integrada no CNPSSS – Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social<sup>76</sup>, como descreve o Avasocial (2018) e revogou expressamente o Decreto-Lei 389/99, restando assim, não regulamentada, a Lei

---

<sup>76</sup> Órgão consultivo que tem por missão promover e assegurar a participação, dos parceiros sociais, do movimento associativo e outras entidades da sociedade civil, em articulação com as entidades públicas legalmente competentes para a definição e acompanhamento da execução das políticas de segurança social, políticas sociais e de família, bem como, da inclusão das pessoas com deficiência e do voluntariado (Diário da República, 2017, pp. 2479 - 2485).

71/98 – Bases do enquadramento legal do voluntariado. A Lei voltou a estar regulamentada pelo disposto no Decreto-Lei 33/2018 – Disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018, que reprecisa<sup>77</sup> “o regime previsto no Decreto-Lei 389/99, (...) com exceção das normas relativas ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado” (DR - Diário da República, 2018, pp. 2013-20164).

Na análise dos marcos legais, é possível observar que a legislação brasileira integra as iniciativas informais na medida em que possui um teor expansivo quando redige “para causas de interesse social e comunitário”, dando cobertura sob a lei para aquelas iniciativas que são empreendidas no dia-a-dia até por organizações menores que não possuem grandes possibilidades de criar e desenhar processos, fluxos burocráticos e outras ferramentas de gestão básicas para a sua manutenção (e, portanto, menos ainda para a formalização de um programa de voluntariado). Situação essa que é diferente em Portugal, que legisla apenas as iniciativas formais, compondo na sua redação uma série de exigibilidades que ao mesmo tempo que podem ser educativas, em forma de pré-requisito para uma entidade receber voluntários, são também castrativas, naqueles casos em que os dirigentes não possuem recursos financeiros ou de gestão para se enquadrarem nas exigências da lei, notadamente um desenho e registro de um programa formal de gestão e capacitação de voluntários, a confecção e entrega de certificados, ou até o pagamento de um seguro.

Sob este ponto de vista, é importante observar qual o valor simbólico que um apoio legal dá ao cenário do voluntariado de um país, desde um sinal verde com delimitação mínima mas sem apoio estrutural, como o caso do Brasil, ou uma legislação que se pretende educativa e que eleve o nível das práticas de gestão do voluntariado mas que empiricamente favoreça as maiores organizações tradicionalmente amparadas, e dificulte o alavancamento das iniciativas mais esparsas ou iniciantes, como no caso de Portugal.

---

<sup>77</sup> Assim, são agora atribuições da CASES, nomeadamente, ações como “conhecimento e caracterização do universo dos voluntários e das organizações promotoras de atividades de voluntariado;” (...) “emissão do cartão de identificação do voluntário;” (...) dinamização de “ações de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário, a título individual ou em articulação com as organizações promotoras de atividades de voluntariado;” (...) concessão de “apoio técnico às organizações promotoras de atividades de voluntariado, mediante, nomeadamente, a disponibilização de informação com interesse para o exercício do voluntariado;” (...) a promoção e a divulgação do “voluntariado como forma de participação social e de solidariedade entre os cidadãos, através dos meios adequados, incluindo os meios de comunicação social” (Fonte: Sítio eletrónico <http://www.avasocial.org/noticias/3934/ja-nao-ha-conselho-nacional>, acessado em junho de 2019).

## 2.2.5. Motivações para o trabalho voluntário

O campo das motivações compõe um largo espectro das pesquisas acadêmicas sobre o voluntariado. Elas passam essencialmente por teorias que discriminam quais aspectos se associam ao altruísmo contraposto (ou não) ao egoísmo. E essas motivações podem ser integradas numa única experiência de motivação, ou dissolvidas em múltiplos motivos. Que de forma genérica, perpassam primeiramente por um diálogo do conteúdo interno do possível voluntário (seus valores, estágio de vida, experiências prévias, etc.) com a experiência de sociabilidade do mesmo (suas influências interpessoais: o contexto e normas sociais, a rede social que compõe) em contato com a ação proposta pela organização (quem propõe a ação, para quem elas são propostas, o objetivo da ação e seus valores), e com as circunstâncias operacionais (tempo necessário, distância geográfica). Sendo que, além disso, o resultado e as consequências geradas por esse grupo de fatores, é em si um último grupo dos pontos que podem influenciar ou não a continuidade da ação de um voluntário segundo Omoto e Snyder (1995, pp. 671 - 686)<sup>78</sup>.

O acervo bibliográfico sobre as motivações para o serviço voluntário tem sua maior contribuição científica do campo da psicologia social e cognitiva, seguido de estudos da área de gestão aplicada aos recursos humanos em entidades do chamado Terceiro Setor. Depois, estão aquelas pesquisas relacionadas às áreas da saúde, da política e sociedade. Sobre a natureza da motivação humana, de uma forma geral, Marques (2016) cita alguns autores ao afirmar que se trata de uma experiência inerente ao universo interno da pessoa, um conjunto de fatores implícitos, nem sempre consciente, e quem vem sendo explorado com curiosidade pelo mundo científico nos últimos anos:

“A motivação é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente” (Vernon, 1973, citado por Todorov & Moreira, 2005, p. 11), ou seja “a motivação, ou o motivo, é aquilo que move uma

---

<sup>78</sup> “De forma mais simples, Omoto e Snyder (1995) definem o processo de voluntariado em três estágios: O primeiro tem a ver com os antecedentes da atividade voluntária e é composto por motivações pessoais que levam ao início da atividade voluntária. O segundo estágio é a experiência do voluntariado, que pode promover ou impedir um envolvimento continuado, dependendo de dois fatores. Um refere-se à satisfação pessoal no desempenho da atividade e o outro à integração organizacional. O terceiro estágio é o das consequências para o voluntário e para a sociedade em geral, no qual as atividades voluntárias podem influenciar as atitudes pessoais, medos, conhecimento e o próprio comportamento do voluntário”. (Marques, 2016, p. 38).

pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar de curso.” (Bzuneck, 2009, p.9). De acordo com Latham e Pinder (2005, citado por Ferreira, et al., 2008, p.45) “é um processo psicológico complexo que resulta de uma interação entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia (...), é um conjunto de forças «energéticas» que fazem com que um indivíduo inicie um comportamento relacionado com o trabalho e determine a sua forma, direção, intensidade e duração (...) Portanto, estudar a motivação consiste em analisar fatores que levam os indivíduos a escolherem ações dirigidas num determinado sentido com o intuito de alcançar um objetivo (Oliveira & Alves, 2005)”. (Marques, 2016, p. 31).

O assunto das motivações estende-se pelo serviço do voluntário, ou ao voluntarismo<sup>79</sup>, pesquisando a natureza altruística do homem perante os sentimentos de empatia e de reconhecimento do seu papel no social. A questão do altruísmo é trazida como um pressuposto de que a ação não busca, consciente ou inconscientemente, um retorno individual no sistema de trocas que se estabelece entre o voluntário e o beneficiário. Naturalmente, é como se o ‘doador’ precisasse se afirmar com a expressão interna de ‘não quero retorno’, e quanto mais assim se afirma, mais retorno indireto de virtude socialmente estabelecida ele apreende, consciente ou inconscientemente, publicamente ou em seu universo privado de motivações. Marques (2016, pp. 37 - 38) cita os importantes trabalhos de Delicado (2002) e Cnaan e Goldberg-Glen (1991) quando esses qualificam a complexidade das motivações altruístas do voluntarismo.

“Delicado (2002) afirma que avaliar as motivações para o voluntariado é um processo complexo isto porque um voluntário tanto pode ter motivações altruístas, como egoístas. O desejo altruísta do voluntário fazer o bem faz com que em simultâneo traga benefícios egoístas. Cnaan

---

<sup>79</sup> “Alguns autores se utilizam dos termos *voluntarismo* e *voluntariado* de forma indistinta como se fossem sinônimos. Para distingui-los, o dicionário Houaiss define *voluntarismo* como sendo uma doutrina, uma teoria psicológica ou filosófica, ou ainda, visto pela ética como um sistema filosófico, que estuda a vontade e o comportamento humano, enquanto que *voluntariado* diz respeito às ações, à condição ou ao conjunto daquelas pessoas que participam de algum trabalho por vontade própria. A definição de *voluntarismo* apresentada por Penner (2002, p. 448) consiste em “um comportamento voltado para o social, de longo prazo, planejado, que beneficia pessoas desconhecidas e acontece em um ambiente organizacional”. A partir desta definição o autor elege quatro atributos necessários para o *voluntarismo*: 1) *Longevidade* – embora o *voluntariado* possa ser realizado por uma pessoa, por períodos curtos ou longos de tempo, para uma análise do tema mais segura e resultados mais eficazes deve ser considerado o longo prazo; 2) *Plano integral* – consiste que num primeiro momento o *voluntariado* seja pensado conscientemente, medindo prós e contras, e depois seja planejado adequadamente; 3) *Ajuda não obrigatória* – trabalho espontâneo, livre de qualquer pressão, seja familiar, social ou organizacional; 4) *Contexto organizacional* – compreende o *voluntariado* realizado dentro de uma organização de serviço social. Assim, enquanto o *voluntarismo* é um termo mais genérico e abrangente, o *voluntariado* consiste no conjunto de ações práticas realizadas por pessoas, normalmente através de organizações, em benefício de outras pessoas” (Piccoli e Godoi, 2012, p.2).

e Goldberg-Glen (1991) concordam com esta afirmação e concluem que, o voluntário ao ser altruísta contribui com aspetos pessoais e de crescimento através das experiências vivenciadas, de forma ativa. É altruísta e inconscientemente egoísta. Existe também um certo consenso teórico no que diz respeito à existência de dois tipos de motivação para o voluntariado, sendo elas as motivações altruístas e individuais”. (Marques 2016, p. 33).

De acordo com Cavalcante et al (2015, p. 526), “entender as motivações pode ajudar a perceber o que esses indivíduos buscam com a atividade e pode ainda permitir, aos gestores de organizações voluntárias, o suprimento de tais necessidades. Vários estudos buscaram entender essas motivações, e eles variam de modelos unidimensionais a modelos com cinco ou seis fatores”, e o autor traz por esse ângulo uma utilização gerencial das informações sobre as motivações de voluntários, que é conhecer para saber melhor motivar e aproveitar a força voluntária nos projetos promovidos, uma vez que o estímulo espontâneo e sem compromisso pode ser também muito volátil<sup>80</sup>.

Cavalcante et al (2015, p. 526) acaba por dividir os modelos motivacionais apenas entre uni e multidimensional. O número de autores citados nessa última vertente é muito grande, mas de acordo com Cavalcante (2013, pp. 164 - 165) na sua pesquisa exploratória sobre a literatura da motivação no serviço voluntário no Brasil, e conforme situado em seu trabalho posterior do ano de 2016, as fontes bibliográficas mais citadas incluem-se as informações:

“As motivações do trabalhador voluntário tem sido objeto de pesquisa em diversos estudos na área do Terceiro setor, especialmente desde os anos 1980. Os trabalhos de Wilson (2000), Clary, Snyder e Ridge (1992), Bussell e Forbes (2002), Cnaan e Amroffell (1994), Cnaan, Handy e Wadsworth (1996), Penner (2002), no exterior, e os de Figueiredo (2005), Souza, Lima e Marques (2008), Sampaio (2006), Souza e Carvalho (2006), Piccoli (2009) e Vervloet (2009), em contexto brasileiro, são exemplos de esforços acadêmicos no sentido de entender os motivos que conduzem indivíduos a investir tempo e empenho nessa atividade. Esse período está relacionado ao crescimento de organizações solidárias e

---

<sup>80</sup> “O conjunto das pesquisas quantitativas e qualitativas tem substancial conteúdo, tanto para entender os reais motivos da motivação voluntária, como também prover subsídios para administradores de organizações de serviços humanos, no que tange a recrutamento, seleção e retenção de voluntários”. (Piccoli e Godoi, 2012, p. 3).

sociais. Estudos em diversos países reforçam essa interpretação”.  
(Cavalcante, 2016, p. 8)

E é mais fortemente a partir dos anos 90 que surgem os primeiros modelos de sistematização da motivação voluntária. As pesquisas na vertente unidimensional defendem uma experiência única de motivação, entretanto composta com base numa diversidade de elementos e variáveis menos ou mais estimulantes. Sendo assim, o foco no modelo unidimensional é de uma única motivação apenas: a experiência global positiva (gratificante) do voluntário. Os autores mais citados na bibliografia estudada, e defensores da lógica unidimensional são Cnaan & Goldberg, e as suas pesquisas durante essa década. Cnaan e Goldberg-Glen (1991, pp. 269 - 284) acabam por concluir após uma extensa pesquisa empírica que os voluntários tem motivações tanto no altruísmo como no egoísmo, mas conscientemente acabam por não os distinguir. De acordo com Cavalcante et al (2015, p. 526) a unidimensionalidade está centrada no altruísmo, para tal, os autores se fundamentam em Bussell e Forbes (2002) e Unger (1991), que são bem citados por parte da bibliografia que aloca o altruísmo no centro da motivação voluntarista.

“Unidimensionalmente, os modelos baseiam-se fortemente no altruísmo. Essa percepção está impregnada no próprio conceito do voluntariado. Os conceitos citados anteriormente, neste referencial teórico, sugerem que o altruísmo – autossacrifício sem aparente recompensa pessoal – é elemento fundamental para que ele ocorra: a motivação para voluntariar seria, portanto, a de doação”. Cavalcante et al (2015, p. 526).

Cnaan e Goldberg-Glen (1991, p.280), na pesquisa em que defendem um modelo unidimensional, listam cerca de 28 motivos (ao que chamam de MTV) pelos quais as pessoas podem se tornar voluntárias, sendo que os mais relevantes formam o que os autores denominam de “fenômeno social unidimensional”.

“os motivos para voluntariar não são distintos ou oponentes, mas se sobrepõem uns aos outros, pois os voluntários não sabem distingui-los claramente. Os dez motivos considerados mais importantes pelos voluntários foram: 1) oportunidade para fazer algo que vale a pena; 2) sentir-se bem consigo mesmo; 3) criar uma sociedade melhor; 4) oportunidade para devolver fortuna; 5) melhorar atitude na própria situação de vida da pessoa; 6) oportunidade para relacionamentos; 7)

adesão às metas da agência; 8) experiência educacional excelente; 9) prover atividades desafiadoras; 10) oportunidade para trabalhar com faixas etárias diferentes. Segundo os autores, os voluntários demonstram motivos altruísticos e egoísticos de forma inseparável e indistinguível, e essa combinação de motivos pode ser descrita como “uma experiência recompensadora”. Quando uma pessoa voluntaria ela não está somente dando algo de si a outra pessoa, mas estará recebendo igualmente alguma recompensa em troca”. (Piccoli e Godoi, 2012, p. 3).

Já os modelos bidimensionais diferenciam os motivos de natureza altruísta daqueles que são mais centrados na própria pessoa, relata Marques (2016, 38). Já Piccoli e Godoi (2012) informam que

“o modelo de dois fatores defendido e testado empiricamente por Frisch e Gerrard (1981 *apud* Okun; Barr; Herzog, 1998) e Latting (1990 *apud* Okun, Barr; Herzog, 1998) postula que as pessoas são motivadas para voluntariar por motivos altruísticos (preocupação com os outros) e motivos egoísticos (preocupações consigo mesmo)” (Piccoli e Godoi, 2012, p. 1).

o que faz do modelo bidimensional aquele que coloca em dualidade as motivações por altruísmo e egoísmo como se fossem antagônicas. Isso implica uma valoração do benefício ao indivíduo como aquele que não pode estar associado, simultaneamente, a uma preocupação genuína com o social. Marques (2016) ressalta que a abordagem da natureza das motivações continua a ser objeto de estudo ao longo dos anos, e isto porque continua a existir o dilema entre as intenções altruístas e egoístas. “Embora nem todo o ato de voluntariado seja altruísta, também podemos afirmar que nem todo o ato altruísta é ser voluntário, no entanto existe uma estreita e forte ligação entre ambos (Haski-Leventhal, 2009)” (Marques, 2016, 38).

Já os modelos multidimensionais existem em maior número e são os mais utilizados. Um dos sistemas mais citados e aplicados em pesquisas que desejam medir as motivações de um determinado grupo de voluntários é o de Clary e Snyder (1991). Neste trabalho argumenta-se que um conjunto de fatores diferentes motivam as pessoas de forma distinta.

Clary *et al.* (1992) criaram o modelo de seis fatores da motivação voluntária. As funções “carreira”, “social” e “proteção” foram avaliadas pelos voluntários como as menos importantes. Por outro lado, as funções

“estima”, “intelecto” e “valores” foram avaliadas como as mais importantes. Mesmo assim, essa avaliação difere entre os grupos. Para os mais jovens, a função “carreira” está entre as mais importantes, o que não ocorre entre os mais velhos. (Cavalcante et al, 2016, p. 526).

Esse método em que Clary et al. (1998, pp. 1516 - 1530) apresentaram um sofisticado modelo de mensuração de motivações é o conhecido Inventário de Funções do Voluntariado (IVF) (*Volunteer Functional Inventory*), um instrumento composto por trinta questões que identificam as razões pelas quais as pessoas decidem se voluntariar. Bussel e Forbes (2002, p. 4) também são citados por um modelo multidimensional que identifica motivações, a partir dos quatro ‘Ws’ do voluntariado: *What, Who, Where* e *Why*, a fim de auxiliar os administradores a melhor identificarem e selecionarem seus voluntários. Batson (2002, cit. por Cavalcante, 2013, p. 165) também lança um sistema de quatro motivos, o *egoísmo* (que é o retorno para o indivíduo), *altruísmo* (um conjunto de retornos para a sociedade como principal motivador), *principialismo* (a possibilidade de empreender algo) e o *coletivismo* (os benefícios de se fazer algo em conjunto). De acordo com o autor, esses quatro motivos e suas variações podem se combinar de diferentes formas, em situações distintas para um mesmo indivíduo, em momentos e locais diferentes da sua vida. E ainda, Omoto e Snyder (1990, pp. 152 – 165), no seu trabalho de pesquisa com voluntários que atuavam com a temática de pessoas soropositivas para o vírus HIV, revelou que mesmo existindo motivos comuns para serem voluntários, é um conjunto de motivações extremamente particular que faz com que as pessoas se movam pela causa. Os investigadores avaliaram cinco motivações primárias nesse caso: 1) envolvimento de valores pessoais – porque é uma obrigação humanitária; 2) considerações sobre entender e aprender mais sobre a situação; 3) preocupação comunitária, seja de uma comunidade afetada pelo vírus naquele caso; 4) desenvolvimento e crescimento pessoal e 5) preenchimento de vazios ou déficits nas vidas das pessoas.

O conjunto dos estudos acadêmicos analisados para a construção dessa seção do segundo capítulo, como é possível depreender do conteúdo organizado, é em sua maioria realizado sobre o universo do voluntariado formal, especialmente devido à maior possibilidade de controle das variáveis, quando estão dentro de um ambiente formal e organizado. E esse conjunto de iniciativas do voluntariado institucional, busca, por sua vez, apreender e otimizar o recurso ‘pessoa-voluntária’, num cenário competitivo de financiamentos e meios limitados, mas dificuldades ilimitadas. Assim, aqueles projetos

capazes de compreender a natureza da motivação dos seus aspirantes a voluntários, conseguem conquistá-los por maiores períodos, alcançando, assim, o máximo de mais-valias em número de horas gratuitas vinculadas. Muitas vezes, os voluntários podem ser apropriados, em sua boa vontade, para ajudar a fechar as contas de um sistema assistencial que não se sustenta, e que deveria ser garantido pelos impostos pagos com essa finalidade ao Estado (e o tamanho dessa finalidade, sim, é a referida discussão que não fecha, e que diz respeito ao tamanho das responsabilidades de um Estado democrático de direito).

Assim, dos peditórios por donativos à busca por mobilização de voluntários, que se vê no cotidiano contemporâneo, faz indicar que, mesmo havendo todo um conjunto de entidades e setores envolvidos com as causas públicas mais diversas, um bem-estar e um equilíbrio social não tem sido garantido aos mais vulneráveis. Dessa forma, a necessidade de gestão qualificada da mão de obra voluntária cresce, em conformidade com a quantidade de cidadãos que desejam se envolver com os problemas sociais que assistem. E com a atenção para o fato de que, sem a acuidade de metodologias e organização gerencial, toda essa “invasão” de cidadãos bem-intencionados dentro das comunidades, e entidades sociais, pode ainda mais tumultuar do que ajudar. Essa tentativa de organização se retrata nos regimes legais que incidem sobre a temática, bem como nas tentativas de sistematização dos tipos, formatos, diretrizes e limites aos projetos de voluntariado que, como demonstrado pela bibliografia recolhida para o presente capítulo, se esforçam por criar uma ‘ciência da administração de voluntários’, a fim de que os intentos alcancem os objetivos almejados.

Mas ainda, nos arquivos acadêmicos consultados, a maior parte das áreas da ciência que investigam o voluntariado como objeto, são da psicologia comportamental e social, e conferem, principalmente no âmbito das motivações, um caráter instrumental da pessoa que se voluntaria: compreender as suas razões e o seu altruísmo, para em seguida melhor saber motivá-los, quando se está na função de um recrutador de voluntários. E já no estudo bibliográfico das palavras subjacentes ao voluntariado (caridade, filantropia, assistência e solidariedade) foi mais fácil encontrar a percepção social da ação, ou seja, como que os autores percebem as responsabilidades e os diversos papéis nas relações sociais formais e informais, e por consequência, qual a apreciação crítica que se tem do outro, e o que melhor fazer para ou com esse outro, para fins de aferir benefícios - a melhoria de vida dos cidadãos assistidos.

Pergunta-se, por outro lado, o que significa tantas pessoas envolvidas no universo do voluntariado institucional do Brasil e Portugal, conforme apontam as pesquisas? No que resulta essa moda, que faz as entidades públicas e privadas estamparem orgulhosas, em suas

páginas e relatórios, o número de voluntários engajados em suas causas? Ou seja: o que está no centro dessas atenções e desses espaços? São esses e outros aprofundamentos que serão perseguidos no capítulo que se segue, no sentido de perceber, em que medida o voluntariado é utilitário, e o que pode estar entre o esforço e o impacto social dessas ações.

### **Capítulo 3. Compreensões do voluntariado pela voz de representantes brasileiros e portugueses**

Com a finalidade de compreender no campo empírico as convergências e divergências no cenário do voluntariado institucional dos dois países, foram empreendidas entrevistas abertas com representantes selecionados pelo seu papel relevante no ambiente do voluntariado formal desses territórios. Sem entrar no conceito sociológico de representação, as pessoas entrevistadas foram, ou ainda são, mobilizadoras sociais, participantes da estruturação de iniciativas de voluntariado em contexto nacional ou local, e passíveis de serem considerados influenciadores e formadores de opinião nesse cenário. Optar pelos gestores e promotores do voluntariado, como material empírico das entrevistas, se fez importante para investigar justamente as bases da promoção das iniciativas: de que valores e lógicas elas surgem, como elas dialogam com o contexto social em que intervêm, como se fazem representar por motivações e atos mais tutelares ou emancipatórios, e como as suas crenças se concretizam ou não na execução final dos projetos que empreendem ou assistem. Por outro lado, por recorte intencional de escopo, os voluntários que atuam junto ao sistema de voluntariado formal não foram ouvidos, pois suscitam uma ótica de investigação complementar, como ferramentas que eles são da intencionalidade das iniciativas propostas pelas instituições fomentadoras.

Do Brasil, os dez profissionais entrevistados têm de trinta cinco a oitenta anos, dentre eles, sete mulheres e três homens. Na lista, estão nomes recorrentes nas discussões e fóruns sobre voluntariado no país, promotores de plataformas de voluntariado, pesquisadores, consultores, atuais e ex-representantes de ONGs (Organizações Não Governamentais - sem fins lucrativos) e entidades que promovem o voluntariado em parceria com agentes públicos e financiadores, além de promotores do voluntariado institucional empreendido por empresas. Já em Portugal, as entrevistas foram presenciais, contando com seis convidados do mesmo perfil etário e profissional do Brasil, sendo três homens e três mulheres, representantes de confederações e associações nacionais que existem com o propósito de estruturar e promover o voluntariado no país, gestores de voluntariado empresarial, pesquisadores, dirigentes de entidades e projetos sociais ligados ou não a instituições religiosas, assim como da política nacional. Todas essas ocupações denunciam, assim como no Brasil, uma superposição de

funções por parte dessas pessoas no setor, desempenhando em “múltiplos chapéus” os papéis que as qualificam para essa pesquisa<sup>81</sup>.

É oportuno salientar que os entrevistados em sua sobreposição de funções, possuem trajetórias profissionais mais generalistas ou especialistas. Como generalistas pretende-se nomear aqueles que não são fruto ou provenientes do universo do voluntariado, mas da gestão administrativa privada ou pública, e entraram em contato com a temática *a posteriori*, a fim de exercer função dirigente ou consultiva. E são chamados especialistas, quando se quer apontar aquelas pessoas que desde sempre fizeram parte do universo do voluntariado, inicialmente como voluntários, mas que com o tempo perceberam que o seu vínculo com a ação social se tornaria também a sua profissão. Essa diferença de perfil dos percursos profissionais não influenciou o resultado das entrevistas, a não ser do ponto de vista de algumas falas, como as das motivações para o seu agir voluntário: menos ou mais recente. O *continuum* dentro do campo, entretanto, faz essas pessoas, em diferentes medidas, reconhecerem as causas do voluntariado como as causas também de sua vida: o voluntariado as identifica, e é recompensante dedicar-se profissionalmente àquilo que se acredita. Por fim, a experiência de vida e profissional que acumulam, permite que suas biografias testemunhem e deem substância as suas falas, que são também relatos de suas experiências de vida, para além das análises críticas contextuais que são capazes de fazer, dos bastidores que são, e das autoanálises acerca de seus papéis nesses contextos de ação voluntária.

Três entrevistas foram feitas por áudio de aplicativo de conversação, quatro foram presenciais, e as 8 restantes por vídeo ou áudio conferência. Uma entrevista por questões logísticas foi respondida por email. Para fins de análise dos resultados os mesmos serão apresentados de forma anônima identificados apenas com o país de origem.

### **3.1. A preparação do conteúdo das entrevistas**

As entrevistas foram organizadas por um guia básico de perguntas, com o objetivo de perceber inicialmente, de forma aberta, os valores que movimentam as práticas de voluntariado em direções mais assistencialistas ou emancipatórias do indivíduo beneficiário, e por consequência, quais são as práticas consideradas mais tutelares ou transformadoras de realidades sociais, e também de conhecer as estruturas de apoio institucional existentes para a

---

<sup>81</sup> Das entidades que se fazem representadas estão, por exemplo, o Serviço Social da Indústria, a plataforma de voluntariado V2V (*Volunteers to volunteers*), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CEMAIS), empresas de consultoria no Brasil, e Montepio Geral, Corpo Nacional de Escutas (CNE), Centro Europeu do Voluntariado (CEV), Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Cáritas Portuguesa, um ex-dirigente da Santa Casa e Universidade Católica Portuguesa.

temática do voluntariado no Brasil e em Portugal, como por exemplo, os aspectos legais e as redes de defesa de causa.

A ‘intencionalidade’ das iniciativas de voluntariado institucional, aliada aos tipos de ações realizadas por seus voluntários, ilustram, sob a luz dos relatos dos entrevistados, algumas respostas às perguntas prévias ao trabalho de campo, sobre as quais se esperava identificar classificações (tipos) de voluntariado formal, pautados nos termos utilizados por Fagundes (2006, p.98): conservadora, tutelar, progressista ou emancipatória. Em que a autora faz referência a Yazbek (1993, pg. 50) ao explicar os dois primeiros termos como “facetas que assumem diferentes direções ideológicas, na medida em que a conservadora vai procurar manter o *status quo*, a tutelar irá reforçar a dependência dos indivíduos tornando-os prisioneiros de relações de deferência e lealdade” e corelaciona esses dois ao ‘progressista’ e ‘emancipatório’ a partir da fala de Martinelli (1989 pg.73) em que o voluntariado romperia o sistema de desigualdades sociais<sup>82</sup>.

A complexidade do conteúdo extraído das entrevistas, entretanto, foi obtida por perguntas que não seguiram uma ordem direta, mas que, durante a fala semi-guiada dos entrevistados, tornou possível abordar as seguintes questões:

- A trajetória do entrevistado no mundo do voluntariado (enquanto voluntário ou promotor de iniciativas do gênero), o que muitas vezes desembocou na narrativa da história de vida da pessoa tendo como eixo central o seu engajamento social.
- A percepção de valores mais assistencialistas ou emancipatórios a partir da exploração de conceitos planos de fundo - assistência, caridade, filantropia e solidariedade - adicionando-se o voluntariado como ferramenta de todos eles.
- A noção de efetividade no trabalho voluntário, tendo como referência o tipo de benefício ou transformação que pode gerar aos públicos aos quais se destina, de forma contextualizada no país do entrevistado.

---

<sup>82</sup> “As críticas ao voluntariado casualmente passam por “demonstrar que estas ações reforçam a caridade, o clientelismo, e que são ações descontínuas, fragmentadas, mostrando a necessidade de qualificarem-se cada vez mais as políticas na área da assistência, para dar um caráter progressista e emancipatório, e que possibilite (...) uma prática social, política, histórica, com uma teleologia bastante precisa que exige de cada um uma ação cotidiana direcionada para a construção de uma sociedade efetivamente justa e democrática”. (Fagundes, 2006, p. 98).

### **3.2. A religião, a família e os grupos de jovens: os primeiros passos do trajeto no voluntariado.**

As organizações religiosas, com supremacia da igreja católica, são reforçadas na percepção dos entrevistados como os fundamentos do voluntariado institucional no mundo ocidental e por consequência também no recorte territorial Brasil – Portugal. Historicamente, a entidade católica é apontada pelos indivíduos como aquela que estimula e mesmo vive do voluntariado de maneira mais antiga e ampla, não obstante outras religiões dentro e além do mundo cristão também estimularem os valores comumente associados ao tema, que tangem o censo de caridade, o estímulo às atitudes virtuosas e qualificadas por elevados padrões morais, às bem-aventuranças, alteridade e o altruísmo. Essa identificação do voluntariado com o catolicismo faz chamar atenção à preponderância dos valores de uma única religião ainda hoje, num Terceiro Setor (ou o setor que abriga as iniciativas institucionais da sociedade civil), atualmente tão heterogêneo, chamado por Melo (2017, p.221) de “plástico e mutável”, e mais ainda em um país como o Brasil no qual a quantidade de religiões é grande<sup>83</sup>, percebida a ênfase num significativo crescimento do protestantismo.

“Em Portugal, a perspectiva histórica mostra, há mais de cinco séculos, sob proteção da Rainha D. Leonor, casada com D. João II e irmã de D. Manuel I, o nascimento das Misericórdias, uma realidade que aparece ligada a tarefas caritativas concretas, seja de apoio a quem cumpria pena de prisão (e não tinha, por esse fato, «direito» a ser alimentado, vestido ou sequer tratado, quando doente...), seja de encomenda da alma e enterro, a quem sofrera pena de morte, seja de tratamento e acompanhamento de enfermos, seja de ajuda a quem necessitasse de alimentos, etc., para as quais era necessário, de um lado, angariar na sociedade dinheiro para cumprir as tarefas e, de outro, pessoas que pudessem dar resposta específica às solicitações, tudo sem qualquer pagamento” (Entrevistado 6 – Portugal).

Mas mesmo assim, ainda que persista a identificação católica enquanto pilar, conforme exposto na revisão historiográfica, por meio do traslado das missões e irmandades para a América colonial, a manutenção desse reconhecimento não exclui, na fala das entrevistas, que no ambiente heterogêneo, no qual vive atualmente o voluntariado, conviva

---

<sup>83</sup> De acordo com o Censo 2010, no Brasil da década de 70 havia 91,8% de brasileiros católicos, em 40 anos depois a quantidade passou para 64,6%. O maior crescimento está na parcela dos evangélicos, que subiu de 5,2% da população para 22,2%. (IBGE, Censo demográfico 2010).

paradoxalmente um discurso político que reforça novas instâncias de participação e responsabilidade social<sup>84</sup>.

A relação institucional entre igreja e voluntariado aparece durante a pesquisa por algumas óticas. A primeira delas é a própria mecânica de gestão e operação dos órgãos eclesiais, que prescindem do trabalho voluntário para a sua difusão e funcionamento (litúrgico e social), e essa característica é passível de extensão a todas as religiões, que são operadas, em um grande número de tarefas, por voluntários<sup>85</sup>. A segunda ótica, é justamente o estímulo de um *ethos* espiritual, que tem nos ensinamentos cristãos os princípios indissociáveis do exercício do amor e oferta ao próximo. Na matéria da moral religiosa, há o esboço de como o sistema de dádiva se estrutura nesse contexto:

“(...) praticamente todas as religiões que conheço fazem, pregam ou incentivam muito a “ajudar o próximo”, usando esse termo até porque vem muito do exercício do amor ao outro, e o voluntariado é uma manifestação concreta desses motes. No caso da religião católica traz também isso de “quanto mais bonzinho agora melhor eu vou me dar bem depois”, ser recompensado no céu . . . Por generosidade ou medo” (...)” (Entrevistado 1 – Brasil).

Sete dos dezesseis entrevistados, de ambos os países, sustentam essa fala da igreja como sendo uma das primeiras instituições que os formaram no exercício do voluntariado, “antes mesmo que soubessem que aquilo era voluntariado”, que em conjunto com outros dois grupos, completam os alicerces e o princípio da prática do voluntário, e são eles: a família e os grupos de jovens. A relação com essas três instâncias, na maioria dos casos, coincide com aqueles entrevistados que, além de serem estimuladores do voluntariado, referem-se como

---

<sup>84</sup> “A estrutura clerical no Brasil foi a chave de entrada para o voluntariado que conhecemos hoje no País em que irmandades, ordens religiosas e confrarias dedicavam-se à abertura de hospitais, orfanatos e demais instituições beneficentes apoiadas num veio de caridade cristã (Landim, 1993 a). No século XX, todavia, presencia-se uma diversificação das formas associativas e, nomeadamente nas últimas décadas, pós-redemocratização, notam-se ingredientes adicionados às práticas tradicionais como os debates sobre participação e responsabilidade, a conferir uma transformação da ação voluntária que passava a se preocupar não apenas com os efeitos dos problemas sociais, mas igualmente, com suas causas (Lima, 2004, p. 12)”. (Melo, 2017, 222).

<sup>85</sup> Apesar disso, não se pode dizer que a relação do voluntariado com as tarefas que se fazem dentro da igreja seja um consenso, o que pode ser demonstrado por meio da fala de um representante de uma entidade que integra a igreja católica: “(...) eu considero que ser catequista, ensinar a religião não é voluntariado, mas uma obrigação, entendendo a religião como uma comunidade da qual eu faço parte e a qual eu tenho que dar forçosamente algo para pertencer a essa comunidade. É como dizer que um pai é voluntário por ajudar o filho com matemática, quando o filho não aprendeu na escola. E se faço leitura da bíblia na igreja também não estou a ser voluntário, sou membro daquela comunidade, mas esse item é controverso (...) mas gostaria que o que seja da religião seja no contexto da religião e não seja assumido como voluntariado (...)” (Entrevistado 4 – Portugal)

voluntários por toda sua trajetória de vida. E desses, todos respondem que são voluntários desde crianças.

“Já nasci voluntaria, de origem simples, desde sempre a ajudar na igreja, em forma de caridade, depois veio o grupo de jovens” (Entrevistado 3 – Brasil).

“Desde criança participei de associações em que se promoviam iniciativas de caráter benemérito com fins religiosos, a motivação inicial era de enquadramento na religião católica. (Entrevistado 4 – Portugal).

Para algumas gerações, a atividade da igreja católica comunitária, a que chamam de vida paroquial, centralizava em seus bairros a vida social, antes que as movimentações da vida moderna oferecessem outros atrativos, desagregadores dessas relações. A igreja, nesse sentido, se demonstrava como a única ou a primeira oportunidade de atividade social, através da entreatada, do espaço comum, e do estímulo da moral caritativa. Desse ponto de vista a sociabilidade primária, assim como discorrido nos aprofundamentos da ‘caridade, filantropia, assistência e solidariedade’, é a porta de entrada no mundo daquele que aprende a ser voluntário. A partir desta narrativa existem algumas análises que são propostas por esse estudo. Uma delas diz respeito às ligações de vizinhança em coletividades mais rurais ou de pré-urbanização, em que supostamente o fator fraternidade estaria mais presente, ligado à necessidade de subsistência<sup>86</sup>. Muito afim com a matéria das solidariedades mecânica e orgânica tratadas por Durkheim<sup>87</sup>.

E das relações primárias, a família aparece nas evidências da pesquisa como aquela que possibilita o ensino, o exemplo, e a pertença, como dos estímulos mais emocionalmente vinculativos, e definitivos, para o exercício do voluntariado de curto a longo prazo.

---

<sup>86</sup> “Quando, referindo-se às ligações de vizinhança em colectividades rurais, Max Weber afirmava constituírem elas um factor de «fraternidade», para de imediato acrescentar ser indispensável atribuir a tal palavra, neste contexto, um sentido inspirado por uma «ética económica», com a sua «ausência total de sentimentalidade», era, no essencial, para os fundamentos económicos desta forma de sociabilidade que ele nos apontava. Identificando-os, contudo, basicamente, com motivações de tipo utilitarista (a «ajuda benévola» em espécies ou em trabalho de que nos fala resulta, segundo ele, de um cálculo subjectivo recíproco apoiado no pressuposto de que «cada um pode ficar em condições de necessitar da ajuda do vizinho»), ou, um pouco mais lateralmente, reconduzindo aqueles fundamentos à escassez de recursos das comunidades domésticas” (Pinto 1981, p.200).

<sup>87</sup> “Distinguir entre o tipo de sociabilidade das sociedades arcaicas (que persiste nas colectividades rurais) e o das sociedades industriais o que leva Émile Durkheim a contrapor solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Correspondendo o primeiro destes tipos sociais a um estágio primitivo da divisão social do trabalho e, simultaneamente, a uma forte presença da «consciência coletiva» nas consciências individuais, caracteriza-o a tendência para a uniformização social, garantida, aliás, por um direito de natureza essencialmente repressiva (por oposição a restitutiva, característica já das sociedades de solidariedade orgânica). (Pinto, 1981, p.200)”.

“da família, da mãe principalmente que sempre foi e ainda é voluntária, somado à empatia pelo que o outro em sua proximidade poderia estar vivendo, (a ela) impactava as realidades sociais que presenciava, como a pobreza pelas ruas em que passava em sua cidade quando criança, e fortalece o discurso do ‘fazer sem saber o conceito’ pois já fazia muita coisa “antes mesmo de entender o que é o voluntariado” (Entrevistado 4 – Brasil)”.

“(…) a família foi o primeiro agregado associativo, e sempre vi na família, inclusivamente nas modestas, a partilha. A partilha era algo comum e nasceu aí a predisposição, por isso que é um dom, não um dom que nasce, mas é desperto e cultivado por quem esta à volta, pelo primeiro agregado natural (…)”. (Entrevistado 4 – Portugal).

“(…) (voluntariado desde criança): mãe e pai voluntários, estudava em escola católica em que saiam para ações de assistência fomentando o voluntariado, e havia muito forte o exemplo da avó. Eu sabia que ela fazia algo que era bom para ela e para os outros, desde pequena eu vi isso e o exemplo foi fundamental (…)” (Entrevistado 6 – Brasil).

Então na sociabilidade primária, interação informal, a convivência comunitária como pilar da entreajuda é trazida em uniformidade pelas entrevistas. Pinto (1981) sublinha o que Ferdinand Tönnies chama de “harmonização espontânea entre interesses individuais e interesses de grupo, que, através de ligações de sangue, de amizade e de fé intensamente vividas” (Pinto, 1981, p.202), que faria essencialmente diferenciar o que é uma comunidade<sup>88</sup>, onde os moradores interagem com os seus vínculos de reciprocidade, das relações de uma sociedade moderna, que seria a representação mais burocrática de um território. Dessa forma, das questões suscitadas por essas análises, pergunta-se: seria possível o desenvolvimento de voluntariado institucional (formal) em comunidade? E o contrário, o espírito do voluntariado

---

<sup>88</sup> “A história das ciências sociais regista inúmeras tentativas —mais ingénuas umas, mais elaboradas e/ou formalizadas outras— para dar conta da especificidade das relações de sociabilidade nas colectividades rurais. Foi assim que, associando-as ao primeiro termo da célebre dicotomia comunidade (*gemeinschaft*) sociedade (*gesellschaft*), Ferdinand Tönnies sublinhou a harmonização espontânea entre interesses individuais e interesses de grupo” (Pinto, 1981, p.202) e Almeida (2011) enriquece as pistas quando relaciona comunidade e bairro. “É na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto principalmente quando estas atividades estão voltadas para o lazer; se reunindo para resolver os problemas mais corriqueiros: como a falta de energia elétrica de algum morador ou socorrer algum vizinho que se encontra doente (neste caso, o vizinho se torna uma figura mais do que importante no convívio social). O bairro, desse modo, não é apenas uma demarcação territorial que divide a cidade – servindo para delimitar os espaços urbanos e o controle administrativo dos serviços públicos e municipais – mas, antes de tudo, o bairro é a própria constituição de uma cidade, onde os moradores que nele habitam se identificam, se sociabilizam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento. No bairro se percebe rituais, práticas habituais, *habitus* e tradições. No bairro se percebe dificuldades e problemas. Problemas com o crescimento populacional, com infraestrutura, com a violência, com a falta de serviços, com a falta de emprego, com as favelas que começam a circundar, etc. (Almeida, 2011, p.2).

informal pode ser direcionado para ações de voluntariado formal? Eles podem coexistir sem que um desestruture a essência do outro?

E em mais um depoimento, para que essas e outras reflexões futuras sejam feitas, as demandas modernas por sobrevivência, exigentes em atividades individualistas, aparecem como "dificultadores" da vida comunitária, em que o excesso de trabalho, tarefas e solicitações, e a conseqüente impossibilidade de priorização e disponibilização do tempo é a sua conseqüência. Nesse sentido, as informações recolhidas nas pesquisas bibliográficas do capítulo segundo dessa tese apontam novas propostas de conformação de comunidades, que conectariam as pessoas para outras formas de voluntariado, como os trabalhos voluntários realizados *online* - à distância -, e as redes que se estabelecem pelas vias digitais. A discussão possível nesse aspecto tem a ver com todas as novas formas de conexões entre pessoas no mundo contemporâneo, como explorado por Galiano (2014)<sup>89</sup>, a ver se essa alternativa desponta verdadeiramente como solução para cultivo de laços comunitários, ou se esses são fadados a se ressignificarem de forma definitiva para além do contato físico. Foi-se de vez a era das conversas nas calçadas do bairro? E o que teria de perdas e ganhos nessas novas dinâmicas? Denota certo pesar o depoimento abaixo:

"(...) na altura em que começou o voluntariado em Lisboa as paróquias eram pujantes (pelos anos 60 - 70), era fácil encontrar qualquer gosto em servir a comunidade, hoje em dia com muita pena pessoal há uma perda muito grande dessas ações, pois na vida de paróquia a oferta de possibilidades não era tanta como hoje. Naquela geração a paróquia era o ponto de encontro, centralizava a vida social" (Entrevistado 1 – Portugal).

### **3.3. Entre a tutela e a emancipação: relações de reciprocidade**

No início da contextualização histórica do voluntariado, antes mesmo de iniciar a pesquisa de campo e de aceder aos seus resultados, todas as descrições daquilo que mais tarde poderia ser denominado ‘assistência’, ‘caridade’, ‘filantropia’, ‘solidariedade’, ‘voluntariado’ ou outros termos, foram, por neutralidade, chamados de “reação”. O uso de um vocábulo genérico, na altura, se deu porque a historiografia trazia o uso daqueles termos e havia o interesse epistêmico em compreender como eles se relacionavam, já que, uma vez que são ideias que margeiam o assunto do voluntariado, na compreensão das mesmas, e dos seus

---

<sup>89</sup> Galiano, Monica Beatriz Voluntariado digital / Monica Beatriz Galiano. - São Paulo: Fundação Telefônica, 2014.

estreitos contrastes, tentar-se-ia desenhar o caminho evolutivo do voluntário pelo viés dos valores sociais.

No segundo capítulo é feita a imersão na bibliografia sobre cada uma dessas palavras, com a percepção de que estabelece-se como plano de fundo, transversalmente, o sistema de reciprocidades e dádivas, de Marcel Mauss<sup>90</sup>. Esses valores são absorvidos pelos indivíduos conforme sua trajetória de sociabilidade, de tal forma que reproduzem em suas relações o que apreendem de seu meio. E, se por um lado a existência de uma “lei invisível” imputa uma obrigação de moral social abrangente sobre o indivíduo, cabe ressaltar que essa perspectiva, que é mais ‘durkheimiana’, também é assimilada por Mauss na referida teoria da dádiva. Esse último, porém, não nega também a experiência do indivíduo, que nestes contextos poderia exercer a escolha de manter-se ou não no círculo das obrigações recíprocas, no que pese a sua responsabilidade dessa quebra do ciclo.<sup>91</sup> Interpretando Mauss, pode-se perguntar se pesa a responsabilidade que o indivíduo pode ter ou não na manutenção das assimetrias, quando é dirigente por exemplo, de um projeto filantrópico, ou de voluntariado.

Como afirma Martins (2005, p.45), a teoria da dádiva vem sendo resgatada “como um modelo interpretativo de grande atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas”. E “para Mauss tudo é relevante no surgimento de uma obrigação moral coletiva envolvendo o conjunto de membros da sociedade”. Tendo ela sido um desdobramento do pensamento de Durkheim<sup>92</sup>, e concebida dentro do sistema de obrigações coletivas, se aplica ao voluntariado, mas não exclusivamente,

---

<sup>90</sup> Sabourin (2008, p 133) lembra a ideia de reciprocidade proposta por Mauss e os que o seguiram, na qual “evidencia que a dádiva é o oposto da troca mercantil e, paradoxalmente, procura nela a origem da troca (ou do intercâmbio). De outro lado, mostra a essência da reciprocidade com o caráter universal da tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”, mas não chega a teorizar sobre tal reciprocidade, trabalho que deixou para seus seguidores, em particular Lévi-Strauss (1967 [1947], 1997 [1950]) e, mais recentemente, Temple e Chabal (1995), Temple (1998, 2003), Godbout (2000, 2007), entre outros”.

<sup>91</sup> “No meu entender, a teoria da dádiva tem papel central nesta crítica na medida em que conecta duas perspectivas aparentemente inconciliáveis: de um lado, a ideia durkheimiana da existência de crenças coletivas que aparecem como uma obrigação moral supra-individual, o que leva a se valorizar o todo mais que as partes; esta ideia está presente em Mauss no momento em que ele sustenta a ideia de sociedade como um fato social total e a dádiva como uma regra moral que se impõe à coletividade; de outro lado, ele escapa à tirania deste pensamento de totalidade ao observar que a experiência direta e inter-individual reorganiza o sentido e a direção do bem circulante, refazendo as estruturas e funções estabelecidas. Nesse caso, temos que admitir que as partes, isto é, os membros da sociedade possuem características peculiares que escapam à obrigação moral coletiva. Ao definir a sociedade como um *fato social total*, Mauss compreendeu que a vida social é essencialmente um sistema de prestações e contra-prestações que obriga a todos os membros da comunidade. Mas entendeu, também, que essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra. Uma leitura atenta do *Ensaio sobre a dádiva* demonstra isso: que há uma incerteza estrutural no sistema de circulação de dádivas entre os homens, o que os leva a passarem permanentemente da paz para a guerra e vice-versa”. (Martins, 2005, p. 49).

<sup>92</sup> “Mais precisamente com os últimos esforços de Durkheim de incluir o tema do indivíduo na sua teoria das representações coletivas. Este esforço é demonstrado nas séries de lições sobre o pragmatismo que Durkheim ministrou na Sorbonne, entre dezembro de 1913 e maio de 1914 (Durkheim, 2005), poucos anos antes de sua morte, ocorrida em 1917. Mauss, que teve papel fundamental no resgate do curso mediante apelo feito aos alunos de Durkheim para que lhe passassem as notas respectivas, classificou este momento como a “coroação da obra filosófica de Durkheim” (Martins, 2005, p. 48).

posto que é bem anterior e ulterior ao início do seu exercício<sup>93</sup>, e se aplica às relações equilibradas e desequilibradas.

No paralelo entre caridade e filantropia, por exemplo, estando o nome de Deus “substituído” nesse último, as doações continuam ainda suportando uma superioridade daquele que dá, conservando assim o “desequilíbrio” na dádiva que mantém os recebedores das doações em estado de dívida, como observa Godbout e Caillé (1998 – cit. por Lins de Mello, p. 16). “De fato, o dom unilateral é bastante fácil de compreender do ponto de vista do doador. O verdadeiro problema está do lado do receptor. O dom instaura uma dívida, um estado de dependência”, e nesse aspecto, haveria para Mauss uma diferença “entre a solidariedade entre os irmãos e as ações em nome da caridade ou do “bem público”. Para o autor “o renascimento do dom deveria acontecer entre os trabalhadores, sem a interferência dos patrões” (Tomaschewsky, 2014, pp. 152 - 153). Para Mauss essas ações de generosidade entre trabalhadores, acabariam por sustentar maior equilíbrio aos problemas trazidos pelo capitalismo. E já a solidariedade entre uma instituição e um vulnerável, teria mais chances de resultar em relações assimétricas e a manutenção da desigualdade social.

A escola francesa também é uma ponte para compreender o voluntariado, e os demais termos aqui relacionados, inseridos num ambiente social que transcendem o mercado e o Estado. Martins (2005, p. 49) afirma que uma crítica consistente ao pensamento utilitarista e mercantilista pelas mãos de Durkheim e Mauss, em seu tempo, “constitui, certamente, uma das principais fontes de inspiração teórica para se pensar, hoje, o surgimento de uma sociedade civil mundial, regionalmente diferenciada, que se expande fora dos domínios próprios do Estado e do mercado e valoriza novas perspectivas para compreensão da sociedade a partir dos movimentos da base”. Essa sociedade civil sob o pensamento da dádiva não estaria situada num setor (terceiro setor como é chamado) que complemente os outros dois primeiros, mas no âmbito de uma transversalidade, e como “uma experiência histórica particular” conforme Martins (2005), “regida por mecanismos de organização e de regulação peculiares (que apenas se tornariam evidentes quando realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes nas instituições primárias da vida social)” (Martins, 2005, p. 50).

Segundo o autor,

---

<sup>93</sup> O conceito da dádiva, quando são feitos os paralelos entre caridade, solidariedade, assistência, filantropia e voluntariado, possibilita a hipótese de que esses termos trazem, ambos, a continuidade de uma representação social em comum, apenas revestidas de novos contextos socioeconômicos que se apresentaram historicamente. A dádiva é transversal a todos eles.

“na verdade, caso fosse necessário reduzir a presente discussão a uma classificação por “setores”, os teóricos anti-utilitaristas da escola francesa sustentariam a hipótese de que o primeiro foi constituído, desde sempre, pelas práticas associacionistas e comunitaristas inspiradas na dádiva (Mauss, 2003), sendo os outros dois setores, o Estado e o Mercado, vistos como secundários do ponto de vista histórico e social”<sup>94</sup> (Martins, 2005, p. 50).

Estando situada nesta esfera das referidas práticas associacionistas e comunitárias, o voluntariado estaria - junto com as outras formas de participação cívica - operando nesse chamado ‘primeiro setor’ dos anti-utilitaristas de maneira anterior ao Estado, estabelecendo com esse, posteriormente, as tais relações complementares ou sobrepostas.

“A compreensão da dádiva como o sistema de trocas básico da vida social permite romper com o modelo dicotômico típico da modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento fluente do mercado. O entendimento do sentido sociológico da dádiva quebra esta dicotomia para introduzir a ideia da ação social como «inter-ação», como movimento circular acionado pela força do bem (simbólico ou material) dado, recebido e retribuído, o qual interfere diretamente tanto na distribuição dos lugares dos membros do grupo social como nas modalidades de reconhecimento, inclusão e prestígio. Por ser a lógica arcaica constitutiva do vínculo social, a dádiva integra potencialmente em si as possibilidades do mercado (retenção do bem doado) e do Estado (possibilidades de redistribuição das riquezas coletivas) e não o contrário”. (Martins, 2005, p. 53).

Assim sendo, percebendo que forças morais estariam, pelos fundos, influenciando as concepções de reciprocidade e as relações de voluntariado, os termos assistência, caridade, filantropia e solidariedade foram também perguntados aos entrevistados na intenção de perceber como os atores influentes no universo do voluntariado situavam sociologicamente e historicamente o voluntariado em seus territórios. E, na medida em que descreviam cada um

---

<sup>94</sup> Esse é um dos cerne das reflexões de Mauss. “No *Ensaio sobre a dádiva* publicado inicialmente de 1924, Estado e Mercado não são universais. Porém, em todas as sociedades já existentes na história humana – independentemente de nos referirmos àquelas tradicionais ou modernas –, é possível observar a presença constante de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal” (Martins, 2005, p. 53).

desses termos, ofereciam sua visão do quê, indiretamente, entendiam por relações mais tutelares ou emancipatórias dentre as trocas que o voluntariado propicia, desvelando quais as suas crenças e valores sobre o assunto.

São tutelares quando o sistema de dádivas perpetua a dívida impagável do receptor do voluntariado social, assim como diz Mello (2008, pp. 144):

“Essa prática procura manter, através de transações (trocas em diversos níveis hierárquicos), as relações sociais em um estado de paz e de perpétua interdependência (...). Essa interdependência está associada à perpetuação da dívida, nunca havendo um equilíbrio, uma troca equivalente (característica buscada pela economia de mercado, ao menos nominalmente), o que colocaria em risco o sistema de retribuições – o espírito da dádiva. (Mello, 2008, p 144)”.

E são emancipatórias quando não há captura do vulnerável para fins utilitários (ainda que de boa fé), mas sim ações que se revertem em igualdade de direitos, em que o voluntário perceba, compreenda ou busque que o assistido esteja no mesmo patamar, ou em menor assimetria social<sup>95</sup>.

Ressalta-se que, de uma forma geral, não há diferenças de concepções entre os dois países sobre os conceitos em questão. As distinções quando acontecem, se dão fundamentalmente a partir do lugar de fala do sujeito entrevistado, o que significa que dependem do seu histórico educacional, dos seus valores morais e religiosos, e do viés profissional<sup>96</sup>. É possível entender que deles, a caridade e a solidariedade estão associadas,

---

<sup>95</sup> O Observatório das desigualdades apresenta como um indicador de assimetria/desigualdade o coeficiente GINI: “indicador sintético de desigualdade na distribuição do rendimento que assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). O coeficiente pode também variar entre 0 e 1. A desigualdade / assimetria na distribuição dos rendimentos é tanto mais forte quanto maior for o valor assumido pelo coeficiente. O coeficiente de Gini mede a extensão até à qual a distribuição de rendimentos (ou, em alguns casos as despesas de consumo) entre indivíduos ou agregados familiares inseridos numa economia, se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Este coeficiente mede a área entre a curva de Lorenz e a linha hipotética de igualdade absoluta, expressa na percentagem da área máxima abaixo da linha”.(Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Glossário: <http://smi.ine.pt/>, acesso em 19/10/2019). A desigualdade, entretanto, implica não apenas a econômica, mas outras como de gênero, racial e regional.

<sup>96</sup> “Caridade, filantropia, mecenato, atividade «pro bono», voluntariado, assistência, solidariedade... são realidades com proximidades várias que se cruzam e interligam. Não é fácil destrinchá-las, até porque nasceram em épocas diferentes, em ambientes diferentes, em culturas distintas, e pergunto-me mesmo se é vantajoso defini-las e, em consequência, separá-las, pois entendo que são realidades que se alimentam mutuamente e, logo, se vão enriquecendo”. E complementa: “De modo sintético diria que não há espartilhos para a liberdade, enquanto forma como a língua evolui... As definições interessam fundamentalmente quando se quer clarificar ou situar os discursos: é um discurso religioso? É um discurso histórico? É um discurso político? É um discurso jurídico? É um discurso filológico? É um discurso convivial, entre amigos? (...). Colocada a questão nos termos em que a coloco, sempre que houver necessidade de falar de uma ou várias destas realidades, devemos começar por situar os discursos. Como jurista, interessa-me o conceito de solidariedade constitucionalmente consagrado, o conceito de mecenato juridicamente consagrado, o conceito de voluntariado, também juridicamente consagrado, e por

várias vezes, a sentimentos que motivam o voluntariado, qualificando o perfil do sujeito que se voluntaria. Por outro lado, a filantropia e a assistência, aparecem como formas de respostas às questões sociais, sendo que a primeira posiciona as iniciativas na sociedade civil e a segunda é comumente responsabilizada pelo Estado tal e qual apontado no estudo bibliográfico do segundo capítulo. O termo voluntariado, enfim, surge em ligação a essas duas últimas como uma ferramenta de execução, ou uma estratégia de ação. Ou seja, pode-se dizer que os entrevistados propõem um discurso no qual a caridade e a solidariedade são os ‘porquês’ e a assistência e a filantropia os ‘como’ e ‘onde’ do voluntariado.

A caridade nas entrevistas mostra-se com duas facetas: aquela que seria a sua real essência e aquela que seria a sua máscara<sup>97</sup>. A primeira, estaria relacionada a um cuidado mais universal cujas palavras “amor ao próximo” formam a expressão mais frequente. A segunda faceta, ligada ao dom religioso, é trazida como a corrupção do conceito, com interesses que ferem uma ética mais pura e universalista, mais facilmente associada aqui à ética do cuidado<sup>98</sup>. O mundo cristão teria se apropriado da caridade, como dito por algumas falas.

“(…) voluntariado é essencialmente caridade quando interpretado como aquela ação que é feita pelo coração” “ajudar alguém que precisa em uma situação de intervenção com amor e compaixão (...)”. (Entrevistado 1- Portugal)

“(…) caridade: uma das 3 virtudes cristas, é aquilo que a gente carrega como uma semente e tem que exercitar, e ela remete a aquilo que é mais

---

diante... E é na definição legal dos conceitos legais, e na sua interpretação, que aproximo e afasto as realidades concretas” (Entrevistado 6 – Portugal).

<sup>97</sup> A título de interesse, assim explica o conceito de ‘máscara’ da caridade um entrevistado dirigente de uma entidade que é inserida em uma rede católica: “(...) a caridade muitas vezes foi identificada com coisas que nada tem a ver com caridade ou solidariedade, mas máscaras desses valores, o tal sentido que vivi na infância, de ver no outro um sujeito sem direitos, totalmente inábil e que precisava forçosamente de outrem para poder ter o direito de viver. Confundi-se caridade com assistencialismo que ainda predomina em algumas áreas e setores (...) a caridade esta muito desvirtuada conceitualmente. A caridade não no contexto religioso é um crescimento da solidariedade, num sentido de maior consciência de unidade e comunidade, porque na solidariedade eu sou concidadão, e na caridade o outro faz parte comigo e eu do outro, caridade é então voluntariado com exercício do amor, ou seja, a caridade na sua melhor vertente (...) a caridade foi apropriada de inocente, talvez não tanto, pela igreja, e não precisamos da caridade para que o homem se sinta adequado a esse mundo (...)”. (Entrevistado 4- Portugal).

<sup>98</sup> Esse trabalho opta pela ética do cuidado aqui para identificar uma concepção mais profunda de comunidade. De acordo com Perdigão (2003, p. 486) “a expressão “ética do cuidado” ou “ética do cuidar” encerra um sentido de responsabilidade e dignidade fundamentais ao ser pessoa. A todo e a cada ser pessoa. Remete para um nível mais profundo do ser humano relativamente ao qual as boas maneiras e as regras de etiqueta constituem um ténue reflexo daquilo em que consiste um cuidar autêntico. Além disso, e embora o cumprimento do dever constitua um contributo decisivo para uma “boa” praxis do cuidar, nem sempre é suficiente. Pretende-se que a presença de alguém (neste caso, a presença do interventor comunitário) não se limite apenas a um estar, mas tenha de igual modo a densidade e a autenticidade do ser”.

seminal do voluntariado, e que surge de dentro da igreja (...).” (Entrevistado 8- Brasil).

“(...) caridade como essência ela é mais livre e gratuita do que isso, é livre para perceber a necessidade do outro seja qual for a situação, pode ser uma palavra um recurso ou o que for (...). (Entrevistado 2- Brasil).

“(...) o conceito da caridadezinha em Portugal com muitas marcas ainda da ditadura, pois etimologicamente tem um sentido mais puro, o de dar ao outro (...).” (Entrevistado 2- Portugal).

A palavra esmola só ressurge nas entrevistas, naquelas falas associadas à caridade, novamente cristã, junta ou separadamente da palavra culpa, tal e qual as ações corporais das Santas Casas de Misericórdia, levantadas na revisão histórica.

“(...) caridade: não acredito, é culpa, pagar culpa não consigo ver como uma coisa positiva ou uma virtude: ‘- vou dar uma esmola porque acabei de sair de um restaurante legal’, não acredito em altruísmo. Há sim um jogo de interesses muito forte, não consigo ver isso no meio em que vivo, há 30 anos trabalhando e vivendo no setor (...).” (Entrevistado 7- Brasil).

" (...) caridade é ver o outro como necessidade, ‘eu sou bom para ganhar o céu’ (...).” (Entrevistado 3- Brasil).

E a ação de voluntariado no contexto da caridade, com a referida máscara, ou da “caridadezinha” como várias vezes cunhada em Portugal, termina por ser sintonizada com as ações conservadoras ou tutelares. Reforçam o paternalismo, com a percepção do sujeito beneficiário, outrora tido por desvalido, como quem está em situação tal que não consegue se reerguer. Em algumas interpretações, esse tipo de caridade cumpre aliviar as urgências, em outras, mantém sistemicamente o assistido na sua condição desigual. O risco das ações de voluntariado que se estruturam sob a lógica de uma caridade assistencialista, é a referida possibilidade de uma relação utilitária com as pessoas que estão vulneráveis, fazendo dessas, instrumentos de sustentação de um sistema institucional. É ético que se use de quem mais precisa de apoio, se o principal motivo for manter burocraticamente uma entidade? Não há nesse caso uma distorção entre os fins e os meios? E esse aspecto é tão recorrente nos depoimentos do Brasil quanto de Portugal. Trata-se do mesmo sistema que Lins de Mello (2015) sublinha como ‘Economia da Esmola’, para designar um nicho de mercado, que sustenta interesses e remunera pessoas e organizações, como sendo mediadores entre a necessidade de receber esmola de uns, e a necessidade de ser caridoso de outros.

“(...) na caridade não é ‘dar ferramentas,’ mas ‘dar o peixe’ e vou mantendo a pessoa no mesmo patamar e mantenho o objetivo do meu trabalho voluntario dependente da minha ação (...)”. (Entrevistado 2- Portugal).

(...) dependência como manutenção de um sistema. Seja a dependência provocada ou natural, como no caso da dependência - de uma forma ou de outra (...) manter a dependência permite que eu mantenha a minha posição e o meu papel (...)”. (Entrevistado 2- Portugal).

“(...) Ele transforma pela cidadania, e não é caridade porque a caridade nega isso: essa união e encontro entre iguais (...)” (Entrevistado 3- Brasil).

Na percepção de alguns entrevistados, é necessário que a ação caritativa subsista como estratégia paralela a um voluntariado contínuo, este sim, dedicado a uma mudança de patamar econômico e social dos beneficiários. A primeira, teria como objetivo suprir, as necessidades mais urgentes dos vulneráveis, e responder em momentos críticos como crises e catástrofes.

“(...) seguramente são mais caritativas as ações num contexto de grande aflição, pobreza ou urgência (necessidades básicas) para a resolução de um problema imediato, mas o trabalho comunitário de partida se torna inviável (...) mas as duas dimensões podem coexistir”. (Entrevistado 3- Portugal).

“(...) Pergunta: - Dar o peixe e ensinar a pescar: é uma frase válida?  
Resposta: - Não gosto muito dela, ela coloca também as pessoas em patamares diferentes: ‘eu sei e vou te ensinar’, muitas vezes as pessoas que recebem a ação social têm experiências de vida muito maiores do que quem esta ‘ajudando’ (...) ensinar é prepotência (...) para uma pessoa que vive na rua você vai ensinar o que? (...)” (Entrevistado 2- Brasil).

A solidariedade não é concebida nas falas como uma opção de ferramenta, como por exemplo, um sujeito não diz: ‘que vai fazer solidariedade’, em que soa vago, mas, vai ser solidário em uma ação, e essa ação pode ser de voluntariado. Em sentido diferente da caridade, o discurso sobre a solidariedade tende a ser laico, assim como proposto por Pierre

Leroux<sup>99</sup> no século XIX, e especifica o compromisso entre os integrantes de um grupo, o fortalecimento de vínculos e os laços de coresponsabilidade.

“A solidariedade, por seu turno, na sequência da «fraternidade», uma das bandeiras da revolução francesa («liberté, égalité, fraternité»), tem conotações políticas claras, sendo, inclusivamente, usada como adjetivo (solidária), a caracterização de uma sociedade melhor que se pretende construir para futuro”. (Entrevistado 6- Portugal).

Solidariedade constitui um espectro mais amplo que o voluntariado, e teria como pressuposto um envolvimento de cidadãos em um ambiente democrático e participativo. Sendo assim, se em comunidade há várias formas possíveis de participação solidária, o voluntariado está enquadrado como uma delas.

“(...) qualquer voluntario é solidário, mas nem todo solidário é voluntário. A minha ação voluntária é sempre em ação de alguém, posso ser solidário sem ser voluntário contribuindo para uma causa financeiramente, por exemplo. O tempo entra como o diferenciador nesses casos (...)” (Entrevistado 1- Portugal).

“(...) a coisa da solidariedade tende a ser mais emancipatória, como um guarda chuva maior e o voluntariado é tudo isso em ação sempre para fora (...)”. (Entrevistado 2- Brasil).

“(...) a solidariedade traz aspecto mais reflexivo do tipo: vou ajudar o próximo sem capturá-lo. O próximo também tem liberdade. Lembra muito a forma como o Betinho e a Zilda Arns trabalhavam. Traz uma sensação de igualdade e não de poder (...)”. (Entrevistado 9- Brasil).

A noção de ‘não captura’ é trazida pelo ‘Entrevistado 9’ do Brasil como uma ação que integra o outro, sem abrir janelas para o assistencialismo ou o clientelismo. Esse é um consenso partilhado pelas falas de brasileiros e portugueses. Identificado com relações mais horizontais (não hierarquizadas), o laço solidário se propõe mais inclusivo.

“(...) voluntariado esta ligado ao conceito de solidariedade e sobretudo de cidadania interessada. Para que a comunidade onde estou progrida de

---

<sup>99</sup> Laville (2005, p. 1) afirma ter sido Leroux, um filósofo e político francês, o responsável por trazer a solidariedade para o vocabulário moderno. Leroux é mais amplamente conhecido como quem cunhou o termo ‘socialismo’ em 1831. O autor é citado no capítulo 2, em descrição bibliográfica específica sobre a solidariedade.

forma harmoniosa, estendendo à maior parte de oportunidades possíveis (...) mas eu não ‘me sinto fora e sou rico, e doo para aquela creche’, pelo contrário, preciso dela na minha comunidade e contribuo com algum tempo, porque aquela creche faz sentido para mim, e no voluntariado precisa haver sentido e compromisso e continuidade (...)” (Entrevistado 3- Portugal).

“(...) associada a cidadania ativa, a solidariedade é a transformação da caridade numa prática comunitária. Não tem a coisa da manutenção da dependência. Eu sou preocupado com as necessidades, quero intervir na comunidade porque quero melhorar a comunidade. Olhar para comunidade e perceber onde eu faço falta (...)” (Entrevistado 2- Portugal).

Ligadas outras vezes ao termo empatia, em consonância com Morais e Tenório (2017, p. 6) em que significa compaixão, e associadas no senso comum ao campo das emoções, as falas sobre a solidariedade ilustram relações entre indivíduos concidadãos, e menos como práticas institucionais e formais, o que suscita uma vinculação ao conceito de sociabilidade primária. São lembradas nas entrevistas, entretanto, as experiências empreendidas no Brasil pelo projeto Comunidade Solidária na década de 90, como marcos institucionais relevantes.

“(...) se colocou no lugar do outro, a solidariedade é muito mais empática, a diferença dela para a caridade é o porquê se faz (...)”. (Entrevistado 1- Brasil).

“(...) solidariedade é motivo e é muito coração, solidariedade amplia um pouco pois cabe a outras situações que não são necessariamente de uma necessidade de ajuda, mas posso ser solidário a um amigo em determinada dor ou momento a caridade dentro de solidariedade (...)” (Entrevistado 2- Brasil).

A filantropia na ótica dos entrevistados se encontra com o voluntariado enquanto financiadora, por vias menos ou mais estruturadas, de projetos sociais que usem do voluntariado como estratégia. O termo foi levado ao trabalho de campo quando, durante o estudo bibliográfico, deriva da caridade, das doações de esmolas, pelas irmandades católicas, para doações por pessoas físicas e jurídicas da sociedade civil, sob um sistema de dádivas em que a troca não se dava, necessariamente, sobre a moral religiosa. Para os entrevistados, há

diferenças entre Brasil e Portugal especificamente pelo fortalecimento nos últimos dez anos, no Brasil, do termo Investimento Social Privado<sup>100</sup>, que parece significar uma evolução em termos de gestão. Em Portugal, a palavra filantropia permanece ligada a doação, ao repasse financeiro de grandes quantias monetárias.

“(...) considero filantropia se a doação se der em um milhão de dólares, ou um grande jantar de angariação de fundos, por exemplo. Nos EUA tem uma tradição muito forte, como houve no passado - na Renascença - os mecenas. O que se ganha (ou doa), (pela filantropia), está a serviço da humanidade em forma de projetos sociais. Quero acreditar que há sinceridade nessa tomada de atitude, que vai desde um projeto social até a investigações. E não tem a ver com voluntariado, mas pode ajudar a viabilizar projetos de voluntariado. (Entrevistado 1- Portugal).

O voluntariado não é sinônimo de filantropia, e, portanto, não é o mesmo que doação de bens, mas sim de tempo e trabalho. Contudo, um projeto de voluntariado pode ser estruturado por meio de um investimento filantrópico. Há, por fim, a compreensão em Portugal de que o filantropo não se envolve no projeto, e em alguns casos, a ação filantrópica, quando organizada em campanhas desarticuladas, pode mais atrapalhar que ajudar.

“(...) a filantropia a doar dinheiro para que os outros façam eu não me envolvo no projeto, com condições e não participação, com menos envolvimento de participação. A filantropia não tem ligação com o voluntariado, pode promover projetos que tenham práticas de voluntariado (...)” (Entrevistado 2- Portugal).

“(...) são campanhas, as vezes até sem esperar o momento certo, e as vezes até atrapalham (...)”. (Entrevistado 4- Brasil).

“Os grandes filantropos acham que são Deuses, eles acham que sabem o que o pobre quer (...) criando fundos a bolsas de estudos, por exemplo, e todos com receita (do que fazer) clara a partir da sua instituição, difundindo o seu modelo, mas estão distantes de uma participação pública colaborativa (...) (Entrevistado 7- Brasil).

Os entrecruzamentos dos termos nas falas dos entrevistados, muitas vezes reproduzem o que parece ser usual no setor, utilizar as expressões como se aprende no senso

---

<sup>100</sup> “(...) O ISP (Investimento Social Privado) é uma espécie de filantropia, mas que é tratado como investimento, ou seja, o retorno daquilo é mensurado, enquanto que o esforço da filantropia que pode ser doação de dinheiro, tempo, e recursos não é necessariamente mensurado. O ISP é mensurado, e exige que se meça o retorno (...)”. (Entrevistado 5- Brasil).

comum. Na solidariedade por exemplo, transparece muito ‘camaradismo’, mas em relação à caridade, sugere melhor consciência do cidadão praticante. Alguns entrevistados demonstraram interesse em se dissociar totalmente da concepção caritativa, como um demérito em termos de técnica da intervenção social. A impressão é que a caridade – ou caridadezinha em Portugal – é muito amadora, e os dirigentes e consultores entrevistados, em sua qualificação profissional, optam por aqueles termos que inserem o voluntariado numa vertente mais transformadora do indivíduo. A filantropia em relação à solidariedade parece uma aproximação mais plausível, quando se fala do teor laico, ou mesmo etimológico, quando são tomados como criações de fonte clássica. Entretanto, o lugar do servir no filantropo é o doar, e no do solidário é o colaborar, que são dois lugares bem próximos, e o voluntariado se acomoda nesse meio como aquele servir que doa, exceto quantias, mas sim tempo e trabalho, e ao mesmo tempo colabora. O voluntariado é zona de intercessão muitas vezes, e achar o seu lugar, ou os seus limites, parece diminuí-lo. De acordo com uma das falas do campo, a palavra ação possivelmente é a peça coringa que melhor encaixa o voluntariado em todos esses enquadramentos.

### **3.4. Assistência: a relação com o Estado**

No contexto da assistência, o voluntariado se encontra (ou desencontra) em sua relação com o Estado Social, quando o seu agente promotor elabora a sua compreensão daquilo que é dever do governo diante das desigualdades sociais, e da garantia de direitos básicos. Em geral, a assistência, é considerada consensualmente, entre os entrevistados dos dois países, como de responsabilidade governamental, uma obrigação legal. E sendo assim, dotada de especialidade profissional (a assistência social), a qual não se pode terceirizar ou depender do voluntariado. Esse último inclusive, é um dos três desafios que Yazbek (2006, pp. 50 - 51) aponta como ‘distorções limitantes da assistência: “2) a vinculação histórica ao trabalho filantrópico voluntário e solidário que vem permitindo confundir ou identificar uma intervenção técnica com a ação voluntária, e “muitas vezes permeada pelo favoritismo na distribuição das ‘benesses do Estado’”.

“(…) a assistência estruturada tem o papel de responsabilidade governamental, a constituição define que todo mundo tem o direito à assistência pública em todos os níveis. A assistência em si é uma obrigação legal, e o voluntariado com a assistência de certa forma não é bem visto, não vejo problemas nele, mas ela (a assistência) é tão estruturada do ponto de vista de política pública que é tratada profissionalmente e uma obrigação, então se as pessoas não estão

completamente assistidas é por uma falha nesse serviço (...) em sua essência está desligada do voluntariado, dele não depende, não pode depender. O voluntariado não atrapalha, mas não a substitui! (...)” (Entrevistado 2- Brasil).

A assistência quando exercida pelo voluntariado é entendida como aquele tipo de ação que atua nas emergências, de forma muito similar à caridade. No Brasil, um entrevistado a caracteriza como a política pública menos assistida<sup>101</sup>, e estigmatizada.

“(...) Assistência: é dentro do meio do voluntariado ações que vão mitigar problemas mais urgentes. Como sopão e que alivia as consequências e não vão na causa (...)”. (Entrevistado 8- Brasil).

“A assistência no Brasil atua em uma realidade, espaço, território com pessoas passando necessidades e que não conseguem acessar a resolução disso. Assistência chega para suprir aquele que tem fome, frio, necessidade de direcionamento.” Aí então chega a assistência para que a pessoa tenha fôlego para acessar por conta própria”. (Entrevistado 9- Brasil)

Sobre a questão dos atores responsáveis pela assistência, alguns depoimentos indicam o voluntariado como alternativa paliativa para fazer aquilo que o governo não faz. A ação articulada da sociedade civil, que diz agir diante de uma declarada ineficiência estatal, é comum nos dois países pesquisados, assim como são nublados os limites de responsabilidades entre os agentes<sup>102</sup>. Entretanto a questão de que os voluntários atuam nas lacunas do governo não é um consenso, não só pelas gradações mais ou menos neoliberais dos entrevistados – em que os neoliberais responsabilizam menos o Estado. Mas também, porque factualmente existem áreas que acabam por não serem tão priorizados pelo voluntariado, simplesmente por não serem atrativas, como por exemplo, nas situações da dependência química. Ou seja, nas questões elementares da assistência, naquelas temáticas mais duras, o voluntariado tende a agir com menor incidência.

---

<sup>101</sup> “Associada a ações de benevolência para com a pobreza, a assistência se apresenta como modalidade paliativa e secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras” (Yazbek 2006, p. 51).

<sup>102</sup> “O Brasil, embora colonizado por um país ‘europeu’, teve um outro destino histórico. Na tradição política portuguesa, influenciada por uma extensa ocupação árabe, o Estado ocupava não só o espaço que lhe cabia na vida social, como também o espaço do que hoje se chama sociedade civil. Com uma tradição política distinta da sociedade liberal cujo modelo é a Inglaterra, tal forma de dominação política, transportada para o além-mar, estabeleceu as características principais das relações entre Estado e sociedade civil neste país, que se mantêm até os dias de hoje. Dentre elas, sobressai o ‘Culto ao Estado’, como agente capaz de não só estabelecer a paz social e a justiça, mas também de produzir riqueza, assistir os desvalidos e, no limite, trazer a felicidade a todos os seus membros, ao menos no discurso”. (Selli e Garrafa, 2006, p. 245).

Alguns entrevistados ressaltam a posição de que a assistência não seja exclusivamente do Governo, em um cenário no qual as questões mais graves só se resolveriam com o compromisso de todos os agentes da sociedade.

“(...) quem deveria fazer é o governo, mas e se começarmos a fazer o governo não vai fazer? eu sou muito descrente do governo, não só da boa fé, mas certeza da ineficiência do governo ainda que as intenções sejam boas (...) é claro que o governo é ineficiente: tudo que passa por ali é mais caro, mais moroso e geralmente com uma qualidade menor (...) por isso é positivo a iniciativa privada se organizar (...) a população tem que ter sua força de se autorregular, se autossustentar, sem depender de uma assistência formal, que tem que existir, mas no cenário em que a gente está, não favorece ninguém ficar esperando. Se a gente se fortalece dessa forma sem depender do governo a gente ganha forças perante o governo até para pressionar para coisas que devam ser feitas por ele (...)” (Entrevistado 1- Brasil).

“(...) ao governo cabe a responsabilidade de prover o Estado de Bem-Estar, de garantir direitos e isso não há no Brasil, nesse sentido o voluntariado atua no *gap*, inclusive provendo afeto nas relações e no fomento de atividades como a cultura e a arte. Mas o voluntário acaba fazendo papel do governo no Brasil quando entra por exemplo no campo da defesa de direitos (...)” (Entrevistado 3- Brasil).

“Política pública de assistência social no Brasil é a menos assistida, partindo mesmo do Governo Federal, a palavra traz um teor negativo, relacionada a ‘dar ao pobre coitado’, a aquele que está a margem da cidadania. (...) ela não tem uma definição de fato do porquê que ela existe apesar de ter mil motivos para a existência dela (...) somos uma ONG na qual fazemos assistência há muito tempo, e parece que temos que continuar porque ninguém faz! Porque parece que ficou feio, que ninguém quer fazer. (...) temos uma população excluída no Brasil que precisa antes de tudo da assistência. (...) ela não tem lugar não consegue se posicionar como política pública, nem no Conselho Nacional de Assistência. Fala-se de garantia de direitos que a Constituição trouxe em 1988, mas o mundo mudou e ainda se pensa na obrigação do governo dar. Quem trabalha com assistência de forma tradicional acha que o governo tem que prover (...)”, (Entrevistado 7- Brasil).

“do ponto de vista humano, a responsabilidade (da assistência) é de quem se afeta. Ao falar de voluntariado entra o institucional, e grande parte da responsabilidade deveria ser do poder público. Se o poder público não pode oferecer, (a sociedade civil) tem que ofertar assistência. A empresa também se afeta porque também é um ator da desigualdade. Não se pode esquecer a autorresponsabilidade que perpassa uma ética: empresa que doa cesta básica está assumindo papel de paternalismo e não está sendo socialmente responsável. Basta mudança de olhar desde que haja espaço para reflexão”. (Entrevistado 9- Brasil).

No caso de Portugal, há um dos depoimentos que sugere que o Estado assume a postura assistencialista “porque sempre foi assim”, e pela possibilidade de ser uma forma de controle. Ressalta-se aí uma necessidade de que as pessoas conheçam os seus direitos, para que aquilo que é obrigação e dever não seja vendido como favor pelo Estado, ou pelas entidades que busquem exercer ascendência sobre os grupos vulneráveis. O que é comum nos testemunhos, é que no país, a questão da assistência retorna necessariamente à atuação das misericórdias.

“(…) A assistência do estado português por questões históricas, tem no seu substrato uma visão paternalista e assistencialista, e o mau é que o Estado em si mesmo assume isso. Ficou tão embrenhado que o Estado em vez de fazer a assistência inserida (ou contextualizada) nos direitos humanos que as pessoas têm, assume-se como alguém (o Estado) que tem o poder de dominar o outro por via de dar à outra uma coisa que na verdade é um direito que ele tem (...) todos damos para que o Estado cumpra o direito das pessoas (...) A forma como essa dádiva se posiciona não é um favor, mas uma obrigação”. (Entrevistado 4- Portugal).

“(…) infelizmente não vejo como gostaria: das misericórdias em geral, não nos libertamos do fantasma do assistencialismo, isso não significa que isso seja sempre mal, mas já deveríamos ter virado essa página, já deveríamos estar fazendo com as pessoas, ou seja, deixando que as pessoas participem do seu desenvolvimento e não sermos nós a dirigirmos a vida das pessoas. (...)”. (Entrevistado 3- Portugal).

No discurso da assistência, é recorrente que seja anunciada a necessidade de valorização dos potenciais do beneficiário, como agente e não como passivo, aliás, o pressuposto de considerá-lo sujeito da própria história, faz parte das concepções mais emancipatórias de voluntariado em ambos os países. Em função disso, o voluntariado é

proposto como uma ponte entre os entes assistenciais e comunitários, por meio do estímulo à participação social.

“(...) pode-se dar assistência para que as pessoas não sofram tanto no dia a dia, e isso pode ser minimizado a partir do voluntariado (...) a verdade é que precisamos contribuir para que os motivos que geram o assistencialismo deixem de acontecer. Se as pessoas conseguem minimamente fazer algo por si, isso deve ser estimulado, para que elas possam ser atores desse desenvolvimento e não apenas beneficiários.” (Entrevistado 1- Portugal).

“(...) continua a haver grande percentagem na vertente assistencialista, não conseguem ter capacidade pessoal de contribuir para a criação de emancipação. Há um mundo de intervenções hoje em dia que vão ganhando visibilidade, como por exemplo o mundo das capacitações: são cada vez mais visíveis trabalhos de "empoderamento", de desenvolvimento de capacitação digital, e de intervenção comunitária e empoderamento das mesmas. Dos mais velhos sobretudo (...)” (Entrevistado 8- Brasil).

“(...) (a assistência) sim, não é uma obrigação da instituição da sociedade civil ou da empresa, mas naturalmente pode ocorrer, e entendo que voluntariamente posso partilhar à minha volta o que eu tenho (...) disponibilizar recursos privados para fins públicos, são relações de proximidades que eu desejo partilhar. Acredito que por parte das entidades privadas seja (um ganho por meio das ações de voluntariado) a criação de laços comunitários (Entrevistado 5- Brasil).

“(...) qualquer forma de voluntariado tem essa dimensão, desde o assistencial até o cooperativo, que está a emergir mais. Os patamares de assistência e cooperação são cumulativos, tenho o poder de fazer pontes e encaminhamentos, que muitas vezes partem para intervenções públicas e sociais (...)”. (Entrevistado 4- Portugal).

Durante as entrevistas surgiu um fator que distinguiria o trajeto do voluntariado nos dois países nos últimos anos, acerca dos movimentos de democratização após os anos de governos autoritários. A informação que surge, é que, durante esse tipo de governo, os movimentos sociais foram reprimidos como sendo resistência, e a participação social nas

tomadas de decisões, na governança pública, foi sufocada no sentido de transformar os públicos vulneráveis em tutelados. Dito isso, as ações voluntárias nesses períodos são assistenciais em movimentos restritos às doações, da boa vontade, pela moral e dádiva mais em comum com aquela apresentada pela caridade. De acordo com a pesquisa, Portugal teria sofrido mais que o Brasil devido ao extenso período antidemocrático.

O que é sugerido pelo material coletado é que em Portugal e Brasil a democratização é recente, mas que o Brasil, já nas décadas de 80 e 90 se articulava em ações estruturadas, formativas do terceiro setor. Mas, Portugal, por sua vez, pela longa duração do Estado Novo, mantém ainda ecos do período autoritário em sua cultura de solidariedade, como dito por um dos entrevistados, os “filhos da ditadura ainda são pais e avós”, ainda que o período pós-revolução, conforme descrito no Capítulo 1, represente avanços bastante significativos em um processo de abertura de mercado e das formas de pensar o voluntariado. Esse movimento avança até, ou principalmente, nos dias atuais.

Posto isso, em Portugal, o movimento institucional ainda caminha no sentido de estimular um trabalho em redes participativas nos territórios, devido às recentes partilhas com outras realidades, de diferentes países, que têm oxigenado as formas dos atores do voluntariado se colocarem e atuarem localmente. De acordo com os representantes entrevistados, no período atual, a relação com a participação cidadã em Portugal tende a adquirir um novo patamar de maturidade. Pergunta-se, nesse trabalho, se a proficuidade de eventos para visibilidade de causa, grupos de advocacia pelo voluntariado, os movimentos jovens, a exemplo do que foi estimulado em 2011- o Ano Europeu do Voluntariado, os estudos de impacto do voluntariado, além das associações aos esforços das Nações Unidas - como a adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estão organizados, de maneira a direcionar para uma política estruturada de participação, ou mantém as mesmas práticas e relações assimétricas, envoltas em um novo discurso.

“(…) o país tem uma especificidade, a questão da ditadura e uma democracia recente. Num período de ditadura não são estimuladas práticas de cidadania, e estamos atrasados, e se calhar os números que temos de voluntariado refletem isso (…) se as últimas gerações de pessoas não foram estimuladas para a participação cívica, pelo contrário: as pequenas reuniões eram repreendidas, há (em consequência) uma geração de filhos desses valores (…)” (Entrevistado 2- Portugal).

“(…)vejo com muita satisfação a diversificação do voluntariado sobretudo após o 25 de abril, onde levou uma grande reviravolta(…) tem

vindo a evoluir ao longo dos tempos, começou por ter uma base predominantemente religiosa, hoje não é tanto assim, o que se demonstra no último estudo do INE de 2019<sup>103</sup>, e mesmo o voluntariado com motivação religiosa ainda esta por muito por estudar. (...) (tenho) “a preocupação do estatal dominando as atividades que precisam ser predominantemente de movimentos das classes. Preocupação do excesso de protagonismo (do Estado) na organização do voluntariado. (...) as medidas legais não podem ser beneficiadoras daquilo que não é voluntariado”. (Entrevistado 4- Portugal).

“a ditadura como um fator diferenciador (do voluntariado em Portugal), e o pós-ditadura da forma como o Estado assume de uma outra forma a preponderância muito grande, mais uma vez o cidadão não teve espaço para assumir o seu papel (...) o voluntariado é muito mais recente do que por exemplo no norte da Europa, muito menos entendido como parte do ADN da cidadania (...) (hoje) estamos numa fase de maior maturidade no voluntariado em que as pessoas de fato percebem nele um território em que de fato possam se manifestar, em que há mais estruturas para organizar e promover essas iniciativas, e que também se atingiu um estado de maturidade das próprias pessoas que permitem disponibilidade para essa experiência (...)”. (Entrevistado 3- Portugal).

Se no Brasil as misericórdias também são citadas como marcos institucionais que deram origem ao voluntariado formal, a concepção de voluntariado só é entendida a partir do chamado da Constituição de 1988 à participação cidadã, com o seu direcionamento para políticas participativas, estendidas aos cidadãos comuns e ao fortalecimento da sociedade civil. Esse estímulo provocou um terceiro setor cada vez maior<sup>104</sup>, interativo, mas também muito perdido, que obrigou a promulgação da Lei 13.019/2014, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que entrou em vigor em 2016 com o objetivo de tornar as relações entre essas organizações e o Estado mais viáveis e transparentes. O setor

---

<sup>103</sup> Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Trabalho Voluntário, 2019.

<sup>104</sup> “Em 2016, havia 820 mil organizações da sociedade civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) ativos no país. As OSCs expandiram-se nos últimos anos, embora se observe contração em 2014. Os novos dados retratam um setor amplo, com importância econômica no mercado de trabalho, além da conhecida relevância em ações de interesse público. A distribuição das OSCs no território acompanha, em geral, a distribuição da população. A região Sudeste abriga 40% das organizações, seguida pelo Nordeste (25%), pelo Sul (19%), pelo Centro-Oeste (8%) e pelo Norte (8%). Vale registrar que todos os municípios do país possuem pelo menos uma OSC. As organizações que tem como finalidade desenvolvimento e defesa de direitos e interesses e as organizações com finalidade religiosas são os principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade. Na população de OSCs, 709 mil (86%) são associações privadas, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas” (Lopez, 2018, p.22).

voluntário sofre hoje com a dispersão de recursos, a falta de confiança por razões de relações políticas e toda a descredibilidade ética pela qual passa o país. Que só será revertida com movimentos de integridade, como por exemplo a ampliação das instâncias de transparência<sup>105</sup>.

“(…) (vejo a) história do voluntariado no Brasil como algo organizado, (associação) ao conceito da assistência organizada, por isso as misericórdias foram esse marco (…) mas passa (o surgimento do voluntariado como conhecemos) pela etapa de intervenção social e política dos direitos, que estabelecem o papel do cidadão - do seu direito como um cidadão cuidado e protegido, e nisso é o grande marco é a Constituição de 1988 (…) A Constituição de 88 determina as pessoas como cheias de direitos, mas que tem compromissos. Citando como exemplo as primeiras palavras do ECA<sup>106</sup>, que nos colocam corresponsáveis por todas as crianças do Brasil, isso é um momento emblemático (…) (o entendimento) do cidadão como uma pessoa com deveres e compromissos na sociedade em que vive (…)” (Entrevistado 6- Brasil).

A noção de democracia, de exercício de deveres e acesso aos direitos, afeta a ideia do voluntariado na medida em que se entrecruza com aquilo que passa a ser a noção de responsabilidade de um cidadão. Quando esse cidadão ultrapassa o senso comum, ou o que a maior parte dos concidadãos faz – ou deixa de fazer – diante de um Estado mais ou menos tutelar, o seu destaque em participação muitas vezes é tido como voluntariado. Nas falas dos entrevistados, que em maioria assumem para si essa postura, é esse ‘algo a mais’ o ‘dever extra’ que reside nos domínios da solidariedade, e passa a ser a curva de referência: um cidadão imbuído de impulso solidário deve ultrapassar aqueles limites tácitos de responsabilidade social e ir além, tomando para si o encargo de prevenção ou mitigação das situações desagradáveis da sua comunidade.

Entra aí também a noção de governança pública, pois na relação com o Estado, basicamente a pessoa poderia assumir-se em alguns momentos mais como um cliente deste, ou em outros assumir-se mais o acionista, ou seja, como quem faz parte das tomadas de decisões, regulações e monitoramentos. É uma régua complexa de ser estabelecida, em

---

<sup>105</sup> “Apesar de o movimento por dados abertos e transparência governamental, governo aberto ou governo digital estar em franco avanço, as informações que os portais orçamentários estaduais e municipais disponibilizam sobre as transferências de recursos para a execução de políticas em parceria com OSCs ainda é insuficiente, e, em geral, carece de detalhamento para identificar cada parceria e suas características. Somente um esforço coletivo poderá integrar as informações disponíveis em um banco de dados unificado” (Lopez, 2018, p.22).

<sup>106</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.(Planalto da República, Lei Nº 8.069, De 13 De Julho De 1990).

territórios diferentes, com noções de autonomia diferentes, e em momentos políticos diferentes. Quando, por exemplo, nos casos dos governos autoritários, a exemplo dos citados no Brasil e em Portugal, a função como cliente aumenta, e como gestor público diminui.

O ponto comum é que o voluntário sempre está indo além do que é estipulado, por ser muitas vezes essa a forma como os entrevistados se colocam, também muitas vezes é como concebem o voluntariado na sua relação com a pobreza, com o outro, e com o Estado ou qualquer ente.

### **3.5. Voluntariado institucional: comparativos entre Brasil e Portugal**

No que diz respeito ao conceito de voluntariado, tanto no Brasil quanto em Portugal, alguns entrevistados utilizam aspectos emocionais, outros, os princípios que estão nas leis, e principalmente as conceituações oferecidas pelos grandes organismos nacionais e internacionais. Nenhum entrevistado se remete a um conceito proposto por pesquisa acadêmica específica. Quanto às motivações, o trabalho voluntário diz respeito a uma “fala externa” que conversa com os valores internos da pessoa que se sente impelida, por espontaneidade e identificação, a participar de ações de voluntariado em causas diversas. Às vezes, essa ‘conversa externa’ é uma necessidade premente, como uma dificuldade que bate à porta, a pobreza que se vê nas ruas, uma causa que emociona por ter algum conhecido naquela condição, ou que se viu em uma campanha de sensibilização. O que a pesquisa sugere é que quanto mais altruísta a motivação mais legitimada ela pode ser considerada. Do lado oposto estão as causas egoístas.

“(…) há uma imensidão de necessidades e chamamentos (uns mais corretos que outros)” (Entrevistado 1- Portugal).

A questão utilitária do voluntariado é colocada como uma atitude que foge à ética, e no lugar de estender benefícios acaba por prejudicar. Há necessariamente, no conceito do voluntariado para esse entrevistado do Brasil, que haver um salto, um benefício e uma transformação para o beneficiário que recebe o voluntariado, em concepção tal que ele não exista se não tiver esse foco.

"Independente dos conceitos tradicionais: (voluntariado é) vontade de participar, de assumir responsabilidades para a construção de uma nova condição do beneficiário (...) Muito cuidado para ter uma atenção ética: onde não se aproveita de uma demanda ou de uma necessidade de alguém que está precisando de ajuda para promover pessoas ou empresas (...) o voluntariado que não coloca o beneficiário em um novo patamar ou

condição, é uma atitude muito danosa, que é: aproveitar de uma condição de inferioridade para construir alguma coisa acima disso (...) Se não existir a real intenção de fazer a diferença ele não deve ser feito (Entrevistado 10- Brasil).

A gratuidade total (financeira ou de favores), que é uma diretriz de um serviço voluntário, reforça a primícia de que o beneficiário (seja ele uma entidade ou uma pessoa), não deve nunca para o promotor do voluntariado. A exigência de pagamentos, ou geração de dívida - ainda que imaterial -, em troca do trabalho voluntário oferecido, desqualifica um pilar essencial da atividade. Dito isso, um voluntário não poderia ser movido por expectativas de retribuição, mas apenas por compaixão. E nesse caso, só o altruísmo seria válido:

“(...) partindo da primícia de que voluntariado é quando eu doo o meu tempo e minhas habilidades para ajudar outra pessoa sem pedir nenhum tipo de remuneração, ou pagamento financeiro ou não financeiro, e que não exige nenhum pagamento em troca, ele se manifesta de maneira muito movida à compaixão. Por exemplo, se alguém fala da causa eu fico consciente, mas se eu vejo a situação acontecendo, aquilo me mobiliza imediatamente, e gera um senso de empatia (...) (Entrevistado 1- Brasil).

O conceito é trazido mais de uma vez como uma disponibilidade interna para agir. “O voluntariado é ação” diante do olhar empático para o outro.

“(...) Conceito de voluntariado: são os três ‘Ts’ (doação de tempo, trabalho e talento), e basicamente precisa haver vontade, o ‘olhar para o outro e poder se dedicar’, e ter disponibilidade para isso. O voluntariado é ação diante do outro, mesmo quando muito espontâneas as vezes você vai lá e faz. Tem a ver com olhar para o outro, olhar e perceber o outro, sentir o outro, sentir compaixão”. (Entrevistado 4 - Brasil).

“(...) o voluntariado é atitude, é a coragem que a pessoa tem de arregaçar as mangas e fazer alguma coisa de concreta e de continuada ou estruturada (...)” (Entrevistado 2- Brasil).

No qual uma coragem de atuar se liga a uma periodicidade continuada e não espasmódica. E que, por outro lado, conecta a pessoa voluntária com a outra pessoa para que, assim, o voluntário e o beneficiário (pessoa, comunidade ou instituição), juntos, modifiquem suas realidades. E isso é apontado como inversamente proporcional à caridade.

“(...) fora os três Ts (tempo, trabalho e talento) é uma forma de conectar com o outro e juntos transformarem as realidades pela união, ou seja, uma grande troca. Ele transforma pela cidadania, e não é caridade porque a caridade nega isso: essa união e encontro entre iguais (Entrevistado 3-Brasil).

E assim, com base na experiência de terreno, e no envolvimento comunitário em projetos desenvolvidos com a comunidade, aparecem conceitos para o voluntariado tais como:

“(...) Ferramenta essencial porque envolve a comunidade no processo de intervenção, eu não acredito em projetos sociais de gabinetes, mas no exercício cívico de uma forma organizada, que é um passo acima em termos da cidadania e da responsabilidade. Pelo bem coletivo todos nós podemos estar preocupados com problemas que nos rodeiam, mas essa preocupação pode não se traduzir em nada de concreto. O voluntariado permite focar, avaliar e organizar aquilo que nós valorizamos enquanto cidadãos (...) voluntários são engajadores cívicos ao mesmo tempo. (Voluntariado é) participação cidadã mais ativa e engajamento cívico (...) tenho uma concepção de voluntariado mais ligada à ação em qualquer espaço, voluntariado é exercício ativo da cidadania (...)”. (Entrevistado 3- Portugal).

Traçando limites entre o voluntariado informal e o formal (institucional), o voluntariado informal aparece, reforçado de forma inerente, como a manifestação mais direta e natural entre os membros de uma comunidade. Na instituição ficaria aquilo que é burocrático, técnico, e se afasta do que é natural. E se a ajuda é natural do ser humano, e parte de um sentir a necessidade do outro, o voluntariado informal estaria dentro do que é humano, e o formal, o lado de fora, das relações menos pertencentes.

“As instituições são o `fora`, onde se está para toda sorte de finalidades, onde se trabalha, se faz negócios, se exerce influência, se faz empreendimentos, negócios, onde se organiza, administra e exerce uma função. (...) Os sentimentos são o "dentro," onde se vive e se descansa das instituições. Aí o espectro das emoções vibra diante do olhar interessado; aí o homem usufrui sua ternura, seu ódio, seu prazer e sua dor, quando esta não é muito violenta. Aí cada um se sente em casa, se estira na cadeira de balanço”. (Buber, 1960, p. 44-45 cit. por Rodrigues, 2013, p. 108).

Ao mesmo tempo, em ambos os países, o voluntariado institucional se assunta mais da forma técnica de se fazer o voluntariado, ou seja, em oferecer uma estrutura de gestão e de participação de terceiros: que não substitua horas de trabalho profissional, que desenvolva competências, que seja desinteressado e complementar a algum esforço já empreendido, de forma que é nesse âmbito institucional que aparecem as diretrizes, os deveres e os direitos daqueles que querem ajudar, conforme os conceitos e os enunciados trazidos pelas entidades de defesa de causa, como a UNV e o CEV, ambos explícitos no capítulo 2 desse documento.

“(...) enviesada pela lei, é um trabalho que doa tempo ou atenção ou competência de forma desinteressada e descomprometida, de forma complementar ao que é oferecido pelas organizações. Alguns princípios precisam ser observados e a complementaridade é um deles: não pode substituir postos de trabalho (...) precisa ter compromisso pois ele gera expectativas (...) precisa acontecer de forma desinteressada, mas é óbvio que sempre traz retornos, como o desenvolvimento de competências do voluntário, mas que não seja esse o motivo principal, mas sim o de oferecer algo (...)”. (Entrevistado 2- Portugal).

As descrições das iniciativas formais ilustram-nas como as mais eficazes, quando utilizam de processos, recursos, e ferramentas de gestão fundamentais para contextualizar e oferecer soluções ao problema a ser trabalhado. Buscariam, em tese, soluções tecnicamente viáveis, efetivas e sustentáveis, para que atividades assertivas sejam executadas por voluntários, desde que os mesmos sejam devidamente capacitados para tal. E, por fim, as melhores iniciativas institucionais de voluntariado têm os resultados monitorados<sup>107</sup>. Ultimamente está na moda tentar medir o impacto que essas iniciativas propiciam. Ou seja, o voluntariado formal é tido como mais especializado, e o que oferece recursos que muitas vezes o informal não dispõe. Um voluntário que pratica a sua ação formalizada através de uma entidade ou empresa, se sente ainda parte de algo maior que já é estruturado. Desde que

---

<sup>107</sup> “(...) Exige diagnóstico e capacitação. Existe um antes e um depois. E exige sustentabilidade do resultado obtido. Quanto maior o impacto mais envolvimento e tempo vai exigir dos voluntários (...) as que geram transformação, para que isso aconteça ela precisa de um envolvimento muito maior dos voluntários, e precisa ser estruturada primeiro. O primeiro passo é entender a real necessidade da comunidade, se não tiver uma necessidade real você não está mudando nada. Por exemplo em abril todo mundo doa ovo de páscoa, sendo que nessa época as entidades já recebem muito isso. As que geram mais impacto tem um antes e um depois. **(Entrevistado 1- Brasil)**. E “(...) se não fez bem para quem faz (voluntariado) e para quem recebe é muito desanimante, e para isso é preciso ter instrumentos que meçam, se for considerar uma transformação, eu acredito que é necessário haver planejamento, gestão e organização (...)”. **(Entrevistado 6- Brasil)**.

as instituições não fiquem ‘entre’ o voluntário e a causa, mas que operem como facilitadores da melhor ação dos mesmos no campo prático, e que bem valorize o trabalho oferecido<sup>108</sup>.

“(...) e por outro lado as entidades não podem ser intermediárias entre o voluntário e os utentes, mas facilitadoras, se são intermediários tem a tendência da fala de que ‘tudo é nosso: voluntários e utentes’ (...) o voluntário faz voluntariado pela causa, apoiando no contexto da instituição, alguma instituição que já o faz, o que acontece em alguns casos é que entidades com causas comuns são autofágicas: absorvem os voluntários e não os compreendem como uma parte interessada que tem um estatuto muito próprio, e que não são utentes nem colaboradores. Voluntários não são extensão dos recursos humanos (...)” (Entrevistado 3- Portugal).

Essa questão, faz emergir a noção da própria efetividade das iniciativas de voluntariado que estão hoje disponíveis. As entrevistas deixam muito claro que a emancipação do beneficiário deve ser o grande gol. E a emancipação, quando objetivo das entidades que promovem o voluntariado, na interpretação dessa tese, está bem próxima daquilo que Selli e Garrafa (2006) chamaram de ‘solidariedade crítica’<sup>109</sup>. Isso significa a possibilidade dos indivíduos dotados de suas motivações egoísticas e altruístas, participarem do processo de planejamento e entendimento da realidade social em que vão se envolver, e dar a chance de que os beneficiários dentro de suas capacidades possam fazer o mesmo, de forma democrática, assim numa ação de voluntariado como na política como um todo.

E, é na correlação do segmento voluntário com a política, que Selli e Garrafa (2006) apresentam o termo *voluntariado orgânico*.

---

<sup>108</sup> E é pertinente retomar aqui a dádiva no sentido do trabalho voluntário. “A performance no sentido de intenção e representação do ato é aquilo que distingue o ato de fazer e o ato de produzir, isto é, da dádiva e do trabalho, respectivamente. Reconciliando essas importantes nuances de inspiração maussiana e marxista (respectivamente), Lambek defende que a dádiva e o trabalho são valores inextricáveis entre si, oscilando a ação voluntária entre aqueles dois polos. Esses postulados reforçam o que se tem vindo a defender sobre o complexo processo que é o voluntariado, pois ele encerra um valor de trabalho (utilitarista e comodificável) e um valor simbólico e performático (dádiva, não comodificável)”. (Lima e Oliveira, 2015, p.323)

<sup>109</sup> “O interesse pela proposta da solidariedade crítica como valor a orientar o serviço voluntário orgânico tem, entre outras justificativas, motivações provenientes da realidade social e outras alicerçadas em vivências pessoais. A adjetivação crítica, no contexto deste trabalho, diz respeito à capacidade do agente de discernir, ou seja, de possuir critérios capazes de ajudá-lo a discriminar as dimensões social e política que estão indissociavelmente presentes na relação solidária”. (Selli e Garrafa, 2006, p. 240).

Assim, a solidariedade não se esgota enquanto relação típica da sociedade civil. Ao contrário, possui um elemento político que tem como referência o Estado. A capacidade de entender essa dimensão política, que se refere à cidadania e à possibilidade de intervir de forma ativa na definição de políticas públicas, também caracteriza essa dimensão crítica. O conceito de voluntariado orgânico, por sua vez, foi construído por analogia ao conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci (1979) e é entendido como uma participação ativa e beneficente das pessoas que desenvolvem a atividade voluntária na construção das condições necessárias à democratização efetiva do Estado, em todas as suas dimensões (Selli e Garrafa, 2006, p. 240).

Para as autoras, a participação social através de um voluntariado engajado politicamente pode ser a expressão da emancipação naquelas iniciativas empreendidas por instituições, que, por sua vez, precisam evitar portar em si um viés ideológico, ou parcial, que capture o tempo do cidadão voluntário, para prioridades e fins diversos, que fujam, até mesmo, da centralidade que devem ser as necessidades dos beneficiários. Necessidades essas que, em termos práticos, estão longe de serem sanadas, ainda que as pesquisas, como os censos do PNAD no Brasil<sup>110</sup> e do INE<sup>111</sup> em Portugal, tentem mensurar o volume da mobilização voluntária com foco social.

Considerando os referenciais teóricos do primeiro e do segundo capítulo, e toda a sorte de compreensões trazidas pelos entrevistados na pesquisa empírica, o que Selli e Garrafa (2006, p.243) definem como as *'características de solidariedade crítica'*, podem, sob a autoria dessa dissertação, serem transpostas também como características do que se pretende chamar de voluntariado emancipatório (ou transformador) nessa pesquisa. Tais características estão abaixo dispostas em seis grupos, e assim qualificam um voluntariado com potencial de melhorar realidades:

1) *Está além dos aspectos morais do grupo promotor*

---

<sup>110</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) é promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>111</sup> Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Trabalho Voluntário, 2019.

O voluntariado emancipatório tem o ser humano no centro, e por isso guia-se por uma ética<sup>112</sup>, mais global, independente das questões morais que portam os seus distintos promotores, e que por vezes tentam vinculá-lo. Isso significa um voluntariado que tem no centro a tolerância e o pluralismo, desde que centrado no bem comum.

“É um valor próprio da pessoa humana, que tem origem em sua dignidade; independe de determinações, prescrições e crenças religiosas, que criam comunidades morais distintas e, na maioria das vezes, antagônicas. É, tal como os direitos civis (vida, liberdade, direito de expressão etc.), um valor universal, é exercida pela pessoa, na sociedade civil, e exercê-la independe, portanto, do papel de cidadão, de crente etc.” (Selli e Garrafa, 2006, p.243).

## 2) *É igualitária nos seus fins e meios*

E isso significa que a prática do voluntariado emancipatório, tal e qual se propõe, não comporta desigualdades de direitos ou distinções de raça ou de outros gêneros. Além disso, é uma prática dissonante daquela que hierarquiza o doador como superior, e o receptor como inválido, princípio da prática institucional histórica, geradora da assistência no Brasil e em Portugal. Ao mesmo tempo, situando o beneficiário no mesmo patamar, convida-o e reconhece-o como um potencial cidadão, latente em seu crescimento pessoal e no acesso e exercício dos direitos e deveres.

“É praticado<sup>113</sup> entre pessoas que comungam tanto idênticas quanto diferentes moralidades; sua prática deve estabelecer uma relação horizontal (unívoca)” (...) e “caracteriza-se por ser uma busca pela

---

<sup>112</sup> Ainda que o termo já tenha sido utilizado em outros momentos desse trabalho cabe aqui um desenvolvimento do assunto. Sob uma concepção filosófica, e prática, a ética é um estudo, uma ampliação de conceitos racionalizados sobre a moral, e essa segunda é replicada dentro de uma comunidade em forma de costumes temporais e geograficamente localizados. O voluntário que se guia pela moral, segue a cartilha de valores específicos de um grupo, da sua forma de estar no mundo, e de conceber a solidariedade. Já a ética, estende-se de forma inclusiva, como um conjunto de várias morais que podem subsistir numa mesma comunidade, e propõe que um bem comum, mais ampliado, seja alcançado. De acordo com Figueiredo (2008, p.4) A ética no sentido mais antigo da palavra, significa “morada”, “abrigo” e “lugar onde se habita”. Usa-se a palavra moral mais frequentemente para designarem-se os códigos, as condutas e os costumes de indivíduos ou de grupos, como acontece quando se fala da moral de uma pessoa ou de um povo. Segundo o autor, reserva-se à ética o “estudo da moralidade do agir humano (bondade ou maldade dos atos humanos): sua retidão frente à ordem moral”. A ética é a disciplina filosófica que investiga os diversos sistemas de morais elaborados pelos homens, buscando compreender a fundamentação das normas e proibições próprias a cada uma e explicar seus pressupostos, ou seja, as concepções sobre o ser humano e a existência que os sustenta. Figueiredo, A. (2008, p. 4).

<sup>113</sup> Com o termo “praticada” as autoras se referem aqui ao termo ‘solidariedade crítica’, que é transposto nesse momento do trabalho para o conceito de ‘voluntariado transformador’ ou emancipatório.

justiça dos destinatários da conduta voluntária livre de paternalismo ou de qualquer outra forma de autoritarismo e deve partir de uma postura democrática radical, que vê no outro um igual tanto em dignidade quanto em autonomia para buscar seus fins”. (Selli e Garrafa, 2006, p. 244)

### 3) *Busca a reciprocidade, alteridade e todos aprendem com as diferenças*

“Situa-se entre a ideia de imparcialidade – ser movido pelo bem geral do outro – e a ideia de benefício mútuo – reciprocidade” (Selli e Garrafa, 2006, p. 244), numa concepção em que todos ganham com a prática do voluntariado. Nessa dinâmica de reciprocidades, uma mera interação com um sujeito proveniente de um lugar social diferente do voluntário, já traz para ambos uma ampliação da visão de mundo, de entendimentos e trocas de experiências de vida. E em tal concepção onde não existe um cidadão “coitado”, a noção do ‘altruísmo abnegado’ acaba por perder a força, ou lugar. A partilha horizontal faz com que de uma interação, em diversidade, os sujeitos não saiam os mesmos. E por isso, “é uma busca da reciprocidade e da alteridade; uma abertura ao outro e ao fato de participar de um mesmo universo existencial”, afirma (Selli e Garrafa, 2006, p. 249).

### 4) *Não busca obter vantagens políticas*

“É exercida na sociedade civil, não tendo como finalidade o poder político, direta ou indiretamente, nem qualquer outra forma dele; é na condição de pessoa que o agente dirige-se aos demais membros da coletividade e a seus potenciais beneficiários” (Selli e Garrafa, 2006, p.248) trazendo a atenção, nesse caso, para a não obtenção de vantagens no campo político, e em outras esferas de influências. Como exemplo, foi mencionada, por um dos entrevistados dessa pesquisa, a questão das movimentações políticas no voluntariado dirigente em Portugal. E no caso do Brasil, foi trazido à tona a associação da prática do assistencialismo e do clientelismo tendo como máscara a ação social.

### 5) *Não captura pessoas de forma utilitária*

“É um compromisso unilateral e personalíssimo, que não se liga a nenhuma forma de ativismo (político, social, religioso) que busque no voluntariado uma função instrumental para seus desígnios” (Selli e Garrafa, 2006, p. 248), fortalecendo o pressuposto anterior que propõe

a atuação ética com fins públicos e universais, contra a ativação de interesses de um grupo específico, com moral específica. Logo, “não possui, ao menos conscientemente, um conteúdo utilitário; não vê em sua prática a criação de uma moeda de troca ou uma forma de barganha psicológica ou religiosa” (Selli e Garrafa, 2006, p. 248). Esse item traz à tona o conceito de ‘captura’, por parte daqueles que promovem o voluntariado. O que implica que as relações pautadas por uma troca horizontal, não submetem moralmente ou psicologicamente o beneficiário. Muito menos usam de uma situação de fragilidade em função de um projeto utilitarista, travestido de ajuda.

6) *Não se aquieta enquanto não atinge resultados concretos*

“Denota um inconformismo individual para com o *status quo* que leva a uma ação positiva em favor de mudanças sociais concretas” (Selli e Garrafa, 2006, p.249). E pressupõe que o voluntariado que está assentado sob a lógica da solidariedade crítica faz uma leitura de contexto e planeja como melhor gerar emancipação<sup>114</sup>. Esse critério de ações concretas, geridas e traduzidas em resultados medidos está muito bem suportado pelas melhores práticas do voluntariado formal nos dois países estudados. E isso se demonstra ilustrado por algumas falas da presente pesquisa:

“(…) de um modo geral os brasileiros são solidários, quando são convocados tem uma verdadeira intenção de ajudar. A diferença é que o voluntariado informal não busca resultados, não avalia, ele simplesmente faz o trabalho e espera que aquilo faça algum resultado: por exemplo, sopas de rua no inverno, é uma ação solidária e necessária, mas não tira a pessoa dessa condição e nem resolve esse problema: no dia seguinte ele está de novo na rua com frio e com fome. (...) O voluntariado institucional busca alcançar resultados traçados, o Brasil tem projetos em

---

<sup>114</sup> O conceito de solidariedade crítica apresentado por Selli e Garrafa (2006) ilustra com muita propriedade aquilo que os entrevistados traduziram, a partir de sua experiência, como voluntariado emancipatório ou transformador. “(...) solidariedade comprometida, interventiva – que visa à transformação social na busca de políticas públicas democráticas e equitativas – e produz mudanças em nível individual e coletivo. As mudanças entendidas como beneficentes para o indivíduo compreendem a busca da justiça. O sujeito da solidariedade, pela prática solidária crítica, estabelece, com os destinatários da atividade voluntária orgânica, relações que lhes possibilitam descobrirem-se como sujeitos capazes de exercerem seus direitos políticos e civis, de liberdade e igualdade (...) na medida em que o indivíduo se reconhece como sujeito que possui direitos e deveres, tanto no plano social quanto no político, terá as condições necessárias para fazer suas escolhas e responder pelas consequências de suas decisões. Assim, em nível individual, a solidariedade crítica tem o papel de tornar o destinatário da ação solidária consciente de si mesmo, de seus direitos e deveres, como pessoa integrada na sociedade e como cidadão integrado na vida política. O comprometimento com o outro na vida em coletividade supõe abertura total às múltiplas dimensões da realidade, tanto do indivíduo como sujeito, quanto da realidade sociopolítica na qual ele está inserido e exerce seus papéis de pessoa e de cidadão” (Selli e Garrafa, 2006, p. 249).

vários estágios, e há empresas e organizações que ainda utilizam o voluntariado com práticas sem muita intenção de impacto verdadeiro para os beneficiários, se eu não pensar no beneficiário final e não estabelecer onde eu quero chegar, estou no estágio anterior (o informal)”. (Entrevistado 10- Brasil).

“(...) o voluntariado exige diagnóstico e capacitação. Existe um antes e um depois. E exige sustentabilidade do resultado obtido. Quanto maior o impacto mais envolvimento e tempo vai exigir dos voluntários (...) as que geram transformação, para que isso aconteça ela precisa de um envolvimento muito maior dos voluntários, e precisa ser estruturada primeiro. O primeiro passo é entender a real necessidade da comunidade, se não tiver uma necessidade real você não está mudando nada. (...) as que geram mais impacto tem um antes e um depois”. (Entrevistado 1- Brasil).

Desta forma, no voluntariado formal, a dedicação de tempo para um projeto pré-existente, em todos os territórios, depende que esse projeto de intervenção seja consistente, e é interessante que na qualidade de promotores, os entrevistados tenham falado do seu lugar, enquanto sendo eles as pessoas responsáveis por estruturar ou apoiar esse tipo de ações. Nessas iniciativas organizadas por instituições, o sujeito voluntário, em si, é sim um instrumento, mas um instrumento crítico formado e alocado numa função muito bem pensada para eles. O seu papel não é deliberado apenas pelo seu desejo de ajudar, mas pelo cruzamento das suas motivações com o bom encaminhamento do gestor de voluntariado, que nesse caso ocupa um papel muito sensível e relevante como intermediador. Esse dirigente, é o responsável por garantir a satisfação dos voluntários, da entidade promotora, e dos beneficiários, no equilíbrio de um tríplice encontro de objetivos e vantagens.

## Conclusão

A pesquisa comparativa entre o universo do voluntariado do Brasil e de Portugal fez descortinar mais similaridades do que diferenças. Entre as investigações bibliográficas e a experiência empírica de diálogo com promotores do voluntariado nos dois territórios, as narrativas e os testemunhos trazem à tona uma origem institucional em comum, seja nos microcosmos familiares ou nos macrocosmos da ação assistencial formal, pautada por valores morais de solidariedade e de caridade, onde a matriz religiosa – católica – estabeleceu raízes muito profundas (talvez por ter feito da assistência uma das suas plataformas de expansão pelo Império Português e, transversalmente, em outros domínios geográficos).

Qualquer que seja a via de princípios e motivações pela qual o voluntariado se insere, este emerge historicamente como uma atividade disseminadora de valores e do exercício dos dons nas sociedades. Nas palavras de Lima e Oliveira (2015), esses valores podem ser econômico, simbólico e moral.

“a ação social é informada por valores, mas, simultaneamente, ao constituir-se também cria valor: valor econômico, ao superar as carências de quem necessita (seja de bens materiais ou imateriais centrais à sua existência quotidiana); valor simbólico, ao praticar o bem; e valor moral, ao tornar-se melhor pessoa através da dádiva desinteressada”. (Lima e Oliveira, 2015, 321).

A finalidade altruística aliada à atividade laboral – muitas vezes substituindo o trabalho remunerado – gera ciclos de reciprocidade e circulação desses valores numa especificidade de atitude, assistencial, que é indicativo da situação econômica e das relações que uma comunidade estabelece. Ora, numa sociedade em que a desigualdade social predomina sem que se possa esperar ações niveladoras do Estado, por exemplo, não raras vezes o voluntariado estará agindo com o discurso de quem cobre uma lacuna deficitária de assistência pública.

Em ambos os países, corroborando os modelos internacionais de medição de motivação para o trabalho voluntário, manifesta-se a intercessão entre o altruísmo e o trabalho, o primeiro motivando e o outro realizando gratuitamente as ações assistenciais, perdurando, assim, um sistema de intercâmbio de valores morais e éticos. E ainda alimentam um fluxo de sociabilidade primária<sup>115</sup> em que a colaboração se faz prática cotidiana de

---

<sup>115</sup> Em referência aos conceitos trazidos nos capítulos anteriores (vide nota nº 29), a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária são expressões relacionadas ao trabalho de Durkheim, mas cunhados por Alain Caillé, em que a primeira está no sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (Diógenes, 2005, p.48) e a

subsistência e apoio mútuo em um grupo ao qual se pertence. E assim, nas ocasiões de entreatada acontecem também os encontros comunitários e familiares, como, por exemplo, nos casos daquela integração viabilizada pelos grupos de jovens, como foi mostrado nas entrevistas. E no que diz respeito a esses espaços de sociabilidade, ali é possível que o indivíduo afirme sua integração e pertença, demonstrando que partilha do conjunto de valores que ele adota, dentre os quais, a solidariedade. Desse ponto de vista, da replicação de uma moral, acontece de forma similar quando a prática do voluntariado simboliza o exercício de valores tradicionais de uma família, ou de um grupo religioso.

E é justamente essa tríade de pertença: família, igreja e amigos (ou rede de proximidade), que acaba por se demonstrar o grande ponto em comum das bases do voluntariado no Brasil e em Portugal. Não é exclusivo, mas maioritário, o fato de serem essas as instâncias que mais vezes apresentam a compreensão do outro dentro da sociedade e a empatia para com as suas dificuldades<sup>116</sup>. Esses três primeiros pontos de contato dos brasileiros e portugueses com o voluntariado, representados pelas falas dos entrevistados, encadeia a reflexão de que o voluntariado formal não é o mais praticado em quantidade e frequência, mas sim, são as ações informais no modelo das dádivas cotidianas dentro de um grupo ou comunidade, conforme afirmam dados demonstrados pelo relatório da ONU<sup>117</sup>, focado em voluntariado e comunidades resilientes. E este é um universo potencial de participação e transformação social pouco assumido por entidades promotoras, ainda mais em Portugal em que a legislação exclui essa modalidade oficialmente.

O voluntariado formal, entretanto, associado neste trabalho à sociabilidade secundária<sup>118</sup>, firmou-se como o modelo mais estruturado de ações, o qual, no entanto, não vincula sequer metade da população. Por que razão isso acontece? E por quê, sendo seguramente o conjunto de ações tecnicamente mais qualificadas, segundo os padrões de gestão de projetos sociais, peca ao recrutar sua principal ferramenta, que é a mão de obra

---

segunda “trata-se de sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho (2005, p. 58)”. (Diógenes, 2012, p.14). “Robert Castel vale-se dessas expressões para situar o social-assistencial” (Tomaschewsky, 2014, pp. 38 - 39).

<sup>116</sup> E essa compreensão é alargada pelo que diz Lima e Oliveira (2015): pensar que essa ideia do amor ao outro não é generosidade pura torna a questão que analisamos mais complexa e interessante. Todo o voluntariado apresenta características muito semelhantes com ideais religiosos, e no contexto português esse é um aspecto que não pode ser descurado, pois a ideia da caridade é aqui um forte referente cultural. Esse processo tem uma faceta de generosidade, de compreensão pelos problemas e dificuldades alheias, mas tem a tal recompensa moral para o sujeito que, de certo modo, se salva a si próprio (Lima e Oliveira, 2015, 318).

<sup>117</sup> “Informe sobre el estado del voluntariado en el mundo 2018”- Programa de voluntariado da ONU.

<sup>118</sup> E portanto às instituições secundárias, e conforme esclarecido na introdução é chamado ‘voluntariado institucional’ nesse trabalho quando depende, e é viabilizado, ou organizado, por uma entidade externa, parceira, com a qual a pessoa voluntária participa como integrante.

voluntária motivada? São perguntas a serem exploradas posteriormente, inclusive para nortearem possíveis adequações da legislação ao cenário real, de reavaliação das instâncias de suporte e qualificação (como os programas nacionais, políticas públicas, confederações de defesa de causa, etc.), que possam estimular o fortalecimento das redes locais de ajuda mútua, emancipadas ao ponto de agirem pelos seus interesses, com ou sem a presença e condução institucional (formal). Isso é especialmente eficaz para a realidade daqueles territórios em que a condução formal se faz por um poder público moroso, assistencialista, centralizador e burocrata – válido para o Brasil e Portugal – e também pode funcionar naqueles espaços urbanos e rurais onde sequer o Estado existe ou alcança – e, talvez, esse caso seja mais amplamente aplicado ao cenário brasileiro.

As semelhanças entre os países continuam constatadas nessa pesquisa, dessa vez pela persistência da ótica caritativa-tutelar coexistindo com um discurso de solidariedade. A ação desse voluntariado tutelar, assistencial, é tido que, desde que venha com a premissa de não gerar diminuição moral e enfraquecimento estrutural do “beneficiário”, seja defendido pela sua importância emergencial, necessário enquanto existirem indivíduos que demandem urgência de assistência, para só então, minimamente reerguidos, figurarem em práticas voluntárias ditas como mais emancipatórias. Durante essa pesquisa, as falas da empatia, representadas pelo “sentir da dor do outro”, são um mote ligado ao conceito da caridade, e as falas de participação civil, ou seja, da percepção da responsabilidade social individual, se enquadram mais no termo solidariedade. No entanto, o percurso dessa pesquisa demonstrou que o lugar de fala do promotor da ação social define o *ethos* que a sustenta, ainda que em algumas falas as ações ou solidárias ou caritativas se cruzam quando são ações similares, interpretadas por sujeitos sob grupos de valores distintos. E sobre esse caso, do lugar de quem fala, a solidariedade é um bom exemplo: sob um *ethos* religioso a solidariedade serve a um irmão, sob o discurso da cidadania ela se presta a um concidadão.

Uma problematização em torno do termo caridade se torna muito comum em falas de brasileiros e portugueses. Isso se dá perante o passivo da sua associação histórica à prática do assistencialismo, que toma o beneficiário como ‘coitadinho’, hipossuficiente, a ponto de perpetuar um círculo vicioso que o mantém incapaz, sem jamais alcançar o seu patamar de cidadão ativo. Dito isso, durante as entrevistas de campo, a concepção da caridade tida como um retrocesso a um projeto assistencial emancipatório, só não é unânime, quando alguns dos entrevistados a vinculam à nobreza pela qual concebem o altruísmo, apresentado, nesses casos, como uma demonstração de elevação do comportamento ético, representado por uma substituição da moral para uma ética do cuidado. E sendo assim, o discurso positivo sobre o

‘voluntariado caritativo’ assume que este carrega um sentir legítimo em relação à dor do outro, e, por esse motivo, ultrapassa um simples utilitarismo relacional, de convivência.

Então a solidariedade aparece contraposta à caridade enquanto um atributo ecumênico de participação. ‘Voluntariado solidário’, no resultado da pesquisa, é toda ação imbuída de civilidade, geralmente laica, que denota participação cidadã e fortalecimento dos laços comunitários. Nessa abordagem, o voluntário se envolveria ativamente com o problema, a fim de buscar uma solução transformadora. E já o mesmo não acontece com a assistência e a filantropia. Na primeira, é comum a associação com o assistencialismo, ainda que sejam conceitos distintos. A assistência aparece nas entrevistas, em termos de voluntariado, incompreendida, não explorada e pouco atraente, pois pode implicar o contato do grupo de voluntários com as camadas mais invisíveis e vulneráveis da sociedade. E o termo ainda traz uma correlação direta com o que é a competência do Estado. Em Portugal, as entrevistas indicam um Estado mais assistencial que beira o tutelar, e no Brasil, os discursos denunciam ineficiência, contra a qual o voluntariado e outras iniciativas da sociedade civil viriam para cobrir lacunas. A filantropia aparece nas entrevistas do Brasil com a alcunha do Investimento Social Privado, que denota a prática de ações planejadas e monitoradas, e em Portugal o termo permanece mesmo como filantropia, para denominar aquele repasse de recursos por grandes entes financiadores. É de se frisar que a doação filantrópica em ambos os países não está associada a pequenas quantias.

Já o voluntariado enquanto conceito é compreendido de forma padrão no Brasil e em Portugal, e percebe-se em todos os entrevistados uma clara separação do que se faz no voluntariado informal do formal. Sempre que ligado ao atributo informal, ele é relacionado à espontaneidade desonerada de vínculos oficiais, donde algumas pessoas sequer se declaram ou se percebem ‘voluntárias’ (ao pé da letra), e para o segundo, é condicionante um compromisso com os resultados medidos, demonstrando esse formato um vínculo tal, como se os voluntários estivessem fazendo algo que não tem elo imediato com a sua própria realidade, feito para os outros e com os recursos de outrem, em um grau de responsabilidade muito maior do que aquilo que já se faz natural e informalmente. Esse peso institucional no conceito do voluntariado aparece como cobrança e compromisso que as pessoas nem sempre estão aptas para assumir. A organicidade do voluntariado informal é melhor elaborada dentro das entrevistas no Brasil, que exploram mais um apoio às pessoas na sua ação livre, sem as capturar para executar uma estratégia institucional pronta. E sobre essa questão ficam duas perguntas para posterior investigação que são: os voluntários se percebem capturados ao serem convidados para uma causa, e isso interfere em sua motivação? E o quanto as

instituições promotoras de voluntariado se apropriam das motivações dos voluntários sem fazer dos mesmos sujeitos copromotores, mas executores em uma relação utilitária?

Nesse cenário, outra pergunta dessa conclusão é qual o interesse real em reduzir as desigualdades, por parte de todo um sistema que subsiste das desigualdades. Tomaszewsky (2014, p.30) ao citar Castel (1998) ressalta “Os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo (...) As condições de constituição e de manutenção dessa unidade problemática é que devem ser interrogadas. (Castel *As metamorfoses*, 1998, p. 26 cit. por Tomaszewsky, 2014, p. 30). Ou seja, como pode o voluntariado formal, e toda a teia de parcerias que fomenta, agir no cerne de um sistema que reproduz pessoas vulneráveis, empurra e mantém cada vez mais pessoas para as margens sociais e culturais, concentrando assim os seus esforços nas causas e não nos sintomas?

Em termos diferenciadores do Brasil e Portugal é possível concluir que os países passam por momentos distintos no que diz respeito à participação, e à compreensão de responsabilidades do Estado no campo assistencial. Em Portugal, assim como em outros países europeus que passaram por momentos de crise econômica muito recentes, há toda uma política de austeridade e de privações que fez com que a população despertasse, ou mesmo apelasse, para as redes de proximidade e de colaboração social<sup>119</sup>. No país, o voluntariado formal está inserido no contexto do desafio das entidades sociais em se autossustentarem sem se canibalizarem, de amplificarem suas competências de gestão, e, ainda, como dito por um dos entrevistados, “terem que receber voluntários como um item ‘a mais’ a administrar e não propriamente um recurso ao seu favor”, pois a promoção de um projeto de voluntariado demanda organização e planejamento, numa rotina que quase sempre já está sufocada pela assistência primária que essas entidades se propõem a prestar, seguindo os seus estatutos. Em matéria legal, reclamam uma legislação que seja mais aderente à realidade, e que engesse menos, do ponto de vista formal, de forma a proporcionar o envolvimento mais livre de pessoas que desejam contribuir.

Alargando a fronteira do que os entrevistados de Portugal consideram uma real essência do voluntariado, modelos de bolsas de horas, por exemplo, são testadas no afã de

---

<sup>119</sup> Como descreve Lima e Oliveira, (2015): “Com a crise aumentou a percentagem de pessoas incapazes de fazer face aos seus compromissos financeiros e assegurar o seu dia a dia. A par dos trabalhadores pobres e dos desempregados de longa duração, há cada vez mais recém-desempregados. Nesses casos, recorrer à solidariedade familiar ou institucional e à partilha de recursos tornou-se a primeira, e principal, estratégia para assegurar a sobrevivência. À medida que se esgotam as possibilidades de apoio garantido pelas redes interpessoais, a promoção de estratégias alternativas, como o apoio dado pelas redes interpessoais ou por organizações não governamentais de solidariedade social, é uma realidade cada vez mais presente num país onde até há bem pouco tempo era pouco expressiva”. (Lima e oliveira, 2015, p. 303).

posicionarem o voluntariado como um tipo de experiência laboral que desenvolva competências pessoais e profissionais. Competências essas, que, se devidamente catalogadas, podem ser reutilizadas em outros sistemas, como no caso do aproveitamento de créditos acadêmicos, fazendo cruzar novamente a dádiva e o mundo do trabalho. A atenção que se levanta nesses casos, é o risco de que o objetivo final deixe de ser a causa social *per se*, focando excessivamente nos benefícios do processo de se voluntariar. E o recado por parte de um dos convidados, aqui, é claro: que o egoísmo não sobressaia ao altruísmo.

Outros temas que surgiram são: o uso das tecnologias, que nas entrevistas arriscam contrapor-se à “uma necessidade de humanização do voluntariado”<sup>120</sup>, e a inevitabilidade de abertura assistencial para refugiados e emigrantes em geral, um assunto que está na pauta das entidades sociais, mas que pode se fortalecer do ponto de vista da real inclusão social, econômica e cultural. Além disso, a urgência da temática ambiental, que anuncia um futuro árido, bem como o desenvolvimento futuro de novas dinâmicas trabalhistas, são esboços do cenário em Portugal, no que toca à contemporaneidade do serviço voluntário.

Para o Brasil as interrogações passam muito pelo cenário dos rumos da democracia, o que ela de fato conseguiu construir até então, e o que de fato está se tornando, em um momento que os entrevistados consideram duvidoso e que pouco se consegue concluir. Surgem os temas da dita polarização entre esquerda e direita, do cenário de corrupção sistêmica, de uma crise de valores, e até alguns dos entrevistados que diagnosticam o país em um estágio de transição, no qual posturas autoritárias do Estado poderiam interferir na forma como a sociedade participa das decisões e das políticas públicas. Como consequência disso, foi ressaltada a possibilidade do retorno para as práticas de um voluntariado caritativo, por exemplo, menos polêmico e menos ativo politicamente, com ações que ofereçam apoio pela ótica da compaixão, em detrimento de um foco de organização voluntária em movimentos sociais.

Movimentos esses, favoráveis às classes populares, populações excluídas, e de trabalhadores, que são retratados como por passarem por um momento de descrédito, manchados pela reputação negativa que os governos de esquerda teriam deixado no país, e tudo poderia inibir, segundo a pesquisa, que as pessoas se reorganizem. Não é um consenso. Se isso se confirma ou não, permanecerá como mais uma indagação dessa conclusão. É oportuno destacar, também, uma fala que denota o atual momento no Brasil como uma grande peneira, que poderá evidenciar as fraquezas de um terceiro setor pouco organizado, por vezes “autofágico”, utilitarista, onde se enquadrariam as iniciativas de voluntariado formal. E a

---

<sup>120</sup> (Entrevistado nº 5 – Portugal).

observação de que movimentos antes adormecido, de resistência e garantia de direitos, estariam despertando com muita seriedade, diante de ameaças e os ditos retrocessos nos direitos adquiridos.

Nesse trabalho de relação entre Brasil e Portugal, portanto, foram identificados pontos de intercessão justificados pelo passado colonial que ainda refletem na forma de relação entre o Estado e o privado, bem como as instituições do campo assistencial se relacionam, no assistencialismo sob o discurso paternalista e caritativo, e em quais são os valores morais predominantes. Valores esses que permanecem transladando com o fluxo histórico de pessoas e de informação entre continentes, com periodicidade e volumes cada vez maiores.



## Bibliografia

- ABREU, Laurinda, *Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)*, DYNAMIS. Acta Hisp.Med. Sci. Hist. Illus 20, 2000: 395 - 415., 1999-2000.
- \_\_\_\_\_, *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Especificidade do Sistema de Assistência, Pública Português*. Évora: VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), Departamento de História, *ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA*, 2ª série, VI, 2002.
- AKINTOLA, O. *What motivates people to volunteer? The case of volunteer AIDS caregivers in faith-based organizations in KwaZulu-Natal, South Africa*. Health Policy and Planning, 26, 53-62. 2011.
- ALMEIDA, Alexandre Paz. *Uma análise sobre sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa-PB*, Ponto Urbe (Online: : <http://journals.openedition.org/pontourbe/>) 2011, posto online no dia 01 dezembro 2011, consultado o 30 abril 2019.
- ALMEIDA, João Carlos. *Antropologia da Solidariedade*, Notandum 14 <http://www.hottopos.com>, Feusp / IJI – Univ. do Porto, 2007.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de e CACHADO, Rita Ávila. *Tempos e vozes de uma pesquisa etnográfica: reflexões sobre o 'arquivo da laranjinha'*. Os Arquivos dos Antropólogos. Associação Cultural depósito legal 419762/16 impressão Gráfica 99 isbn 978-989-20-7262-3 1.ª Edição Lisboa, dezembro, 2016
- ALVES, Alfredo d'Abreu e comissão. *Caridade*. Porto: Volume único, 1887.
- ANDERSON, E. e CAIRNCROSS, G. *Understanding and Managing Volunteer Motivation: Two Regional Tourism Cases*. Australian Journal on Volunteering, 10(2), 7-17. 2005.
- ANDREWS, F. Emerson. *Fundações*. Em Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales. Madri, Aguillar, vol. 5, 1974.
- ANHEIER, H.K. e SALAMON, L.M. "Volunteering in cross-national perspective: Initial comparisons". *Law and Contemporary Problems*, 62(4), pp.43-65. 1999.
- ARAUJO, Carlos. *Filantropia: breve histórico e análise comparativa*. Acessado na página eletrônica da WEB: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI230642,71043Filantropia+breve+historico+e+analise+comparativa> no dia 11 de julho de 2019.
- ASSOCIATION OF VOLUNTARY SERVICE ORGANISATIONS (AVSO). Página na web: <https://www.devex.com/organizations/association-of-voluntary-service-organisations-avso-45989>.
- ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia e SEVERINO Juliana de Magalhães Carrapeiro. *Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão*. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

- AVELINO, Pedro Buck. *Princípios da solidariedade: imbricações históricas e sua inserção na constituição de 1988*. Revista de Direito Constitucional e Internacional, n.º 53, out/dez, São Paulo, 2005.
- BARBOSA, Adérito Gomes. *Jovens com Valores*, Lisboa: Edições Paulinas. 2000.
- BARRAN, José Pedro. *La espiritualización de la riqueza. Catolicismo y economía en Uruguay: 1730-1900*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.
- BARRETO, António. *Mudança Social em Portugal, 1960/2000*. Versão preliminar, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, Outubro, de 2002.
- BASTOS, Amanda Suelen Ferreira. *A Renovação Do Serviço Social E Vigência Na Contemporaneidade*. Revista da Faculdade José Augusto Vieira. Ano VI – nº 08, setembro 2013 – ISSN – 1983-1285. Sergipe, 2013.
- BATSON, C. D., AHMAD, N., LISHNER, D. A., & TSANG, J.-A. *Empathy and altruism*. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 485-498). New York, NY, US: Oxford University Press. 2002.
- BOFF, Leonardo. <https://www.gazetaonline.com.br/opiniaio/artigos/2017/08/a-solidariedade-um-paradigma-esquecido-1014094386.html>, acessado em 26 de junho de 2019.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2º. ed. Brasília: UNB, 2003.
- BONIFÁCIO, M. Fátima. *O Século XIX Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.608. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 1998.
- BUSSELL, H. e FORBES, D. "Understanding the Volunteer Market: The What, Where, Who and Why of Volunteering". *International Journal of Nonprofit Volunteer Sector Marketing*, 7(3), 244-257. 2002.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em < [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) > Acesso em: <10 jul. 10>.
- CARMO, Michelly Eustáquia e GUIZARDI, Francini Lube. *O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social*. Cad. Saúde Pública, 2018.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. 1998.
- CATARINO, Acácio. "Voluntariado - uma leitura da experiência", *Sociedade e Trabalho*, 19/20, 7-15, Lisboa: DEEP. 2004.
- CAVALCANTE, Carlos Eduardo. *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.161-182, jul./dez. 2013.
- CEV - European Volunteer Centre. *Legal status of volunteers: country report Italy*. Brussels: AVSO e CEV. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Legal position of volunteers in Spain*. Brussels: AVSO e CEV. 2003

- \_\_\_\_\_. *Country report on the legal status of volunteers in Portugal*. Brussels: AVSO e CEV. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto sobre o Voluntariado na Europa*. Bruxelas: Centro Europeu do Voluntariado. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Volunteering as a route (back) to employment*, Final Report. Paris, France, 23 March 2007.
- \_\_\_\_\_. *Putting volunteering on the economic map of Europe*. Ljubljana, Slovenia, 18 April 2008. Final report. Brussels: European Volunteer Centre. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Brussels Declaration on the role of volunteering as a means of empowerment and social inclusion*. Bruxelas: Centro Europeu do Voluntariado. 2010.
- CEV, MOVE. *Mutual recognition skills and competences gained through volunteering: Towards a European debate*. Bruxelas. 2007.
- CHRISTENSEN, La & M REININGER, B & L RICHTER, D & E MCKEOWN, R & JONES, A. *Aspects of motivation of a volunteer AIDS Care Team Program*. *AIDS education and prevention*: official publication of the International Society for AIDS Education. 11. 427-35. 1999.
- CLARY, E. G. & SNYDER, M. A functional analysis of altruism and prosocial behavior: The case of volunteerism. In M. Clark (Ed.), *Review of personality and social psychology*, 12 (pp. 119-148). Newbury Park, CA: Sage. 1991
- CLARY, E. G., & SNYDER, M. The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156-159. 1999.
- CNAAN, Ram & GOLDBERG-Glen, Robin. Measuring Motivation to Volunteer in Human Services. *The Journal of Applied Behavioral Science*. 27. 269-284. 10.1177/0021886391273003. 1991.
- CONSELHO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO (CNPV) – (extinto). *Guia do Voluntário*. Publicado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) no endereço eletrónico: [https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2018/05/guia\\_voluntario-CNPV.pdf](https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2018/05/guia_voluntario-CNPV.pdf). Instituto para o Desenvolvimento Social. Lisboa 2002.
- COSTA, Goldophim. *As Misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.
- CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.
- CYTRYNOWICZ, R.: *Instituições de assistência social e imigração judaica*. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 169-84, jan.- abr. 2005.
- DAVIS, Smith J. *Volunteering and Social Development: A background paper for discussion at an Expert Group Meeting*, New York, November 29 -30, 1999. Institute for Volunteering Research: London – 1999.

- DAVIS, Smith J., ELLIS, A., and BREWIS, G. ‘*Cross-national volunteering: A developing movement?*’ in brudney, J.I. (ed.) *Emerging Areas of Volunteering*. Occasional Paper Series 1(2). Indianapolis: ARNOVA. 2005.
- DEKKER, Paul e ANDIES Van Den Broek. *Civil Society in longitudinal and Comparative Perspective: Voluntary Associations, Political Involvement, Social Trust and Happiness in a Dozen Countries*. International Society for Third-sector Research.2004.
- DELICADO, A., ALMEIDA, A. N. d. e FERRÃO, J. *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa. 2002.
- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. *Coesão Social em Robert Castel: implicações no enfrentamento da Questão Social*. Sociedade em Debate, Pelotas. jul. – dez. 2012.
- DURKHEIM, E. *A geração da passagem do século*. In: Raymond, A. *As etapas do pensamento sociológico*. (Trad. Sérgio Bath.) 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Unb.1987.
- ESMOND, Judy, e PATRICK Dunlop. *Developing the Volunteer Motivation Inventory to Assess the underlying Motivational Drives of Volunteers in Western Australia*, Lotterywest Social Research Grant. 2004.
- FAGUNDES, Helenara Silveira. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 6, dez. 2006.
- FERNANDES, E. "*O Associativismo no Tempo da Globalização: Voluntariado e Cidadania Democrática*". *Intervenção Social*, 25/26 (Novembro), 101-125. 2002.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- FERREIRA FILHO, M. G. *Direitos humanos fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FERREIRA, Marie-jo, *Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX*, Sciences-Po Paris e URS, \*19xx
- FERREIRA, Marisa. *As motivações no trabalho voluntário*, *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, vol. 7, 3, lisboa. 2008.
- FIALHO, Joaquim. *O Capital Social no Contexto da Teoria Sociológica Contemporânea*. UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora Desenvolvimento e Sociedade | n.º 1 Novembro 2016 Desenvolvimento e Sociedade | n.º 1 Novembro 2016.
- FIGUEIREDO, A. *Ética: origens e distinção da moral*. *Saúde, Ética & Justiça*, 13(1), 1-9, Rio de Janeiro, 2008.
- FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. São Paulo: USP- FFLCHH, 2011.
- FUERTES, Fernando Chacón and JIMÉNEZ, Mª Luisa Vecina. *Motivation And Burnout In Volunteerism*. *Psychology in Spain*, Vol. 4 75-81. 2000.
- GARRIDO, Álvaro. *A institucionalização do “social” no Estado Novo português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários*. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol 31, nº 64, p. 197-218, maio-agosto 2018.

- GLEITMAN, H., FRIDLUND, Alan J., REISBERG, D. *Psicologia*. Trad., rev. da trad. e coord. Danilo R. Silva. - 10ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2014.
- GODBOUT, Jacques; Caillé, Alain, *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV. 1998.
- GOLBERT, Lara. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, coordenado por Anete Brito Ivo. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.
- HANDY, F., & HUSTINX, L. *The why and how of volunteering*. *Nonprofit Management and Leadership*, 19(4), 549–558. 2009.
- HANDY, Femida, Narasimhan Srinivasan. *The demand for Volunteer labor: A Study of Hospital Volunteers*, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, vol. 34, n. ° 4. 2005.
- HARDILL, I. and BAINES, S. *Enterprising Care: Unpaid voluntary action in the 21st century*. Bristol: Policy Press. 2011.
- HILGER cit. in BOS e MEJIS. *The development of Volunteering Infrastructure in America, denmark, England, Finland, germany, Italy, the Netherlands and Norway, EYV papers*. disponível em <http://www.eyv2011.eu/funding-opportunities/item/download/188>. 2008.
- HILL, M. Ellis Paine A. & ROCHESTER, C. 'A rose by any other name...' Institute for Volunteering Research: London, 2010.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação, histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez/Celats. 1998.
- IBGE, Censo demográfico 2010. Acesso em outubro de 2019. Endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre> .
- INGLIS, S. e CLEAVE, S. "A Scale to Assess Board Member Motivations in Nonprofit Organizations". *Nonprofit Management & Leadership*, 17(1), 83-101.2006
- INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR VOLUNTEER EFFORT – IAVE. Página na WEB: <http://www.iave.org/content/about-iave> e <http://www.gcvcresearch.org/v1/>
- IVO, Anete B. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, coordenado por Anete Brito Ivo. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.
- JÄGER, U., SCHMIDT, K. e BEYES, T. *Leading Without Formal Power*. Paper presented at the 6th Workshop on the Challenges of Managing the Third Sector, Venice. 2007.
- JANOSKI, Thomas. MUSICK, March and Wilson. *Being volunteered ? The impact of social participation and pro-social attitudes on volunteering*. *Sociological Forum*, vol.13, pp. 495–519. 1998.
- KARR, L. B. e MEIJS, L. C. P. M. *Sustaining the Motivations to Volunteer in Organizations*. In Fetchenhauer, D., Flache, A., Buunk, B. e Lindenberg, S. (Eds.), *Solidarity and Prosocial Behavior* (pp. 157-172). Groningen - Netherlands: Springer. 2006.

- KLEIN, N. A., SONDAG, K. A., & DROLET, J. C. Understanding volunteer peer health educators' motivations: Applying social learning theory. *Journal of American College Health*, 43(3), 126-130. <http://dx.doi.org/10.1080/07448481.1994.9939096> . 1994.
- KHOURY, Yara Aun. *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, 2 vols.
- KISIL, Marcos. O Dilema da Filantropia da Classe Média. Título original: *The Dilemma of Middle Class Philanthropy- A Summary Report Focusing on the BRIC Countries*. IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, publicação online, Texto original publicado em 2012 e tradução em 2014.
- KONWERSKI, Peter A., HONEY W. Nashman. *Philanthropy: a benefit for personnel and organisations managing volunteers (volunteer therapy)*. Voluntary Action, the Journal of the Institute for Volunteering Research. 2008.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, coordenado por Anete Brito Ivo. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.
- LAVILLE, Jean Louis. *Origem da Solidariedade – Entrevista a Jean Louis Laville*, pesquisa em [http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/cr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=163:origem-da-solidariedade--entrevista-a-jean-louis-laville&catid=13:solidariedade&Itemid=20](http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/cr/index.php?option=com_content&view=article&id=163:origem-da-solidariedade--entrevista-a-jean-louis-laville&catid=13:solidariedade&Itemid=20) , matéria de agosto de 2005.
- LEANDRO, M. E. e CARDOSO, D. F. *Sociologia do Voluntariado*. Braga: Instituto Ciências Sociais - Universidade do Minho. 2005.
- LEETE, Laura. *Work in the nonprofit sector*, in Powell, Walter; Richard Steinberg (orgs.) - *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*, New Haven/Yale University, pp. 89-114, pp. 159-179. 2006.
- LEYENS, Jacques Philippe e YZERBY, Vincent. *PSICOLOGIA SOCIAL*. Edições 70, 2004.
- LIMA, Antónia Pedroso de. e \* OLIVEIRA, Fernanda Maria Rivas. *O valor do Tempo. Dívida e Voluntariado em Portugal em tempos de Crise*. Interseções, v. 17 n. 2, p. 300-326, Rio de Janeiro, dez. 2015.
- LINS DE MELLO, Reynaldo França. *Economia da Esmola - Uma introdução à economia do dízimo*, portal UNISEPE. São Paulo, 2015
- LOPES, Maria Antónia e ROQUE, João Lourenço. *Pobreza, Assistência E Política Social Em Portugal Nos Sécs. Xix E Xx - Perspectivas Historiográficas\**. A Cidade e o Campo. Colectânea de estudos. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 63-83).
- LOPES, Maria Antónia, *Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)*, artigo publicado na revista *Estudos do Século XX* 13 Coimbra, 2013, pp. 257-280 (volume temático: “Estado Providência, capitalismo e democracia”).
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Princípios de direito previdenciário*, p. 78. São Paulo 1995.

- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Edição electrónica URL: <http://journals.openedition.org/rccs/954>, DOI: 10.4000/rccs.954, ISSN: 2182-7435, 2005.
  - MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Introdução de Claude Levi-Strauss. Lisboa: Edições 70, 2001.
  - MEIER, Stephan & STUTZER, Alois. *Is Volunteering Rewarding in Itself? Evidence from a Natural Experiment*, CREMA Working Paper Series 2004-12, Center for Research in Economics, Management and the Arts (CREMA). 2004.
  - MELO, Marina Félix de. Dimensões plásticas do voluntariado na heterogeneidade do terceiro setor brasileiro, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 221-234, jan./mar. 2018.
  - MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbete Comunidade solidária. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/comunidade-solidaria/>>. Acesso em: 16 de jun. 2019.
  - MENEZES NETO, Antonio Julio. *A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* Caderno CRH, vol. 20, núm. 50, pp. 331-341. Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil. 2007
  - MICHAELIS: *Dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Editora melhoramento, 2002, <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/filantropia/>
  - MILLETTE, Valérie. MARYLÈNE Gagné. *Designing volunteers tasks to maximize motivation, satisfaction and performance: The impact of job characteristics on volunteer engagement*. Motivation and Emotion, vol.32, n.º1, 11-22. 2008.
  - MORAIS, Silvia Regina Ribeiro Lemos e TENÓRIO, Robinson Moreira. *Considerações introdutórias sobre as diferenças entre os conceitos de fraternidade e solidariedade*. Faced-UFBA, Salvador - Bahia. 2017.
  - NABAIS, J. C. *Algumas considerações sobre a solidariedade e a cidadania*. Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, v. 75, 1999.
  - NASCIMENTO, Dilene Raimundo Nascimento. *Fundação Atauilpho de Paiva — Liga Brasileira contra a Tuberculose: um século de luta Rio de Janeiro, Quadratim/FAPERJ, 2001, 156p.*
- OMOTO, A. M., & SNYDER, M. *Basic research in action: Volunteerism and society's response to AIDS. Personality and Social Psychology Bulletin, 16(1), 152-165.* 1990.
- OMOTO, A. M., & SNYDER, M. Sustained helping without obligation: Motivation, longevity of service, and perceived attitude change among AIDS volunteers. *Journal of Personality and Social Psychology, 68(4), 671-686.* 1995.
  - PAINE, Ellis A., et al. "A rose by any other name - Revisiting the question: "what exactly is volunteering?" IVR Working Paper Series, n.º1. disponível em <http://www.eyv2011.eu/resources-library/item/download/549>. 2010.

- PARBOTEEAH, K. P.; CULLENB, J. b. e LIM, l. “*Formal volunteering: a cross-national test*”. *Journal of World Business*, vol. 39, n.º 4, 431-441.2004.
- PARÉ, Suzanne; WAVROCH, Hélène. *Le bénévolat ethnoculturel auprès des aînés dans Gérontophile2*, *Revue de Gerontologie*. vol. 24, n.º1, 11-14. 2002.
- PENNER, L. *Dispositional and organizational influences on sustained volunteerism: an interactionist perspective*. *Journal of Social Issues*, 58 (3), 447-467. 2002.
- PERDIGÃO, ANTÓNIA CRISTINA. *A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. pp. 485-497. 2003.
- PEREIRA, Portyara A. P. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, coordenado por Anete Brito Ivo. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.
- PERES, Thais Helena de Alcântara. *Comunidade Solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas sociais*. *Civitas Porto Alegre* v. 5 - n. 1, jan.-jun. p. 109-126. 2005.
- PIMENTEL, Irene. *A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40*, *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º), 477-508, 1999.
- PILIAVIN, J. A., & CALLERO, P. L. *The Johns Hopkins series in contemporary medicine and public health. Giving blood: The development of an altruistic identity*. Baltimore, MD, US: Johns Hopkins University Press.1991.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- PINTO, José Madureira, *Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais* *Análise Social*, vol. XVII (66), 2.º, 199-229. 1981.
- PITACAS, José Alberto Pereira. *Utilidade Social e Eficiência No Mutualismo*. Universidade Técnica De Lisboa: Instituto Superior De Economia E Gestão. Mestrado em Economia e Política Socia. 2009.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense. pg. 52-53, 1991.
- PROGRAMA DE VOLUNTARIOS DE LAS NACIONES UNIDAS (VNU). *Informe sobre el estado del voluntariado en el mundo 2018: el lazo que nos une*. Versão Digital: 2018. URL: [https://www.unv.org/sites/default/files/UNV\\_SWVR\\_2018\\_Spanish\\_WEBlo.pdf](https://www.unv.org/sites/default/files/UNV_SWVR_2018_Spanish_WEBlo.pdf)
- PUTNAM R. *Making democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press. 1993.
- PUTNAM R. *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster. 2000.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos – a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Lisboa: Brasília: EdUNB, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português*. Lisboa: CNCDP, 1997.

- SAMPAIO, Sónia Martinha Magalhães. *A gestão de voluntários, no contexto particular das organizações sem fins lucrativos, em Portugal*. Universidade do Minho, 27 de Janeiro de 2012.
- SANTOS PAULA, Renato Francisco. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, coordenado por Anete Brito Ivo. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.
- SELLI, L.; GARRAFA, V.: *Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 239-51, abr.-jun. 2006.
- SERAPIONI, Mauro & Ferreira, Silvia & Lima, Teresa. *Voluntariado em Portugal. Contextos, atores e práticas*. Centro de Estudos Sociais da universidade de Coimbra (CES), Fundação Eugénio de Almeida (FEA). 2013.
- SCHONS, SELMA MARIA. *Assistência Social Entre A Ordem E A “Des-Ordem” Mistificação Dos Direitos Sociais e Da Cidadania*, Cortez Editora, São Paulo, 1991.
- SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da. *O Princípio da Solidariedade*, artigo em website: <http://cleberdemetrio.adv.br/artigos/20141115192914.pdf>, 2006.
- SNYDER, M., & OMOTO, A. M. *Who helps and why? The psychology of AIDS volunteerism*. In S. Spacapan & S. Oskamp (Eds.), *The Claremont Symposium on Applied Psychology. Helping and being helped: Naturalistic studies* (pp. 213-239). Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc. 1992.
- SOUPOURMAS, F. e IRONMONGER, D. "Giving Time: the Economic and Social Value of Volunteering in Victoria". Victoria: Department of Human Services.2001.
- SOUZA, C.; BACALHAU, M.; MOURA, M.; VOLPI, J.; MARQUES, S. & RODRIGUES M. *Aspectos da motivação para o trabalho voluntário com doentes oncológicos: Um estudo colaborativo entre Brasil e Portugal*. Psicologia, Saúde & Doenças, 4 (2), pp. 267-276. 2003.
- STEERS, R. M., & PORTER, L. W. *Motivation and Work Behavior* (5th ed.). New York: McGraw-Hill. (Eds.) 1991.
- TAYLOR, Rebecca F. "Extending conceptual boundaries: work, voluntary work and employment", *Work, employment and society*, 18(1): 29–49.2004.
- TEIXEIRA, Ana Claudia, Evelina Dagnino e Carla Cecília Almeida (2002) "La constitución de la sociedad civil en Brasil". Em Evelina Dagnino (org.), *Sociedad Civil, Espacios Públicos y Democratización: Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 21-76.
- THOITS, P. A., & HEWITT, L. N. *Volunteer work and well-being*. *Journal of Health and Social Behavior*, 42(2), 115-131. 2001
- TOMASCHESKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS*– Programa de Pós-graduação em História / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) – 2007.
- \_\_\_\_\_ . *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa da Misericórdia nas cidades de Pelotas e*

Porto Alegre, Brasil, c.1847 – c.1891 – Programa de Pós-graduação em História / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) – 2014.

- UNGER, Lynette S. "Altruism as a Motivation to Volunteer". *Journal of Economic Psychology*, vol. 12, issue 1, 71-100. 1991.
- VIEIRA, Antônio. *Sermão das obras de misericórdia à irmandade do mesmo nome. Pregado na Igreja do hospital real de Lisboa, em dia de Todos os Santos, no Ano de 1647*. In: *Obras completas do padre Antônio Vieira. Sermões*. Volume V, tomos XIII, XIV e XV. Porto: Lello e irmão editores, 1959.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.179-197.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. "Etnologia Brasileira". In Miceli, Sergio (org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Editora Sumaré: ANPOCS, Brasília, DF: CAPES. São Paulo: 109-219.
- WYMER, Walter & STARNES, Becky. *Conceptual Foundations and Practical Guidelines for Recruiting Volunteers to Serve in Local Nonprofit Organizations*. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*. 9. 63-96. 10.1300/J054v09n01\_05. 2001.0
- WILSON, A., & PIMM, G. "The Tyranny of the Volunteer: the care and feeding of voluntary workforce". *MCB University Press*, vol. 34 (4): 24-40. 1996.
- WILSON, J. "Volunteering". *Annual Review of Sociology*, 26(1), 215-240. 2000.
- WILSON, J., e MUSICK, M. A. *The effects of volunteering on the volunteer*. *Law and Contemporary Problems*, 62, 141-168. 1997.
- WILLIS, E. "Managing Volunteers". In Batsleer, J., Cornforth, C. e Paton, R. (Eds.), *Issues in Voluntary and Non-Profit Management*: Addison-Wesley Publishing Company.1991.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (Tese de Doutorado em História).
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social* – Cortez editora, São Paulo, 5ª Edição, 2006.
- YEUNG, Anne Birgitta. *Free to choose: so why choose volunteering? Exploring independence and social action in the Finnish Church*, *Voluntary Action, The Journal of the Institute for Volunteering Research*, vol. 9, 1, 35-45.2008.
- ZIEMEK, Susanne. *Economic theories on motivations for volunteering*. Fifth International Conference of the International Society for Third-Sector Research. 2003.
- ZWEIGENHAFT, ARMSTRONG J, QUINTIS F, RIDDICK A. *The motivations and effectiveness of hospital volunteers*. *J. Soc. Psychol (Department of Psychology, Guilford College, Greensboro)*. USA. Feb; 136(1):25-34. 1996

